

ESPORTE, LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO DOS LAGOS

Alexandre Motta & Rodrigo Terra
(Organizadores)



iVentura

Este livro é um dos resultados do projeto de pesquisa apresentado pela Universidade Veiga de Almeida à Rede CEDES, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. O estudo procurou elaborar um diagnóstico da gestão pública na área de esporte e lazer desenvolvida na Região dos Lagos, norte do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente nos municípios de Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Rio das Ostras.

A ideia de desenvolver o projeto e apresentá-lo à Rede CEDES surgiu após leitura e estudo do texto "Políticas Públicas para o Esporte e Lazer do Estado do Paraná", organizado pelo professor Fernando Mezzadri (2006), durante as discussões dentro da disciplina Gestão de Políticas Públicas de Esporte do curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Veiga de Almeida.

Os estudos realizados por Mezzadri incentivaram o início de um debate acerca da temática em âmbito regional. Isso se deu na própria Universidade, onde um grupo de estudantes pertencentes a vários cursos se dividiu em grupos e se responsabilizaram em entrevistar os gestores responsáveis pela política pública de esporte e lazer de suas cidades domicílio. Após a conclusão do trabalho e a análise dos dados recolhidos, diversas reflexões permearam o grupo, incitando assim a curiosidade sobre a necessidade da formulação de um material acadêmico-científico que abrangesse especificamente a Região dos Lagos.



Esporte, Lazer e Políticas Públicas na Região dos Lagos



Ministério do
Esporte

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



iVentura

Esporte, Lazer e Políticas Públicas na Região dos Lagos

Organizadores

Alexandre Motta & Rodrigo Terra

iVentura

Rio de Janeiro

2011

Copyright © 2011, Alexandre Motta & Rodrigo Terra
Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98).

Projeto Gráfico e Diagramação

Marcelo Saraiva
Felipe Prata Veloso

*Grafia atualizada segundo o acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990, que
entrou em vigor no Brasil em 2009.*

E77m Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos /
organizadores Alexandre Motta, Rodrigo Terra. – Rio
de Janeiro : iVentura, 2011.
102 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-89335-27-0

I. Lazer – Política governamental. 2. Esporte – Lagos
RJ: Microrregião). I. Motta, Alexandre. II. Terra, Rodrigo.

CDD – 363.68

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central/UVA
Biblioteca Maria Anunciação Almeida de Carvalho

iVentura Editora Comercial Ltda.
www.iventura.com.br
email: editora@iventura.com.br
Rua da Maçonaria, 10 – Centro
Três Rios – RJ
CEP 25.805-023
Telefone: (21) 78368152

Sumário

Apresentação	7
Alexandre Motta Rodrigo Terra	
Conhecendo a Região dos Lagos: uma história de aventuras, sucessos e transformações.....	11
Eduardo Mendes Maluf	
O esporte a vela e suas políticas públicas na Costa do Sol: a visão de um velejador.....	19
Ricardo de Mattos Fernandes	
Esporte, Ciência e Lazer. A sustentabilidade da Pesca Esportiva Oceânica Brasileira (1993-2011).....	31
Eduardo Gomes Pimenta	
Esporte e lazer e políticas públicas: uma visita à Região dos Lagos no norte do Estado do Rio de Janeiro	51
Rodrigo Terra Bárbara Imênes Fernanda Pacheco	
Considerações acerca do Índice de Desenvolvimento Esportivo dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro	83
Sávio Raeder	
Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos	89
Fernando Marinho Mezzadri	

Índice de figuras, tabelas e anexos

Figura 1 – Peixes de bico da família Istiophoridae

Figura 2 – Captura de Agulhão-vela por lancha/dia no ICRJ

Figura 3 – Total de Agulhões-vela por temporada

Figura 4 – Anzol J e anzol circular

Figura 5 – Marca tipo PSAT Pop-up e marca convencional no mesmo peixe

Figura 6 – Resultados com a marca tipo PSAT Pop-up em Cabo Frio-RJ

Figura 7 – Folder e cartaz da campanha de educação ambiental (1)

Figura 8 – Folder e cartaz da campanha de educação ambiental (2)

Figura 9 – Folder e cartaz da campanha de educação ambiental (3)

Figura 10 – Zona Econômica do Brasil

Figura 11 – Policy cycle

Figura 12 – Estrutura das políticas públicas

Figura 13 – Subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer

Tabela 1 – Capturas incidentais na costa norte do estado do Rio de Janeiro

Anexo 1 – Instrução Normativa SEAP No. 12, de 14 de julho de 2005

Anexo 2 – CONVEMAR – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

Apresentação

O professor Manoel Tubino pontuou certa vez que o homem é um ser delimitado por suas próprias dimensões e incapacidades físicas, por sua curva biológica, por sua capacidade psicológica e por suas limitações culturais e sociais. Dentre as limitações culturais e sociais podemos destacar a falta de acesso à educação formal e o sedentarismo, este um sintoma da sociedade moderna, que hoje se apresenta em todas as faixas etárias e coloca em risco a qualidade futura do nível de saúde e leva à hipocinestesia de grande parte da população.

Atualmente, as doenças hipocinéticas têm representado grande causa de óbitos na população adulta, superando com longa vantagem as doenças infecciosas. Nesta direção, Marques e Gaya (1999, p.83)^{*} observaram que “as preocupações com a promoção da saúde cada vez mais se configuram em prioridades nos países desenvolvidos e em desenvolvimento”.

Em outro sentido, percebe-se que a expectativa e o tempo de vida têm aumentado consideravelmente. O que se deseja ao ser humano é que ele seja independente em suas atividades diárias e em suas decisões, ou seja, que possa viver mais tempo e com mais qualidade.

Na busca de valorizar e melhorar a qualidade de vida surgiu a necessidade de se aproveitar adequadamente o tempo livre. Sem sombra de dúvida este fato contribuiu efetivamente para a introdução de um novo conceito de esporte que passou a relacionar a perspectiva de bem comum da população com a melhora da qualidade de vida do cidadão.

Desta forma, a sociedade organizada ofereceu aos homens uma nova possibilidade de mobilização social, a partir da conscientização de que o esporte, na perspectiva do lazer, contribui para o conagraçamento das pessoas e promove a valorização da vida.

Entretanto, para que o significado e o alcance humano do fenômeno esportivo na ótica do lazer sejam analisados faz-se necessário um estudo com maior profundidade das relações sociais vigentes e, dessa forma, que a compreensão se transforme em ações mais comprometidas com os códigos difundidos e valorizados pela própria sociedade. Urge ainda a luta para que a democratização esportiva esteja integrada à luta das desigualdades sociais existentes.

O esporte proporciona a integração entre os indivíduos, melhora a coesão e favorece a convivência intergrupos. Neste sentido, o esporte pode ainda auxiliar a suplantiar outras carências do homem, minimizando inclusive a violência e a desordem social. Como instrumento de saúde, revigoração e lazer oferece ao homem reações importantes aos sintomas negativos da sociedade que é, sem dúvida, uma das variáveis mais ponderáveis no estilo de vida atual.

^{*} MARQUES, A. T. & GAYA, A. Atividade física, aptidão física e educação para a saúde: estudos na área pedagógica em Portugal e no Brasil. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo: n° 13, p. 83-102. jan-jun 1999.

Entretanto, para a desmistificação da prática esportiva na perspectiva do lazer é necessário aumentar a oferta e entender seus objetivos e suas diversas possibilidades de prática, compreender seu significado e sentido, fatores que precisam sempre envolver valores voltados ao bem social.

Nesta direção, pode-se citar o privilégio do coletivo sobre o individual, o compromisso com a solidariedade e a compreensão de que o jogo se faz a dois e por isso deve-se evitar a busca da vitória a qualquer preço ou a hipercompetitividade, pois o esporte na perspectiva da participação se pratica com o outro e não contra o outro.

O esporte, na ótica do lazer, deve ser entendido como fenômeno social de características universais e únicas e, portanto, pode ser entendido como uma verdadeira forma de cultura, pois reflete diversos valores do grupo e da própria sociedade que a utiliza.

No intuito de compreender como têm sido desenvolvidas as políticas na ótica do esporte e lazer como manifestação cultural e ideológica, esta obra tem como proposta central um estudo que teve por objetivo analisar o atual momento destas ações governamentais implementadas no campo do esporte e do lazer pelas administrações em nível municipal de algumas cidades da Região dos Lagos no norte do Estado do Rio de Janeiro.

Torna-se importante reconhecer que, independentemente da situação a que se destina, é impossível dissociar a oferta de práticas esportivas de lazer às reais necessidades existentes da população em geral.

É sabido que o entendimento dessas políticas subsidiará algumas das tentativas futuras destes municípios, possibilitando, assim, a melhora efetiva da qualidade adequada que esperamos um dia atingir. Entendemos que as políticas públicas de esporte e lazer devem ser analisadas tanto pelo nível destas ações quanto pela conquista de novos e críticos praticantes.

Iniciamos este livro com a agradável leitura feita pelo historiador Eduardo Mendes Maluf, que repassa a história da Região dos Lagos e revisita as cidades da Costa do Sol. O capítulo amplia o conhecimento dessa região turística que é uma das mais belas do país, sendo visitada por pessoas de todo os lugares.

O estudo parte do conhecimento local e apresenta, a partir da história da região, uma grande oportunidade para compreendermos os motivos que levaram os portugueses a desvendarem e a desbravarem este território de raras belezas e riquezas, capazes de gerar conhecimento acerca do que o território brasileiro poderia oferecer.

O segundo artigo do livro apresenta a experiência do velejador Ricardo de Mattos Fernandes, que conhece como poucos o esporte a vela e suas políticas públicas na Costa do Sol. As informações prestadas pelo professor objetivaram dar conhecimento aos leitores sobre a importância que tem sido dada pelos governantes e como tem acontecido o desenvolvimento deste esporte na região.

É público que os atrativos náuticos dos municípios da Região dos Lagos se encontram, em grande parte, ligados ao mar e a seus elementos naturais, como praias, vida marinha, encosta, vegetação, animais e tudo ligado a esse

meio. O setor de serviços na área náutica faz parte dos produtos que são oferecidos para o turismo e para os habitantes da região.

O autor faz críticas às gestões públicas com objetivo construtivo, pois mostra um ângulo de vista baseado em acontecimentos reais no que tange às políticas municipais. Entretanto, o autor deixa pistas que, se forem seguidas pelos gestores, poderão contribuir com a futura condução das novas políticas públicas e, consequentemente, melhorar o relacionamento com as entidades civis organizadas, que buscam de forma séria o empreendimento de ações voltadas para a carência pública demonstrada até hoje.

O capítulo seguinte, apresentado pelo biólogo Eduardo Gomes Pimenta, desenvolve um estudo sobre a sustentabilidade da pesca esportiva oceânica brasileira. O autor enfatiza a questão ecológica que tem se apresentado como uma das principais exigências da modernidade, pois a problemática ambiental se generaliza e ganha todos os espaços e habitats do planeta, anunciando o repensar de um novo tipo de gestão.

O autor fornece dados significativos sobre a captura no Brasil dos primeiros peixes de bico em caráter esportivo. A partir deste fato, pouco tempo depois os torneios esportivos de pesca oceânica tiveram início no Brasil, ainda na década de 60.

O texto do professor Pimenta apresenta o acompanhamento dos torneios de pesca esportiva oceânica e da frota pesqueira extrativista comercial na região sudeste do Brasil entre 1993 e 2011, coletando informações estatísticas, dados biológicos e oceanográficos, tendo como ferramenta de entrada e interlocução com os atores a educação ambiental alicerçada no tripé esporte, ciência e lazer.

O artigo principal, coordenado pelo professor Rodrigo Terra e desenvolvido pelas recém-formadas professoras Bárbara Imênes e Fernanda Pacheco, proporciona um levantamento diagnóstico da gestão pública que vem sendo desenvolvida na área do esporte e lazer na Região dos Lagos, mais especificamente nos municípios de Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios.

O estudo foi feito através da análise da estrutura administrativa e financeira dos órgãos responsáveis, da identificação dos programas e projetos executados em cada município e dos processos de gestão pública nesta área. A pesquisa teve como base a coleta de dados por intermédio de entrevistas realizadas com os responsáveis pelas gestões públicas de esporte e lazer de cada município. Com esse material foi possível apontar indícios de como vem sendo desenvolvida a política pública deste setor nos municípios estudados pela pesquisa.

O quinto artigo do livro, escrito pelo professor Sávio Raeder, apresentou alguns resultados conseguidos a partir do Índice de Desenvolvimento Esportivo (IDE) dos municípios do estado do Rio de Janeiro, fruto de um amplo levantamento de dados sobre o esporte em quase todos os Municípios do Estado.

Tal publicação teve forte inspiração na pesquisa realizada em 2003 pelo IBGE e publicada com o título "Perfil dos Municípios Brasileiros – Esporte 2003", especialmente na utilização de seu instrumento de coleta na obtenção de

dados primários. O referido trabalho, patrocinado pela Suderj, teve o mérito de discutir a gestão local do esporte no estado do Rio de Janeiro, além de oferecer representações gráficas dos levantamentos realizados sobre os equipamentos esportivos disponíveis nas municipalidades pesquisadas.

Neste sentido, a publicação visou divulgar um conjunto de informações que apontavam para o desenvolvimento de políticas mais integradas. O território foi considerado como o elemento integrador das políticas públicas e que, sendo assim, é alçado como uma dimensão crucial para a superação da fragmentação das ações governamentais na área do esporte em curso no Estado do Rio de Janeiro.

Neste capítulo, o autor discute, a título de ilustração, alguns resultados do IDE dos municípios selecionados na Região dos Lagos envolvidos em nossa pesquisa principal: Araruama, Rio das Ostras, Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Para finalizar o livro optamos por alocar algumas teorias e conceitos de políticas públicas para o esporte e lazer. O capítulo do professor Fernando Marinho Mezzadri tem como objetivo aprofundar tais conceitos e categorias sobre políticas públicas. O estudo demonstra uma alternativa teórica metodológica para a análise das políticas públicas e apresenta ainda algumas possibilidades de estudos em políticas públicas para o esporte e lazer.

O artigo se desenvolveu em três momentos complementares entre si. No primeiro foram destacadas as categorias de política pública fundamentadas na *policy analysis*, *policy arena* e na *policy cycle*. Posteriormente, o autor apresenta uma possibilidade teórico - metodológica baseada na teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Por fim, aponta algumas alternativas de estudos para a área das políticas públicas de esporte e lazer.

Esperamos com a presente obra proporcionar o início de um debate necessário sobre a importância da prática do lazer e do esporte como direito social e dever do Estado brasileiro. Com isso, pretendemos também incentivar a discussão em relação às políticas públicas que possam atender cada vez mais e melhor as enormes demandas da sociedade brasileira por ações no setor do esporte e lazer.

Os organizadores.

Conhecendo a Região dos Lagos: uma história de aventuras, sucessos e transformações

Eduardo Mendes Maluf

Introdução

O Ministério do Esporte tornou possível o desenvolvimento desse trabalho em parceria com a Universidade Veiga de Almeida a partir da sua preocupação em conhecer, analisar e criar políticas públicas voltadas para o esporte, visando assim incentivar os jovens na busca por qualidade de vida e oportunizando novos rumos para os jovens talentos, especialmente aqueles residentes no interior.

Assim, o presente trabalho buscou elaborar um diagnóstico da gestão pública desenvolvida na Região dos Lagos, mais especificamente nos municípios de Araruama, Iguaba, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, na área de esporte e lazer, através da análise da estrutura administrativa e financeira dos órgãos responsáveis, da identificação dos programas e projetos e dos processos de gestão pública nesta área.

A pesquisa teve como base a coleta de dados por intermédio de entrevistas realizadas com os responsáveis pelas gestões públicas de cada município, finalizando na divulgação das informações resultantes.

Destacou-se a importância da Região dos Lagos no que se refere ao esporte e suas políticas, o lazer e a atividade física, importantes meios para, muito além de fortalecer corpos e aguçar mentes, construir relações aproximando pessoas e propondo uma nova organização social, possibilitando que a comunidade descubra seu verdadeiro papel na construção consciente dos seus direitos sociais e, assim, mostrar que a região apresenta alguns aspectos que possibilitam o desenvolvimento de leis incentivadoras dos esportes.

Formatado por profissionais da Universidade Veiga de Almeida, o projeto que resultou neste livro pretendeu, com base em referenciais teóricos, diagnosticar como estão sendo geridas as políticas públicas de lazer e esporte em uma das regiões mais conhecidas e importantes do Estado do Rio de Janeiro, com uma população estimada (IBGE, 2007) de aproximadamente quinhentos mil moradores fixos, podendo chegar durante o período de férias a cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes.

Ao analisar as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas em seis municípios que compõem a Região dos Lagos, a Universidade Veiga de Almeida se propôs a ir muito além de simplesmente cumprir seu papel de instituição de ensino incentivadora e produtora de pesquisa. Instituiu como um de seus objetivos intervir de forma prática, embasada em conceitos sólidos, na construção consciente de políticas que tenham papel cada vez mais transformador.

O apoio do Ministério do Esporte foi fundamental para que tal projeto pudesse se desenvolver e tornar-se realidade, servindo como incentivo àqueles que se interessam pelo tema e buscam, de alguma forma, auxiliar o Brasil no que tange à prática esportiva como mecanismo de inclusão social.

O Brasil entra no terceiro milênio com mais conscientização e, portanto, com melhores possibilidades de criar políticas esportivas que atendam às reais necessidades da população, levando à comunidade de forma concreta e coerente a oportunidade do jovem desenvolver suas capacidades desportivas.

O estado brasileiro, responsável pela gestão das políticas públicas e pelo direcionamento atual dos recursos a serem aplicados no esporte e lazer voltados para a população nem sempre efetua a distribuição desses recursos de forma equânime, gerando muitas vezes um processo de desequilíbrio da distribuição dos recursos nos diversos segmentos sociais, nas diversas modalidades de oferta de esporte e lazer e na própria distribuição territorial destas ofertas.

Em contrapartida, a maior preocupação com a carência de serviços na área da saúde, educação, lazer e esporte indica que nem sempre o esporte e o lazer têm sido oportunizados de forma participativa à população, muitas vezes restringindo a atuação efetiva a uma pequena parcela desta.

Para tanto, uma verificação nas políticas públicas relacionadas ao esporte, em forma de conhecimento, se faz necessária para assim saber quais são e quais se pretendem implantar na perspectiva de atender a carência regional em oferta de esportes capazes de buscar novos talentos. Foi o que nos propomos a fazer e colocamos a público com este livro.

Uma viagem à História do Brasil: dos primórdios ao século XXI

Desta forma, iniciamos este livro repassando pela História da Região dos Lagos, revisitando suas cidades e abrindo espaço para ampliar o conhecimento dessa região turística e das mais belas do país, visitada por pessoas de todo o Brasil e turistas de vários países.

Partindo do conhecimento local, temos na história da região uma grande oportunidade de compreender os motivos que levaram os portugueses a desvendarem e desbravarem este território de raras belezas e riquezas, capazes de gerar conhecimento acerca do que o território brasileiro poderia oferecer.

Tomou-se como pressuposto a História local, que sempre esteve presente em muitos municípios, porém marcada, na maior parte das vezes, por uma visão tradicionalista, deixando à margem e sem a devida investigação pontos importantes de serem tratados. Aqui pretende-se analisar de forma investigativa como a participação de um povo ajuda na construção da História local e, conseqüentemente, na formação da História brasileira.

Reescrever a História da Região dos Lagos é quase um retorno à História do Brasil Colônia, uma vez que ambas se misturam em datas e acontecimentos, mostrando que a chegada dos portugueses nas terras brasileiras perpassam por aqui, deixando transparecer não só a importância histórica retratada pelas palavras de Alberto Lamego, em *A Terra Goitáca*, quando diz: “*é, a ser verdade, pode-se acrescentar que ali nasceu a civilização sul-americana com o primeiro assentamento em terra firme: o de Vespúcio, entre dezembro de 1503 e janeiro de 1504.*” (BERANGER, 2003); bem como a intenção dos portugueses em conhecer o litoral brasileiro na perspectiva de defender, ou melhor, criar condições de defesa desse “novo” território, uma vez que aqui foi construído o forte com intuito de abrigar os primeiros habitantes.

Controvérsias à parte, alguns historiadores chegam a discordar dessas informações, fato este comum dentro da historiografia, uma vez que a análise e a verificação dos fatos envolvem valores, conhecimentos e metodologias utilizadas. Mas o que se tem notícia é que

“o primeiro a tocar Cabo Frio... foi Américo Vespúcio, em 1503. Em 1504, a embarcação francesa “Espoir”, sob o comando do capitão Binot Paulmier de Ginneville, tocou em Cabo Frio, perdendo o rumo das Índias Ocidentais, não se demorando aí devido às hostilidades do gentio”. (BERANGER, 2003, p.17)

Percebe-se assim a importância da região para os navegadores estrangeiros, mesmo como erro de rota – não intencional – mas especialmente como ponto de apoio para futuras explorações.

A região vai então atrair navegadores estrangeiros devido a vários fatores, dentre eles a presença abundante de pau-brasil, que culminou no contrabando e posteriormente no desenvolvimento do ciclo dessa riqueza em que os portugueses buscavam em território brasileiro. E também no que torna-se, posteriormente, prioridade para o Império Português: a busca por riquezas nas terras brasileiras.

A existência de igrejas, construídas para abrigar a formação religiosa vigente, é mais uma mostra da necessidade que Portugal possuía de controlar, não só a defesa territorial, bem como a ideológica, formando assim pensamentos cristianizados no que eles bem entendiam serem necessários para dominar a população. Prova disso está na fundação do Convento de Nossa Senhora dos

Anjos de Cabo Frio, criado a pedido da população como relata Rower, em *Páginas de História Franciscana no Brasil*:

"Os povoadores deste Cabo Frio, e moradores desta cidade da Assunção que para a pretensão de Sua Majestade, que é aumentar a Santa Fé Católica, e acrescentar o estado da sua grandeza são necessários sacerdotes de S. Francisco, como grandes Coadjuutores dos Ordinários, e pobres, que querem ter herdades, mais que sítio, em que fundem o seu Convento, e muro necessário ao dito Convento, em que possam fazer a sua horta para a sua sustentação: pedem a V.M. para sítio do dito Convento, e seu recolhimento lhes dê o Lugar onde esteve a roça do Padre Jerônimo Machado..." (esta petição foi feita em 01 de abril de 1617, BERANGER, 2003, p. 52/53)

Vale ressaltar que a região tem, desde este período, contribuindo com o desenvolvimento do país de forma expressiva, formando poetas, artistas e políticos. Enfim, uma gama de personalidades importantes para a História do Brasil.

Esta presença portuguesa na região inicia o processo de desenvolvimento e implantação da urbanização. Com isso, o crescimento populacional se faz cada vez mais presente, instituindo a necessidade de organização política, social e econômica.

O conjunto de cidades que compõem a Região dos Lagos consta de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Araruama, Armação dos Búzios, Iguaba, São Pedro da Aldeia e Saquarema, cidades que a princípio buscaram o seu desenvolvimento em conjunto, compondo uma só região, para posteriormente serem desmembradas e emancipadas visando seu desenvolvimento.

Este desenvolvimento é notado através das construções, do povoamento, do comércio e também da chegada de habitantes que, motivados pelas oportunidades e beleza da região, fixam residência e buscam, tal qual foi acontecendo em todo o Brasil, meios de sobrevivência e crescimento.

Este fenômeno de desenvolvimento foi ocorrendo também em algumas regiões do Brasil, mais notadamente em regiões litorâneas, pela facilidade de acesso e motivado pelo encontro de riquezas das mais diversas.

Com esta perspectiva, os portugueses desbravam o Brasil, construindo assim uma civilização bastante semelhante à que estavam acostumados em sua sociedade, variando em alguns aspectos de acordo com a localidade. Essa forma de viver foi também percebida na Região dos Lagos, onde as construções, igrejas e povoados foram desenvolvidos nos moldes portugueses, especialmente Cabo Frio, onde vislumbramos seu aparecimento nas antigas cartas geográficas com variados nomes, conforme relata Beranger (2003, 10):

"Nota-se em mapas antigos a presença da ponta com nomes vários, e em outros, quincentistas, observa-se o contorno que aparenta ser o Cabo, embora não especificado: Planisfério de Cantino – o mais antigo mapa do Brasil (1502) nele o Cabo de Santa-Maria é o Cabo Frio ou o São Tomé, segundo Malheiros Dias."

Percebe-se que a Região dos Lagos vem sendo, durante estes 500 anos de história brasileira, visitada e revisitada pelos historiadores, numa forma de auxiliar no entendimento de uma releitura acerca de sua importância.

Região de grande importância também na produção petrolífera, onde bacias e plataformas fazem parte do cenário promovendo uma população de especialistas e sendo fonte de pesquisas que são constantemente desenvolvidas, de cunho nacional e internacional.

A vocação para o esporte na Região dos Lagos

A Região dos Lagos conta com grande abundância de natureza, principalmente marítima. Nos municípios da região encontram-se praias, mares abrigados, lagoas, lagunas, montanhas, rios, cachoeiras, matas e encostas marítimas, todos excelentes locais para a prática de esportes nos três ambientes: náutico, aéreo e terrestre.

Vários destes municípios são reconhecidos nacional e internacionalmente como locais para a prática de esportes, como, por exemplo, a cidade de Araraial do Cabo com suas águas e belezas subaquáticas perfeitas para o mergulho; Cabo Frio e Armação dos Búzios, com suas ótimas condições de mar abrigado, sol e vento constante que permitem grande desenvolvimento das diversas modalidades dos esportes a vela na região, além da canoagem. Há também as cidades próximas com montanhas, trilhas, rios e cachoeiras, e a cidade de Saquarema, que é um centro de surfe, além das cidades que margeiam a laguna de Araruama, palco de diversas atividades náuticas.

A lagoa de Araruama começa na barra de Cabo Frio e termina em Ponte dos Leites, com extensão de 42,5 km e 7 km de largura máxima, o que ocorre entre as enseadas opostas do Pépe e São Pedro da Aldeia, tendo o seu perímetro irregular de 190 km, mais ou menos, com múltiplas enseadas, sacos, baías e pontas.

São grandes as possibilidades dos pescadores que dela retiram peixes, camarões e oferecem condições de sobrevivência para muitos. A beleza da imensidão das águas iluminadas pelo sol contribui para a prática de esportes náuticos dos mais diversos. Assim, a Região dos Lagos, cenário desta pesquisa, apresenta possibilidades de estudos e aproveitamento esportivos dos mais diversos e possíveis, abrangendo uma população carente de oportunidades e ávida de usufruir das fontes naturais aqui existentes.

Considerações finais

Desta forma, analisar as políticas públicas para os esportes torna-se necessária e se impõe como um assunto de interesse, uma vez que a aproximação das Olimpíadas e da Copa do Mundo no Brasil certamente levam a Região dos Lagos a atrair atletas no processo de treinamento, além de ser ela mesma uma região capacitada para a formação desses mesmos atletas.

A capacidade de formar atletas vai desde uma base teórico-metodológica até a o exercício da prática. A região conta com universidades capazes de promover essa formação com consistência e aprofundamento, possibilitando assim que os atletas disputem as diversas modalidades de provas, em especial as relacionadas aos esportes náuticos.

As políticas públicas são organismos participativos de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana (CARVALHO *et al.*, 2002, *apud* BRUST, BAGGIO e SALDANHA FILHO, 2008). Conforme Brust, Baggio e Saldanha Filho (2008) essas políticas vão muito além da dimensão do Estado e fazem referência aos diversos espaços e tipos de organizações sociais que procuram formas de consolidação dos direitos humanos. No âmbito estatal em nosso país as políticas públicas e sociais vêm sendo garantidas por lei e acolhidas aos direitos como a saúde, habitação, educação etc. Porém, ao se referir ao lazer e ao esporte, muito embora se verifique que essas políticas tenham sido formadas em diferentes épocas da história brasileira, foi a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que estas áreas foram contempladas como direitos sociais.

Desta forma, observa-se que o povo tem apoio na Constituição quanto aos seus direitos sociais e por isso deve sempre poder reivindicá-los, visto que, conforme Suassuna e Azevedo (2007), os direitos sociais estão determinados no art. 6º da própria Constituição (*op cit*), onde é estabelecido que: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Sendo assim é fundamental um bom desenvolvimento das políticas públicas com o objetivo de permitir o acesso de toda população aos seus direitos sociais.

O conceito de Estado, no sentido estrito da palavra, é conhecido como a ordem política da sociedade. Hegel (2000) o definiu como a “realidade da ideia moral”, a “substância ética consciente de si mesma”, “a manifestação visível da divindade”, colocando-o na rotação de seu princípio dialético da ideia como a síntese do espírito objetivo, o valor social mais alto, que concilia a contradição. Família e Sociedade, no império romano, no apogeu do uso desta expressão, os vocábulos *Imperium* e *Regnum* passaram a exprimir a ideia de Estado, nomeadamente como organização de domínio e poder. “*Ao fundarmos o Estado, não tínhamos em vista tornar uma única classe eminentemente feliz, mas, tanto quanto possível, todo o Estado*” (PLATÃO, 1974).

Finalizamos o presente capítulo na expectativa de ter podido contribuir de forma singela, mas segura, de informações acerca das potencialidades existentes na Região dos Lagos, muitas delas já sendo aproveitadas, porém outras ainda em processo de estudo para futuras aplicações, beneficiando assim o cidadão e contribuindo com o papel humanístico e solidário que vive na população brasileira.

Referências

1. BERANGER, Abel. Dados Históricos de Cabo Frio. Cabo Frio 500 anos de História, 3^o Ed. Cabo Frio: 2003.
2. BRUST, Cristina, BAGGIO, Isabel Cristina e SALDANHA FILHO, Matheus Francisco. Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria, RS, Revista Digital EF Deportes – Buenos Aires - Ano 12 - N^o 116 – Janeiro de 2008. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd116/gestao-das-politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>>. Acesso em 29 de setembro. 2009.
3. HEGEL, Georg W. Frictrich. A fenomenologia do Espírito. A ideia e o Ideal. São Paulo: Abril Cultural, 2000.
4. IBGE. Censo 2007, Cidades@. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 29 de setembro de 2009.
- 5.. PLATÃO, 427 – 347 a.C. O Banquete. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
6. SUASSUNA, Dulce Maria F de A. e AZEVEDO, Aldo (Orgs). Política e Lazer: interfaces e perspectivas. Coleção Dossiê. Brasília: Thesaurus, 2007.

O esporte a vela e suas políticas públicas na Costa do Sol: a visão de um velejador

Ricardo de Mattos Fernandes

Introdução

Tenho como objetivo descrever a atuação do iatismo ou esporte a vela, como é conhecido, e sua políticas públicas na Região dos Lagos. Estas informações e descrições advêm da experiência e conhecimento como velejador e ativista político na área esportiva. As informações podem oferecer conhecimento ao leitor sobre a importância e o desenvolvimento deste esporte na região com base na visão do autor.

Tal experiência foi adquirida com o acompanhamento ativo deste esporte em diversas áreas e locais. Como velejador, desde os nove anos fui competidor e veranista da região por mais de trinta anos não consecutivos. Desta forma foi possível estar presente em eventos de diversos municípios da região, desde os anos 1970 até a atualidade. Minha atuação teve seu momento de competidor, de juiz de regatas (competições deste esporte) locais, nacionais e internacionais, como professor de vela, gestor de projeto social e ativista político. Os anos em que estive mais próximo da região foram os idos anos 70 e 80, parte dos anos 90 e os anos da atual década. Sou morador da região desde 1991, inicialmente em Armação dos Búzios e atualmente em Cabo Frio. Porém, já fui veranista em Araruama e Cabo Frio.

Considerada uma região turística, a Costa do Sol oferece aos seus visitantes dias lindos com sol em boa parte do ano, temperatura ambiente convidativa para um bom banho de mar e noites frescas devido à constante presença de ventos. É comum se observar a associação da imagem dos municípios da região com o azul do mar, as suas lindas praias, não sendo pouco comum encontrarmos a imagem de uma embarcação a vela dentro desse modelo de comunicação visual, utilizado pelos setores privados e públicos.

Os atrativos destes municípios se encontram, em grande parte, ligados ao mar e seus elementos naturais como praias, vida marinha, encosta, vegetação, animais e tudo mais ligado a esse meio. O setor de serviços na área náutica faz parte dos produtos que são oferecidos para o turismo e para os habitantes da região como passeios em embarcações variadas, pesca amadora, mergulho, passeios em boias (banana *boats* etc.), cursos de barco a vela, kitesurfe, windsurfe, aluguel de pequenas embarcações como caiaques e muitos outros serviços.

Nesse universo encontramos então os turistas que visitam a região, muitas vezes triplicando a população local de veranistas e moradores. Turistas e veranistas, que são grandes geradores de divisas dos municípios da região, e os moradores são atendidos pela força de trabalho dos prestadores desses serviços. Quando levamos o olhar crítico para os serviços podemos notar a falta de organização e fiscalização de muitos dos atendimentos, fato que permite chegar a ocorrências extremas como, por exemplo, o caso do professor de surfe que não sabe nadar e da escola de vela com professores que foram orientados por pessoas que notadamente não são velejadores e sim utilizadores de equipamentos. Seu aprendizado ocorreu através de leitura de manual ou pelo método de erros e acertos, e após esse aprendizado empírico acreditam terem “entendido” como funciona o equipamento, muito embora não tenham a real certeza da serventia e do porquê de cada equipamento.

Foi a partir do processo de emancipação do município Armação dos Búzios que iniciei o meu aprofundamento no setor público e de serviços náuticos. Com um currículo esportivo extenso e como velejador desde os nove anos de idade, bem como com a experiência de docência do esporte a vela para crianças em Niterói, no ano de 1983, um ano após a emancipação, ou seja, em 1996, recebi o chamamento da então gerente do Iate Clube Armação dos Búzios - ICAB, Erika. Nessa ocasião organizei e desenvolvi o curso de vela do ICAB. Ainda com poucos barcos e uma estrutura velha e deficiente, formamos a primeira turma de vela do município, na sua maioria composta de velejadores locais.

Devido à necessidade profissional tive que sair da escola no ano seguinte. Afastado da função de professor de vela, ou instrutor, como alguns denominam, mas não distante dos movimentos políticos e sociais, quando fiz parte de associação de bairro, fui obtendo maior conhecimento das ações públicas, principalmente no setor de esporte que me chamava maior atenção devido à minha vocação.

Em 2000, volto às minhas funções na reabertura da escola de vela do ICAB. Após a formação de outra turma de alunos com crianças locais e da cidade do Rio de Janeiro, e graças ao grande incentivo alcançado, foi possível formar a primeira flotilha (conjunto de barcos e velejadores) de Búzios. Com a formação da flotilha do ICAB acabamos por colocar o nome do município de Búzios no cenário da vela estadual, nacional e internacional, com a participação dos velejadores em diversos campeonatos, resultado que surgiu através da escola de vela e, em seguida, com a formação da flotilha.

Durante esse período, e sempre dentro das discussões do setor esportivo do município, ajudei na formação da Associação dos Esportes Náuticos de Armação dos Búzios – ASENAB. Escolhido presidente da entidade, fico por dois mandatos de dois anos. Durante esse período realizamos muitas reuniões com diversas entidades dos setores envolvidos e fomos representantes delas nas reuniões com o poder público durante a formação do plano diretor, nas reivindicações da organização do setor, na discussão da necessária legislação costeira, na geração do orçamento participativo com solicitações do setor, entre outras atividades.

Dois anos mais tarde fui convidado pelo comodoro (diretor geral) do Búzios Vela Clube – BVC, para abrir minha escola de vela, denominada Yacht Escola de Vela. Neste mesmo ano a empresa Petrobras abre concorrência para auxílio a projetos esportivos na área náutica e o comodoro me entrega a carta convite recebida pelo clube. Na função de presidente da ASENAB, resolvo fazer cópias da carta convite e entregá-las aos associados para que desenvolvessem seus projetos. Em paralelo auxílio no desenvolvimento do projeto de vela social em parceria com mais dois outros associados.

Em julho de 2002 iniciou-se o curso do projeto social de vela da Petrobras/ASENAB, um dos quatro projetos escolhidos no Brasil. Durante um ano, formamos 360 crianças com conhecimentos de velejo em barco a vela, cidadania e natação no mar. Em 2004 recebo, de forma espontânea, o reconhecimento público através do título de monção de aplausos oferecido pela Câmara de Vereadores do município. Quando digo que recebi este título de forma espontânea é porque não influenciei tal gesto, coisa que é comum na geração de títulos como este, dentro do município.

Esse projeto teve uma grande aceitação pela população local. Com a sua finalização, devido à eliminação das verbas destinadas ao patrocínio deste setor no Brasil, efetuada pela Petrobrás, não obtivemos renovação do patrocínio e buscamos junto aos setores público e privado local o apoio para a continuação do projeto, o que acabou por não ser alcançado.

Foi ainda durante este período, e através da atuação política, que acabei por realizar, muitas das vezes a pedidos, projetos para outros municípios como Cabo Frio, Araruama, São Pedro D’Aldeia, Rio das Ostras, Arraial do Cabo, além de Armação dos Búzios. Alcançamos ainda para a ASENAB, por intermédio da Câmara de Vereadores do município de Armação dos Búzios, a formalização do título de entidade de utilidade pública. Foi na militância na política partidária baseada nas deficiências do setor esportivo náutico que tive meu maior contato com as políticas públicas do setor na região.

Com a adesão de vários filiados do partido, formamos o núcleo de esportes náuticos e abrimos diversas discussões sobre as necessidades do setor, resultando em pressão política através de manifestos e reuniões com todo o setor. Este núcleo recebeu o convite de um candidato a prefeito para elaborar a proposta de esportes do seu plano de ações públicas. Foi apresentada então uma apostila com as propostas elaboradas com base nas reivindicações das diversas entidades do setor esportivo, além de propostas extraídas de debates promovidos dentro do partido. O documento foi aceito pelo candidato vencedor das eleições e fez parte de 80% de suas propostas para o setor público esportivo.

Após mais de quinze anos envolvido com as atividades do setor, graduado em Educação Física pela Universidade Veiga de Almeida e Mestre em Educação, organização e avaliação para o ensino pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, em Portugal, proponho dar uma visão, de certa forma pessoal, da atuação do esporte a vela e suas políticas públicas na região, baseada na minha vivência prática e conhecimento acadêmico.

Tenho o objetivo de aclarar neste texto as situações e a forma como fomos recebidos como entidade, esportistas e militantes partidários, pelas instituições públicas e seus representantes legais. Julgo que seja importante esta visão crítica com objetivo construtivo, pois mostra um ângulo de vista baseado em acontecimentos reais que poderá contribuir com a futura condução das políticas públicas e o relacionamento com as entidades civis organizadas, que buscam de forma séria o empreendimento de ações voltadas para a carência pública.

Representação do setor náutico na região

Como citamos acima, o setor náutico representa um dos campos de atuação profissional da região e um dos produtos escolhidos por turistas e moradores como opção de lazer. Estamos diante de dois lados da mesma moeda, pois ao mesmo tempo em que temos que capacitar nossa mão de obra para o público alvo é importante que se faça conhecer essas atividades pelos seus moradores, permitindo seu acesso, pelo simples fato de que como cidadãos somos vendedores do destino turístico de nossa cidade e de seus produtos. Com a divulgação interna dos serviços turísticos e o conhecimento de nossas belezas naturais, principalmente das que estão no meio náutico, coisa que nem todos moradores têm acesso, é possível se ter um conhecimento maior da população sobre o que sua cidade oferece para elas e para os turistas.

Em todas as cidades da região encontramos particularidades náuticas inigualáveis e que acabam por atrair um público importante. Podemos exemplificar com o mergulho em Arraial do Cabo, local considerado como um dos mais belos do mundo para a prática deste esporte; o surfe em Saquarema, um dos locais de prática do esporte mais conhecidos nacional e internacionalmente e templo de diversos campeonatos; a vela em Armação dos Búzios, cidade conhecida e aclamada internacionalmente por esportistas e dirigentes deste esporte. Esta mesma modalidade esportiva do setor é também importante nos municípios de Cabo Frio, Araruama e Rio das Ostras.

Os passeios náuticos em toda a região são largamente procurados por turistas e moradores e diversos outros produtos são de interesse turístico. Com isso esse cartão postal da região não pode ser deixado de lado e deve ser motivo de muitas ações privadas e públicas. Nossa região recebe a visita de vários transatlânticos em suas viagens pelo Brasil e possuímos terminais de desembarque muito simples e despreparados estruturalmente para receber esse público.

Pode-se afirmar, portanto, que o setor náutico tem uma grande relevância no cenário turístico e social dos municípios da região e deve por isso ser acobertado de cuidados e preocupações com o seu desenvolvimento.

A região Costa do Sol e o esporte a vela

Objetiva-se, aqui, descrever o sentimento do autor em relação à sua experiência e conhecimento sobre os municípios e suas tendências ao esporte iatismo. Entre as várias atividades do setor náutico, temos o esporte a vela atuando em dois segmentos sociais desses municípios, ou seja, ele oferece oportunidades e atrativos tanto para moradores e veranistas como para turistas que visitam a região.

Encontram-se em toda região locais em condições excelentes para a prática da vela. A lagoa de Araruama foi o templo deste esporte por vários anos. Na cidade de Araruama, um dos municípios que margeiam a lagoa, ou laguna como deve ser considerada devido à sua especificação técnica, nos anos oitenta era realizado um dos maiores torneios de vela da história deste esporte no Brasil. O torneio era conhecido como Hollywood Vela, e durante toda a sua existência teve uma de suas etapas neste município. Até os dias de hoje encontra-se uma forte tendência de Araruama para atividades de iatismo.

Em São Pedro D'Aldeia encontramos a Base Aero Naval da Marinha do Brasil com o seu centro náutico e suas competições a vela. O município sediou diversas competições, principalmente da classe de barco Hobie Cat, um catamarã (embarcação com dois apoios, ou cascos, na água).

Arraial do Cabo tem menor expressão no iatismo, porém não fica sem sua influência. É um dos locais com grande tendência para as atividades deste esporte. Lá encontramos interesse público em desenvolver o esporte a vela e projetos sociais ligados a essa atividade esportiva.

Cabo Frio sempre teve o iatismo como uma forte atividade náutica. Palco de campeonatos nacionais e internacionais, é onde se encontra presente um dos maiores clubes de vela do país, o Iate Clube Rio de Janeiro – ICRJ. Este tradicional clube de vela da cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo a vocação local para o esporte optou por implantar uma base em Cabo Frio. No município pode-se notar o interesse no desenvolvimento desse esporte, inclusive com a criação de projetos sociais.

Armação dos Búzios é conhecido como um dos melhores locais para a prática do iatismo e uma das melhores raias (local de competições) do mundo, graças aos diversos fatores técnicos que este município apresenta, como segurança, proximidade de terra, condições de mar e ventos e estrutura turística.

Rio das Ostras, igualmente, é um município muito ligado ao esporte a vela e já foi palco de inúmeras competições do esporte, além de várias ações públicas voltadas para as atividades do iatismo, inclusive com a criação de uma das maiores estruturas de projeto social em relação a este esporte na região.

Esses municípios da região foram os que se destacaram no mundo da vela em algum momento ou ainda se destacam atualmente, e neles encontramos diversas ações de política pública voltadas para este esporte em particular.

As políticas públicas para o iatismo desenvolvidas pelos municípios da região

Uma das grandes dificuldades do setor em adquirir auxílio e atuar no desenvolvimento de políticas públicas é ocasionada pelo próprio setor pelo fato de não estar preparado adequadamente para receber o auxílio disponível e para debater tais políticas. Durante minha caminhada como presidente da ASENAB pude observar que nossa entidade era um das poucas com toda a documentação em ordem e pronta para participar das oportunidades que surgiam no setor. Com isso fizemos várias reuniões e campanhas para que as entidades se organizassem adequadamente. Chegamos, inclusive, a atuar ativamente da regularização da Associação de Surfe de Búzios, participando de suas reuniões e oferecendo nossa ajuda.

Com base na minha experiência pessoal, como ativista, esportista atuante e amante do iatismo, sou capaz de descrever como se desenvolvem as políticas públicas voltadas para este esporte em diversos municípios da região. Início essa descrição com a minha experiência no município de Armação dos Búzios, onde desenvolvi a maior parte de minhas ações políticas e esportivas na região, fato que gerou alguns convites e, conseqüentemente, o acompanhamento das políticas públicas de outros municípios.

Búzios, como é mundialmente conhecida, tem uma grande história no iatismo e é celeiro de velejadores. Encontramos na cidade dois clubes tradicionais do iatismo, que são o Iate Clube de Armação dos Búzios - ICAB e o Búzios Vela Clube - BVC. Neste município observa-se ainda a existência da escola de windsurfe do nosso representante internacional e medalhista olímpico de prancha a vela, o velejador Ricardo Winicki, ou Bimba, como é conhecido. Minha escola de vela fica situada no mesmo clube da escola de windsurfe, ou seja, o BVC, e foi através dela e da Associação dos Esportes Náuticos de Armação dos Búzios - ASENAB que foi possível desenvolver o maior projeto de vela do município com o patrocínio da Petrobras.

No ano de 2002, como já mencionado, conseguimos desenvolver o projeto social Petrobras/ASENAB, porém desde 1996 eu já desenvolvia ações que objetivavam o desenvolvimento e conhecimento do esporte pelos habitantes da cidade. Junto com a amiga Erika desenvolvemos alguns projetos para a viabilização da escola de vela do ICAB e tentamos obter o apoio dos setores privado e público. Nessa ocasião encontramos uma maior aceitação de nossas propostas dentro do setor privado e obtivemos algumas ajudas, que permitiram o melhor desenvolvimento da escola que se encontrava em condição ainda embrionária. Pode-se afirmar que foi através dessa iniciativa que se desenvolveu a primeira escola de vela estruturada do município, voltada não apenas para os sócios do clube mas para todos os moradores da região e do estado. Com isso tivemos alunos de Armação dos Búzios, do Rio de Janeiro e de Cabo Frio.

Mais tarde, ainda na escola de vela do ICAB, com a formação da primeira flotilha de Optimist (barcos para crianças de sete a quatorze anos) foram feitos outros projetos que objetivavam dar condições para que as crianças dessa equipe pudessem participar das competições locais e estaduais, representando o município, o estado e, em alguns casos, o país. A flotilha era composta por oito crianças que possuíam, fornecido pelos seus pais, todo o material necessário para o esporte, bem como os custeios durante as viagens. Faltava o necessário transporte dos barcos e equipamentos e o custeio das estadias nos locais dos eventos esportivos.

Durante o período de existência da flotilha vários fatos se somaram ao esporte no município. Passamos a ter na cidade, todos os anos, uma regata de ranking estadual e nesta competição contávamos com a participação das flotilhas de todos os clubes do estado do Rio de Janeiro e de outros estados, que eram atraídos pela excelente condição de treinamento e pelas belezas naturais e atrativos turísticos de Búzios. As competições realizadas recebiam mais de cem velejadores desta classe e suas famílias. Outro fator que ocorreu foi a abertura da tradicional regata do clube (ICAB), conhecida como Búzios Sailing Week, para as pequenas embarcações, pois esta competição se baseava na participação de barcos com tamanho acima de 30 pés (aproximadamente 10 metros).

Foram então realizados projetos e solicitações de auxílio para as despesas com transporte e estadia durante os campeonatos, que ocorriam em sua maioria na cidade do Rio de Janeiro. Nossa experiência com esses projetos demonstraram uma grande falta de interesse e reconhecimento dos seus benefícios por parte do poder público e por grande parte dos empresários do setor privado. Apesar disso fomos capazes de superar as diversidades e conseguimos algum auxílio dos dois setores.

Anos mais tarde fomos agraciados com o projeto social de vela Petrobras/ASENAB. Apesar de oferecermos o curso para crianças da rede pública não recebemos o apoio desejado. Até quando tivemos que efetuar os convites para as crianças das escolas públicas contamos principalmente com o apoio das diretoras e professoras, enquanto a secretaria de educação pouco atuou nesse processo. A prefeitura municipal igualmente demonstrou pouco ou nenhum interesse, o mesmo pode-se dizer da câmara de vereadores. Ao final dos cursos desenvolvidos com esse patrocínio tivemos uma grande procura de pais e crianças. Sempre quando andávamos pelas ruas da cidade alguém perguntava se o projeto teria continuidade.

A partir de 2003, com o fim do projeto e a confirmação da descontinuidade do patrocínio, iniciamos o desenvolvimento de projetos estruturados para a realidade do município e da carência dos seus habitantes em relação ao meio náutico, pois um dos pontos altos daquele projeto foi a natação no mar, visto que a maior parte das crianças, mesmo com idades superiores a sete anos, não sabia nadar adequadamente, principalmente no mar, ambiente comum na vida dos habitantes da região.

Todos os anos a ASENAB apresentou projetos sociais de vela e até de surfe baseados nas pesquisas feitas pela associação sobre as carências e na possibilidade técnica que tínhamos. É verídico afirmar que nossos projetos eram bem estruturados e sempre foram elogiados e apreciados pelos gestores. Porém, mesmo com o trabalho social reconhecido publicamente, não fomos agraciados com apoio e patrocínio do poder público em nenhuma de nossas tentativas.

Tivemos diversas reuniões com secretários de esporte, de turismo, com o prefeito e até vereadores, e o que conseguimos foram elogios e promessas. Durante os vários anos mudaram-se os secretários, os vereadores e os prefeitos, porém o discurso nunca mudou, ou seja, sempre recebemos elogios mas no final era a mesma coisa: promessa de colocar no orçamento do ano seguinte, pois o orçamento do próximo ano já estava complicado e a secretaria de esportes não tinha ainda verba orçamentária necessária para este tipo de ação social etc.

Mesmo quando fomos convidados pelo secretário de esporte a desenvolver um projeto social de vela, tendo sido aprovado por ele e com os valores dentro do que tinha sido reservado no orçamento, de acordo com a afirmação deste gestor, fomos empurrados com a barriga, acarretando o não aproveitamento do projeto que, repito, tinha verba aprovada no orçamento. A desculpa para o ocorrido foi a de que a prefeitura não poderia contratar pessoal para o projeto, pois sua política social não permite o repasse de verba para esse fim as entidades, e sim a contratação da mão de obra dos projetos sociais, que são incorporados ao quadros da prefeitura através de contratos. Por isso, o projeto teria que esperar a margem de contratação aumentar, já que o percentual máximo de contratação pelo município já tinha estourado.

Com esse trabalho durante todos os anos que estivemos à frente das iniciativas da entidade, como presidente por quatro anos e como vice por mais quatro anos, foi visível a forma como o poder público aplica as suas políticas públicas no município. Agregando ainda a experiência de militante partidário atuante no setor esportivo e agente formador da proposta de esportes para o município na candidatura de um ex-prefeito é possível afirmar que o esporte está colocado de lado pelas políticas públicas e que estas são feitas de forma isolada e, em muitos casos, não têm continuidade no seu desenvolvimento, mesmo em esportes mais tradicionais como o futebol.

Sempre encontramos as secretarias de esporte, em todos os mandados, com orçamentos ínfimos e completamente inadequados às necessidades do setor, causando verdadeiras artimanhas e falcatruas no intento de se ter algum projeto agraciado com o apoio público, sempre utilizado com objetivo único e exclusivo de ganho político, ou seja, ganho de votos e certões de dívidas partidárias. Confirma-se também a falta de políticas públicas adequadas neste município pela visível falta de adequada estrutura esportiva e a pouca ou nenhuma manutenção da existente.

Durante esse período, principalmente dos últimos dez anos, fomos convidados a efetuar, como já mencionado, projetos para outros municípios, o

que nos levou a observar e comparar as políticas para o setor esportivo. Em Cabo Frio encontramos políticas públicas esportivas com um melhor preparo e desenvolvimento, principalmente em relação aos esportes tradicionais. Neste município encontramos interesse no desenvolvimento de projeto social de vela, porém a disputa interna dos velejadores locais pela gerência de um projeto social do esporte criou várias dificuldades e problemas com os gestores públicos, afastando a iniciativa de desenvolvimento de um projeto que demonstrasse ser bem estruturado, adequado às necessidades locais e com responsabilidade social. Optou-se então pela contratação de um projeto do Instituto Velejar da família Grael. Depois de algumas conversas, porém, a iniciativa foi colocada de lado graças ao alto custo do projeto em questão. Ainda se tem observado algum movimento e interesse na elaboração dessa iniciativa, mas não há previsão para que ele aconteça.

Cabo Frio está visivelmente melhor preparado e preocupado com as ações sociais na área esportiva, pois encontramos vários projetos sendo desenvolvidos e com uma boa constância. Existe uma estrutura esportiva para a prática dos esportes tradicionais muito bem desenvolvida, porém observa-se uma grande falta de estrutura pública para a prática de outros esportes não tradicionais atuantes no município. A falta de uma marina pública é um exemplo da falta de estrutura esportiva em outras áreas do desporto local. Temos um centro de vela da Associação dos Velejadores de Cabo Frio, que é um oásis no deserto, pois fora dele só temos clubes náuticos onde encontramos somente lanchas, na maioria, além de não serem acessíveis a boa parte dos moradores.

Durante minhas iniciativas com a escola de vela, tive a oportunidade de desenvolver a escola de vela do Clube Náutico de Cabo Frio, que teve um ótimo desenvolvimento, porém gerou ciúmes dos sócios de oposição ao comodoro (diretor geral), o que me levou a decidir encerrar o nosso trabalho no clube. Hoje o clube conta com nova diretoria e outra tentativa de condução da escola de vela, que está sendo feita pelo meu amigo e ex-aluno Diego, com meu apoio. Este fato e a criação do centro de vela na Lagoa das Palmeiras comprovam a vocação e necessidade dos moradores e do município em desenvolver essa modalidade de esporte.

No município de Rio das Ostras houve uma consulta à nossa entidade sobre a formação de um projeto social de vela. Desta forma nos aproximamos do município, onde já tive oportunidade de competir nos anos 70 e 80. Porém, antes de apresentarmos nosso projeto recebemos a notícia de que nosso amigo medalhista olímpico Eduardo Penido, do Rio de Janeiro, tinha fechado com o município. À frente do projeto está um velejador do Rio que não conhecíamos, porém ele ainda nos consultou sobre as iniciativas do nosso projeto, demonstrando ainda não ter a ideia de sua proposta concluída, ou seja, conseguiram o projeto, porém tinham dúvida sobre como realmente realizá-lo, o que demonstra ter ocorrido interesses e acertos acima das necessidades específicas do projeto social.

Com o correr dos anos observamos tal iniciativa e identificamos que o projeto não atingia todas as necessidades locais e era extremamente caro, in-

clusivo com a determinação da realização de eventos que eram feitos através deste mesmo projeto, e que alcançaram cifras bem acima da necessária para o desenvolvimento do evento. Durante esse período tive a oportunidade de participar, com meus alunos de Búzios, de várias dessas competições conhecidas como Festival de Vela de Rio das Ostras, e durante meu envolvimento pude captar algumas informações sobre as disputas que ocorriam em relação ao projeto.

O município de Rio das Ostras possui um clube náutico que é tradicional e sempre foi sede das competições de iatismo desde os anos 70, conforme experiência própria. Com o tempo as competições foram canceladas e outras tentativas de reiniciar foram feitas. Novamente fomos chamados para desenvolver um projeto, e assim o fizemos, porém não conseguimos apoio. A informação que nos deram foi de que, além de diversos problemas políticos da época, o projeto anterior deixou uma impressão péssima e estava sendo evitado pelo poder público, mesmo com o apoio de pessoas da própria secretaria de esportes.

Na Laguna de Araruama temos dois municípios que demonstraram algum interesse na formação de projetos sociais de vela. Um deles é o município de São Pedro D'Aldeia, que tinha nessa época um centro de vela na entrada da cidade com a atuação de um velejador local à frente do espaço. Durante este período foram efetuados grandes campeonatos da classe Hobie Cat e a cidade esteve dentro do circuito nacional desta classe. Com esse andamento esportivo e com os eventos da Marinha, a prefeitura ficou inclinada a desenvolver um projeto social de vela, porém devido à incapacidade orçamentária a ideia ficou engavetada.

Na cidade de Araruama encontra-se uma tradicional raia de regatas e templo da vela. É também neste município que temos uma pequena marina, atualmente desativada, para embarcações que possam navegar nas águas da laguna, porém sem nenhuma ação esportiva ou social para o esporte, com algumas exceções como o recente evento de windsurfe realizado em Praia Seca, distrito de Araruama. Percebe-se então que houve a formação da política pública, por ocasião da criação da marina, porém não ocorreu a ação de utilização dessa estrutura. É importante informar que na cidade existe um clube náutico que já foi sede dos grandes eventos do município, como, por exemplo, o torneio denominado Hollywood Vela, citado anteriormente.

Recentemente, na função de docente da Universidade Veiga de Almeida - UVA, tive a oportunidade, ao participar voluntariamente de um evento de corrida rústica realizada pela prefeitura do município de Arraial de Cabo, de conhecer o secretário de esportes, e após algumas conversas fomos (eu e a UVA, através do seu coordenador Alexandre Motta) convidados a realizar projetos em várias áreas esportivas, uma delas de vela social. Após sua realização e entrega, recebemos a boa aceitação por parte do secretário e sua afirmação de que iniciáramos o projeto em dois meses. A conversa e os contatos seguiram animados e amistosos até que, sem nenhuma explicação e antes do início do projeto, simplesmente não conseguimos mais contato com o secretário e nem seu retorno dos e-mails que lhe enviamos. Sem saber o porquê fechamos mais essa tentativa sem êxito.

Desta forma e com essa vivência nesses diversos municípios, posso afirmar que muito tem que se rever em relação às políticas públicas e nos seus relacionamentos com as entidades e seus membros.

Conclusão

Durante minha vivência de políticas públicas, mesmo que em alguns casos superficialmente, posso tirar algumas conclusões que espero sejam entendidas como a visão de um entusiasta do esporte que deseja melhorar o sistema da região, pois considero que temos grandes condições e necessidade de elaborar políticas públicas sérias e mais adequadas às necessidades dos diversos setores da sociedade.

A relação do poder público com as entidades e seus membros deve ser melhor trabalhada e desenvolvida, pois uma sociedade organizada pode facilitar o trabalho dos gestores públicos. É certo que, ao mesmo tempo, se não houver fiscalização e a criação de dispositivos que permitam o rápido reconhecimento de utilização inadequada da verba pública e falta de realização dos objetivos combinados, os projetos podem virar cabide de emprego e forma ilegal de desvio de verbas, como ocorre em muitos municípios brasileiros.

Em nossas pesquisas através da ASENAB constatamos que no entendimento de vários dos associados das entidades do setor esportivo é importante que uma secretaria de esportes tenha um conselho deliberativo constituído pelos dirigentes das entidades organizadas e documentadas do setor, com o objetivo de delinear e auxiliar na realização e confecção das políticas públicas do setor. Tal fato gerou uma proposta de formação social da secretaria de esportes que teria em sua constituição esse conselho deliberativo e voluntário. O documento foi anexado ao plano de ações esportivas que foi aceito na época pelo então candidato a prefeito em Búzios. O plano foi utilizado, mas a proposta para a secretaria ficou engavetada e o secretário ignorou até as propostas existentes no plano de ações que foi vendido aos eleitores que elegeram tais gestores.

É fundamental que os gestores públicos revejam seu entendimento da função da sociedade organizada e criem dispositivos que permitam a existência, sobrevivência e ainda incentivem a criação de novas entidades.

Considero que as políticas públicas nesta área são na maioria tímidas e efetuadas de forma inadequada, pois não observamos a criação dos dispositivos necessários para a fiscalização e penalização dos projetos que deixam de ser interessantes para a população.

É fato que o poder público deveria se cercar de parceiros da iniciativa privada, o que em muitos casos acontece, porém ainda com pouca adesão dos empresários locais, geralmente sempre os mesmos que participam de eventos e projetos.

Acredito que encontramos uma grande tendência à prática de esportes náuticos nos municípios da região. Observei durante estes anos que existe algum interesse prévio da população, porém muito pouco se vê em relação a ações duradouras e bem estruturadas através de eventos e projetos dos esportes ligados ao meio náutico que possam incentivar a sua prática pelos habitantes locais e sua consequente geração de maior atuação esportiva das diversas modalidades, formalizando definitivamente a adesão dos municípios da região ao mercado do turismo esportivo e dos esportes da natureza.

Em breve o Rio de Janeiro receberá as Olimpíadas de 2016. É fato que as competições a vela do evento têm diversos entraves, como uma baía excessivamente poluída e raias que, por esse motivo, devem ser feitas a longas distâncias da sede do campeonato, dificultando muito o fator segurança e ampliando os custos e a demora nas competições. Essa distância cria a necessidade de cruzar a baía para ir e voltar das áreas de competição, com o ônus das manchas de óleo e outros reagentes químicos que se aderem ao casco tornando a água mais abrasiva e, desta forma, causando maior atrito, que pode ser desigual de uma embarcação para outra. Existe ainda o perigo de abalroar lixos grandes e sólidos que boiam pela Baía de Guanabara, como um sofá ou animal morto, muitas vezes à flor da água e de difícil identificação.

Concluo, então, que se as políticas públicas para o esporte a vela estivessem sendo realizadas de forma adequada e preocupada com as possibilidades futuras, com a adesão do setor privado e de uma sociedade organizada e consciente, poderíamos de imediato ter sido parte da proposta de candidatura para as Olimpíadas. Hoje poderíamos estar recebendo um grande aporte de verbas para a construção da estrutura náutica necessária na região, visto que seria possível ter desenvolvido uma proposta regional de sede olímpica graças à proximidade dos municípios e suas capacidades específicas de participação em tal projeto. Lembro ainda que muito deve e pode ser feito. Grandes eventos, que já vêm sendo efetuados na região, podem proliferar e sedimentar a nossa posição nesse mercado esportivo.

Esporte, Ciência e Lazer.

A sustentabilidade da Pesca Esportiva Oceânica Brasileira (1993-2011)

Eduardo Gomes Pimenta

Introdução

A preocupação com o trabalho digno, a vida humana e o meio ambiente têm sido fatores discutidos em todas as esferas do pensamento humano contemporâneo, provocando o realinhamento das atividades alicerçado no conhecimento do meio ambiente e respeito às formas de vida. A necessidade da busca de processos de gestão integrada nas esferas social, econômica e ambiental é o caminho sólido para alcançar a sustentabilidade ambiental. Esta exigência da modernidade estimula um debate que inaugura um universo novo de informações.

Para o ser humano contemporâneo, a ecologia se apresenta como um novo mundo no qual suas atitudes, opiniões, postura, valores têm que se readaptar. Ela exige a revisão e redefinição dos limites do desenvolvimento humano. O universo que a questão ecológica introduz em nossas vidas também nos obriga a reformular nossa identidade perante a natureza e a nós próprios, diante da iminência de um colapso que se abaterá sobre o futuro e a qualidade das vidas humanas. Indagações fundamentais da condição humana são revisitadas: Onde estamos? De onde viemos? Para onde vamos?

A civilização encontra-se diante da escolha de qual princípio organizativo de vida social lhe será mais adequado: a racionalidade econômica ou a ecológica. É nesse embate de racionalidades que se inscreve o desafio de construir uma gestão que acolha os anseios de um novo modelo. Para o nosso caso, aqui abordado, a proposição é alicerçada no tripé esporte, ciência e lazer, para mudar o modo de agir e de pensar dos pescadores da zona oceânica brasileira.

Mais uma vez, indagações fundamentais, agora da condição dos estoques naturais de peixes oceânicos, são revisitadas. O que o Brasil precisa fazer para desenvolver a sua pesca oceânica? Consolidar uma frota pesqueira oceânica nacional, estabelecer quotas de captura através de negociação em fóruns internacionais, formar mão-de-obra especializada e gerar conhecimento científico e tecnológico. Essa missão não diz respeito apenas à manutenção dos estoques naturais de cardumes para a pesca, mas também para a geração de divisas, empregos e renda. Implica, também, na efetiva ocupação da Zona Econômica Exclusiva brasileira e das águas internacionais do oceano Atlântico Sul.

Além de depender da capacidade de negociação do país em fóruns internacionais, dependerá diretamente da sua capacidade de cumprir com a obrigação de gerar dados confiáveis e de realizar pesquisas que permitam uma melhor avaliação dos estoques explorados. Estoques estes que dependem da adoção das medidas de ordenamento e conservação necessárias para assegurar a sustentabilidade dos arranjos produtivos. Os desafios de desenvolver sustentavelmente a pesca oceânica brasileira são muitos.

Este debate realmente inaugura um novo universo, informacional, mesclando a questão ambiental com outros grandes temas contemporâneos. Todos os debates sobre os principais temas da atualidade passam a ter a componente ambiental em seu interior ou, quando não a incorporam, têm-na como uma interlocutora constante. A humanidade expõe uma nova problemática que apresenta a sociedade uma de suas faces obscuras – a sua competente capacidade de autodestruição.

Assim, a problemática ambiental se generaliza e ganha todos os espaços e habitats do planeta, anunciando o repensar de um novo tipo de gestão. Onde o ser humano reavalia a si próprio, suas ações, seu pensamento sobre si mesmo, sobre o mundo que o cerca e sobre o mundo que construiu. Procurando o lugar do humano, distinguindo os limites de seu espaço na natureza e, assim, impondo novos paradigmas para o desenvolvimento e o crescimento.

A questão ecológica tem despontado como uma das principais exigências da modernidade, estimulando um debate que inaugura um universo novo de informações para o ser humano contemporâneo, onde o movimento ambiental se apresenta como uma nova ordem que propõe a readaptação de atitudes, opiniões, posturas e valores. Exige a revisão e redefinição dos limites da ação humana e elege a educação ambiental como ferramenta de transformação para o atingimento da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Portanto, a educação ambiental desponta como uma importante intervenção, já que permite ao ser humano: *“Compreender a natureza complexa do meio ambiente resultado de aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais, inserirem-se nele de uma maneira consciente, a utilização reflexiva e prudente das possibilidades e recursos do universo para satisfação das necessidades materiais e espirituais presentes e futuras da humanidade”* (DIAS, 1992).

Desenvolvimento

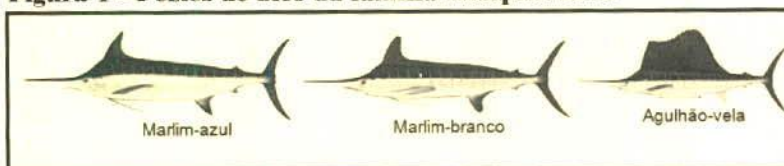
Com a chegada do verão, o sol aquece as camadas superiores do mar, aumentando a produção primária induzida por vórtices e ressurgência na borda do talude e sobre a plataforma continental, atraindo grandes cardumes de pequenos peixes que se alimentam de plâncton, principalmente sardinha maromba (*Sardinella brasiliensis*). À medida que se locomovem, sardinhas são seguidas por dourados, atuns e afins, tornando-se alvos fáceis.

Esse é o habitat preferencial dos peixes de bico, que chegam a nadar 80 km por hora com seu corpo aerodinâmico e agilidade de caçador oportunista.

Comem tudo que encontram pela frente, peixes, lulas, polvos pelágicos e crustáceos em um complexo sistema de trabalho em equipe, estratégica e oportunidade, dando início a uma caça frenética, conduzindo ao racionamento de que ceifam o cardume como uma faca até seu último exemplar.

No Brasil a captura dos primeiros peixes de bico da família Istiophoridae (Figura 1) em caráter esportivo foi registrada em fevereiro de 1955 a bordo da lancha *Nemesis* do pescador Raymundo de Castro Maya. Em 15 de janeiro daquele ano e, no dia seguinte, foram embarcados dois agulhões-vela e um marlim-branco, todos a aproximadamente 10 milhas do farol de Cabo Frio - RJ. A partir deste fato, pouco tempo depois os torneios esportivos de pesca oceânica tiveram início no Brasil, nas temporadas de 1963/64 no Iate Clube do Rio de Janeiro - ICRJ, 1969/70 no Iate Clube do Espírito Santo - ICES e no início da década de 70 no Yacht Club de Ilhabela - YCI e na década seguinte, no Costa Azul Iate Clube - CAIC sediado em Cabo Frio - RJ.

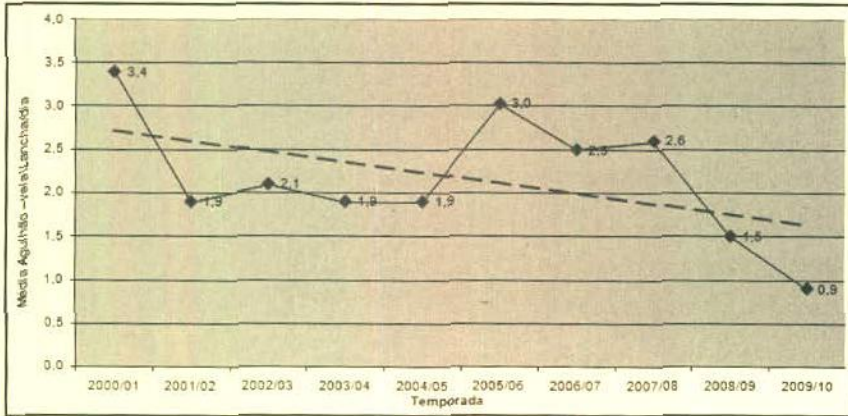
Figura 1 - Peixes de bico da família Istiophoridae.



Fonte: ErgoMar

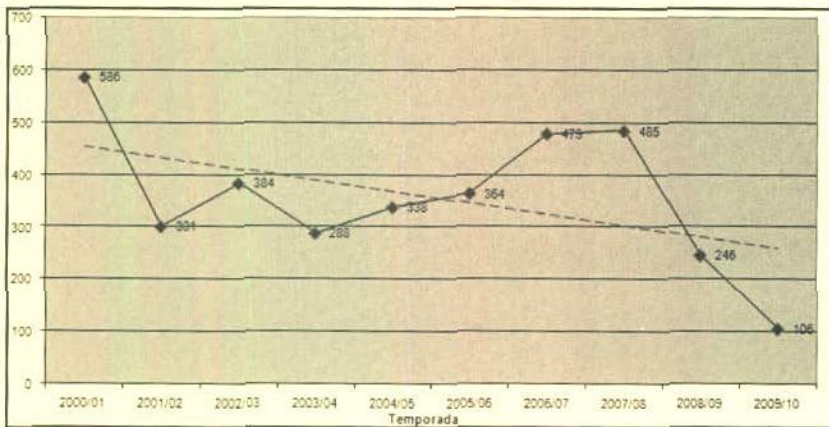
Os torneios acontecem nos meses quentes de outubro a fevereiro (ARFELLI et al., 1994; AMORIM & SILVA, 2005) onde pescadores esportivos através de seus respectivos clubes de pesca se organizam em equipes, embarcam em lanchas equipadas com vara e carretilha, utilizando-se do petrecho de currico para a captura de tunídeos e afins. Originalmente, todos os torneios eram de embarque dos peixes, chegando a capturar 23.875 agulhões-velas (630,5 t), 243 marlins-azuis (21,9 t) e 97 marlins-brancos (3,4 t) no período de 1969/70 a 1991/92 (ARFELLI et al., 1994).

Com o passar dos anos o declínio da pesca em torneios esportivos se tornou realidade e os pescadores esportivos demonstraram grande preocupação e interesse na proteção desses peixes. O Iate Clube do Rio de Janeiro - ICRJ apresentou uma série de dados da pesca esportiva, relacionando a captura por lancha/dia (Figura 2) e por temporada (Figura 3) para o agulhão-vela no período de 1975 a 2002 (ANONIMUS, 1992). Os dados evidenciam que na temporada de 1975/76 foram capturados 1.241 peixes e na temporada de 2001/2002 foram capturados 304 peixes, demonstrando um acentuado declínio observado em 27 anos. Foram capturados em média 7,7 peixes por lancha em 1975/76 e 1,7 peixes por lancha em 2001/2002.

Figura 2 - Captura de Agulhão-vela por lancha/dia no ICRJ

Fonte: ErgoMar

Cientistas de instituições públicas e privadas que pesquisam o Rendimento Máximo Sustentável para a captura nacional das principais espécies de peixes oceânicos explorados pelo Brasil se mostraram atentos ao fato e criaram o Projeto Marlim (PIMENTA & AMORIM *et al.* 2001) no início da década de noventa com objetivo de estudar os peixes de bico do oceano Atlântico Sul através da captura, marcação e liberação para estudos de rota migratória e de taxa de crescimento.

Figura 3 - Total de Agulhões-vela por temporada

Fonte: ErgoMar

Além da liberação dos peixes nos torneios esportivos dos clubes de pesca, o projeto objetivou o estudo de aspectos biológicos e pesqueiros das espécies bem como a padronização da captura por unidade de esforço - CPUE. A pesquisa-ação (THIOLLENT, 1997) foi viabilizada mediante parceria de grupos de pesquisa

trabalhando em rede: o Grupo de Estudos da Pesca da Universidade Veiga de Almeida do Rio de Janeiro (GEPesca-UVA), o Instituto de Pesca de São Paulo (IP), o Grupo de Ergonomia e Novas Tecnologias da Coordenação de Programas de Pós Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GENTE), The Billfish Foudation (TBF), Internacional Comission for Conservation of Atlantic Tunas (ICCAT), estudantes de biologia e ciências correlatas.

Para o atingimento dos objetivos, o projeto se associa aos iates clubes que se mostraram interessados na preservação. A educação ambiental foi utilizada como ferramenta de entrada e de interlocução com os atores envolvidos na pesquisa, objetivando a busca da sustentabilidade da pesca marítima como tarefa do presente e do futuro.

Segundo ARFELLI e AMORIM (1981), ARFELLI *et al.* (1986), PIMENTA *et al.* (2001, 2005), grandes cardumes de peixes de bico, representados por agulhões-velas e marlins-brancos, se deslocam em direção ao litoral para desovar. Junto com eles sempre são encontrados os dourados, tunídeos e afins. Por coexistirem juntos, os peixes de bico são capturados pela frota extrativista em grande quantidade incidentalmente por petrechos de espinhel e anzol.

Esse tipo de captura não agrada ao pescador e traz prejuízos ao cruzeiro de pesca. O peixe alvo do cruzeiro com melhor preço de primeira venda deixa de ser capturado. Há registro de que também embolam e danificam o espinhel, maximizando perdas. Ameaça ainda o arranjo produtivo que opera na zona oceânica. O Brasil, através do projeto, vem desenvolvendo medidas para minimizar essas baixas, cumprindo o acordo obrigatório estabelecido em negociação em fóruns internacionais. Por sua vez, os pescadores esportivos consideraram a frota comercial que opera na zona oceânica como responsável pelo declínio acentuado dos peixes em seus torneios.

Um exemplo concreto são as ações de sustentabilidade desenvolvidas na costa brasileira que objetivam a diminuição das capturas incidentais dos agulhões-vela e a proibição das capturas e comercialização do marlim-azul e do marlim-branco em todo o território nacional através da Instrução Normativa SEAP N° 12, de 14 de Julho de 2005 (anexo), já que a sua pesca excessiva não ameaça apenas a sustentabilidade dos estoques naturais, mas a própria atividade esportiva e extrativista, incluindo vários postos de trabalho engajados nos processos de produção e comercialização.

A cadeia produtiva, consumidores e pesquisadores devem fazer a sua parte, contribuindo com a sustentabilidade de suas atividades de lazer e laboral. Os pescadores efetivando medidas que minimizem as capturas de espécies ameaçadas, os consumidores não comprando esse pescado, os empresários inibindo a compra e venda destas espécies e os pesquisadores subsidiando tomada de decisão.

Para que isso não se agrave e que sanções administrativas e fiscalizadoras não atinjam o setor são desenvolvidas campanhas de educação ambiental e de responsabilidade socioambiental para o desenvolvimento sustentável da pesca esportiva e extrativista, de modo a satisfazer as necessidades do presente

sem comprometer o pescador e os estoques naturais. Isso implica em escolhas e formas de pensar e de agir de todos.

Material e métodos

Os pesquisadores do Projeto Marlim fizeram o acompanhamento dos torneios de pesca esportiva oceânica e da frota pesqueira extrativista comercial na região sudeste do Brasil entre 1993 a 2011, coletando informações estatísticas, dados biológicos e oceanográficos, ministrando palestras, tendo como ferramenta de entrada e interlocução com os atores a educação ambiental aliçada no tripé esporte, ciência e lazer.

A coleta e análise de conteúdo estomacal, estágios maturacionais de desova e horário de captura deu-se conforme metodologia descrita em PIMENTA *et al.*, 2001, 2005a, 2005b; AMIRIM & SILVA, 2005; AMORIM *et al.*, 2009a. A definição adotada para a parametrização do esforço de pesca foi a captura por unidade de esforço – CPUE padronizada através de diferentes metodologias descritas por AMORIM *et al.* (2006, 2009b).

Os peixes foram identificados como agulhão-vela (*Istiophorus platypterus*), marlim-azul (*Makaira nigricans*), marlim-branco (*Tetrapturus albidus*), albacora-de-laje (*Thunnus albacares*), bonito-de-barriga-listada (*Katsuwonus pelamis*), dourado (*Coryphaena hippurus*), albacorinha (*Thunnus atlanticus*), albacora-branca (*Thunnus alalunga*), dentre outros pertencentes à ictiofauna acompanhante (ARFELLI *et al.*, 1994; PIMENTA *et al.*, 2001).

Plano de Ação para a Pesca Esportiva

A ideia de se colocar marcas em animais selvagens surgiu em 200 AC, quando as aves carregavam mensagens. Por volta do ano de 1600, uma pequena fita colorida amarrada à cauda do salmão atlântico norte deu início aos estudos de migração de peixes com esta técnica. Atualmente utiliza-se uma espécie de náilon, chamada de hidron, utilizada em implantes humanos. As marcas convencionais mais utilizadas são numeradas e possuem um endereço para retorno. Quando o peixe é marcado, uma ficha, com o número correspondente, é preenchida com o nome da espécie, data, tamanho estimado, local e nome do pescador, ficando arquivada nos bancos de dados dos institutos de pesquisa. Quando o peixe é reencontrado obtêm-se dados de crescimento e migração. Atualmente utiliza-se marcas eletrônicas mais sofisticadas, que além da rota migratória registram a hora, profundidade, temperatura da água, entre outras informações, tipo PSAT- Pop-up (Satellite Archival Tag).

Em 1979 ocorreram as primeiras 20 marcações de agulhões-velas no Iate Clube do Rio de Janeiro - ICRJ. O primeiro Torneio de Marcação de Peixes de

Bico do Brasil ("Tag & Release") foi realizado em janeiro de 1993 no Yate Clube de Ilhabela (Revista YCI, 1993). Em janeiro de 1994 o Costa Azul Iate Clube - Cabo Frio/RJ - CAIC promove o primeiro torneio de "Tag & Release" no estado do Rio de Janeiro, em dezembro do mesmo ano. Em Vitória, o Iate Clube do Espírito Santo - ICES promove o seu torneio nos mesmos moldes (AMORIM & ARFELLI, 1979). A novidade na mudança no regulamento - o principal objetivo passa a ser o de marcar e liberar o maior número possível de peixes - se estende aos principais clubes de pesca oceânica.

Até a presente data, aproximadamente 500 marcas foram colocadas nos torneios corroborando para o entendimento de seu nicho ecológico. Um agulhão-branco liberado por um pescador esportivo em Ilhabela/SP em 1994 foi capturado pela pesca atuneira em frente a Florianópolis/SC após três anos. Um espadarte, liberado pela pesca comercial, em frente a Florianópolis em 1982, com cerca de 70 cm e 14 kg foi encontrado após 11 anos e três meses em águas internacionais uruguaias e argentinas por uma embarcação uruguaia com 220 cm e 175 kg. Um agulhão-vela liberado por um pescador esportivo no Rio de Janeiro em dezembro de 1996 foi capturado por um atuneiro de Santos/SP, em fevereiro de 1997. Em 18 de novembro de 2008 um pescador esportivo do Iate Clube do Rio de Janeiro liberou um agulhão-vela em frente a Cabo Frio e capturado pela pesca comercial em 29 de dezembro de 2008, basicamente no mesmo local onde foi marcado (AMORIM, 2009). Entretanto, para os peixes de bico marcados a taxa de recaptura é muito baixa, de somente 2%, contra 13% dos atuns (CARRARI - AMORIM, 1998).

Em uma atitude contagiosa, ao longo das temporadas seguintes, os iates clubes foram aderindo ao capturar, marcar e liberar os peixes em seus torneios oficiais. O Projeto Marlim desenvolveu estratégias motivacionais para esta prática, como a criação e divulgação de uma competição nacional de "Tag & Release" publicada em revistas especializadas do ramo, entrega de diplomas de liberação e gravuras de peixes de bico da "The Billfish Foundation".

Seguindo a tendência, as diretorias de pesca dos clubes adquiriram e colocaram à disposição das equipes kits de marcação. Também foi criado um troféu itinerante para a equipe que marcasse o maior número de peixes na temporada. Vários esforços foram realizados para que a liberação ganhasse força nos torneios e diversas palestras foram realizadas e muitos convidados do exterior estiveram integrando a equipe realizadora.

A pesca esportiva foi considerada parceira ideal, pois durante os torneios toda a infraestrutura de captura desses peixes foi disponibilizada aos pesquisadores. Além da ideia inicial de liberação dos peixes ampliou-se a coleta de informações, pois sempre alguns exemplares foram embarcados, em geral de tamanhos perto de recordes.

As primeiras restrições de embarque nas regras dos torneios ocorreram com o marlim-azul abaixo de 80 kg, seguido da liberação do segundo agulhão-vela no Yate Clube de Ilhabela. Em seguida o peso do marlim-azul passou para 120 kg, na temporada seguinte para 150 Kg. No mais importante torneio de

pesca esportiva oceânica do Brasil, o Cabo Frio Marlin Invitational, o peso mínimo para a captura da espécie passou de 150 kg para 250 kg. Atualmente os torneios dos citados iates clubes liberam todos os marlins-azuis abaixo de 250 kg, marlins-brancos abaixo de 50 kg e todos os agulhões-velas (ANONIMUS, 1995).

A liberação dos peixes por parte de alguns pescadores foi bastante difícil inicialmente. No entanto, na temporada de pesca oceânica de 1996/97, do Costa Azul Iate Clube - Cabo Frio, um dos pioneiros na prática do "Tag & Release" no Brasil publica o seguinte texto na sua revista da temporada de pesca:

o Projeto Marlim será aperfeiçoado, com o intuito de conscientizar os pescadores que, ao marcar e liberar os peixes de bico estará preservando a natureza. E nossas "marcas ou etiquetas" começaram a surgir por toda à parte, garantindo, assim, não só grandes pescarias ao lado de nossos filhos e netos, mas também a possibilidade de que no futuro eles tenham as suas próprias histórias. (Anonimus, 1996)

Para atingir o objetivo de marcar e soltar o maior número de peixes possível em torneios esportivos foram necessárias negociações muitas das vezes tensas. Por bom tempo, os torneios de um mesmo clube eram divididos, de forma organizacional, nos que embarcavam e nos que liberavam peixes. Essa interfase durou pouco tempo, tempo suficiente para que o bom senso prevalecesse e que a prática de captura/marca/solta ou captura/solta prevalecesse. Foi um período curto, mas tenso para os pescadores e pesquisadores do Projeto Marlim. No entanto, optou-se pela estratégia do contato estreito com os pescadores esportivos em vez de fiscalização e publicação de séries de críticas ao processo de embarque na pesca esportiva.

Após a consolidação da prática de "pegar & soltar" o peixe, a preocupação maior passou a ser sobre as condições de sanidade em que esse peixe capturado é liberado. Para atender a essa demanda, o programa de pesquisa sugeriu a utilização do anzol circular que se mostrou eficiente em outros países na manutenção do peixe vivo até o seu recolhimento. A obrigatoriedade no uso do anzol circular citada em regulamento ocorreu na temporada de 2008/2009 do Iate Clube do Rio de Janeiro - ICRJ.

A técnica, equipamento apropriado e experiência são palavras-chave para o êxito na liberação de peixes oceânicos em boas condições. Segundo os comandantes Marco Ribas, da lancha Tarpon (ICRJ), e Chris Badsey, que têm experiência, pois juntos já liberaram respectivamente 61 e 190 "striped marlins" em um dia, é necessário a liberação rápida do peixe para não comprometer a sua saúde.

Para eles, o anzol circular é recomendado por ser eficiente na captura, prende-se no canto da boca e dificilmente se fixa nas vísceras, evitando machucar fatalmente o peixe por apresentar a ponta voltada para dentro, diferente do anzol convencional J. Existe uma versão utilizada pela pesca esportiva, con-

feccionado com material especial que rapidamente é dissolvido pela corrosão, facultando ao pescador sua retirada ou não, caso seja necessário, pois em três dias tem sua ponta dissolvida pela corrosão (Figura 4).

Figura 4 - Anzol J e anzol circular



Fonte: Diretoria de pesca do ICRJ.

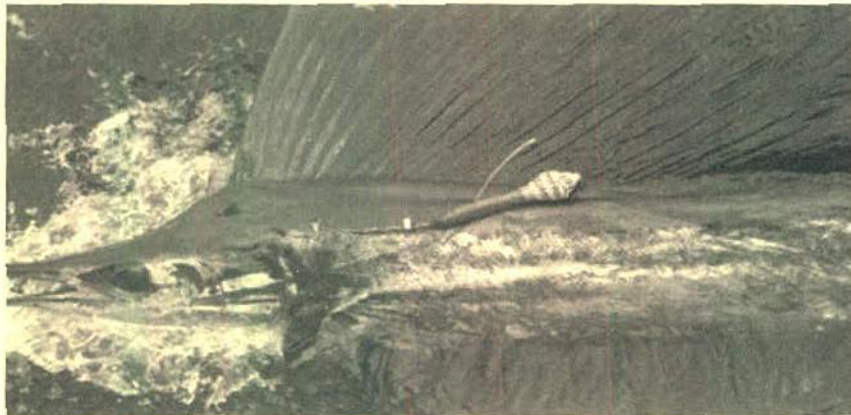
Os citados comandantes e pesquisadores acrescentam ainda a recomendação de uso de linha mais grossa do que 30 libras, evitando uma longa captura e, conseqüentemente, maior trauma para o peixe. Ficar com um peixe na linha por mais de 20 minutos diminui consideravelmente sua chance de sobrevivência tornando-se uma presa fácil quando liberado.

Em 2008, o Comodoro do Iate Clube do Rio de Janeiro - ICRJ inovou e criou o cargo de Diretor de Pesca para Assuntos Relacionados com a Conservação da Vida Marinha, subordinado à Diretoria de Pesca. A criação do cargo reforça a manutenção do conceito de preservação das espécies, que atualmente existe na consciência dos pescadores esportivos, um dos objetivos do Projeto Marlim. Segundo o primeiro diretor “O mais importante é que nossos jovens pescadores estão crescendo convictos de que pescar e soltar é legal, mas, soltar o peixe é fundamental” (RIBAS, 2008).

A partir da temporada de pesca esportiva oceânica de 1997/98 o Iate Clube do Rio de Janeiro implanta em todos os seus torneios o conceito de capturar e soltar (Catch & Release), no qual o peixe capturado precisa ser homologado por um observador de bordo estranho à equipe presente em cada embarcação. Os observadores, em sua maioria, são formados por estagiários e pesquisadores. Na temporada de 2008/09 foi tomada outra decisão importante, a obrigatoriedade do uso do anzol circular nos torneios. Na sequência de medidas em benefício do peixe, foi incluído o aumento da resistência da linha, evitando o “estresse” causado pelo longo tempo de briga com o pescador. Na prática, o peixe é liberado mais rapidamente e muito mais saudável, minimizando a taxa de mortalidade em peixes liberados em até 10 vezes, segundo a Fisheries Service of the Maryland Department of Natural Resources.

O Iate Clube do Rio de Janeiro - ICRJ promoveu na temporada de pesca oceânica esportiva de 2010/2011 a edição XVIII do Cabo Frio Marlin Invitational, um dos mais importantes torneios de pesca esportiva oceânica do Brasil. Neste torneio, equipes do Brasil e do exterior vêm pescar em águas oceânicas da costa norte do estado do Rio de Janeiro, sediados na Sub Sede do clube em Cabo Frio. Nesta edição, mais uma vez o ICRJ inova e aprimora regras implantando a obrigatoriedade da utilização de linhas de maior teste e do anzol circular nesta edição. Na edição passada já havia sido alcançada a expressiva marca de liberar todos os marlins-azuis capturados, um fato inédito após anos de atuação no procedimento de “Tag & Release” e “Catch & Release” em torneios esportivos.

Figura 5 - Marca tipo PSAT- Pop-up e marca convencional no mesmo peixe



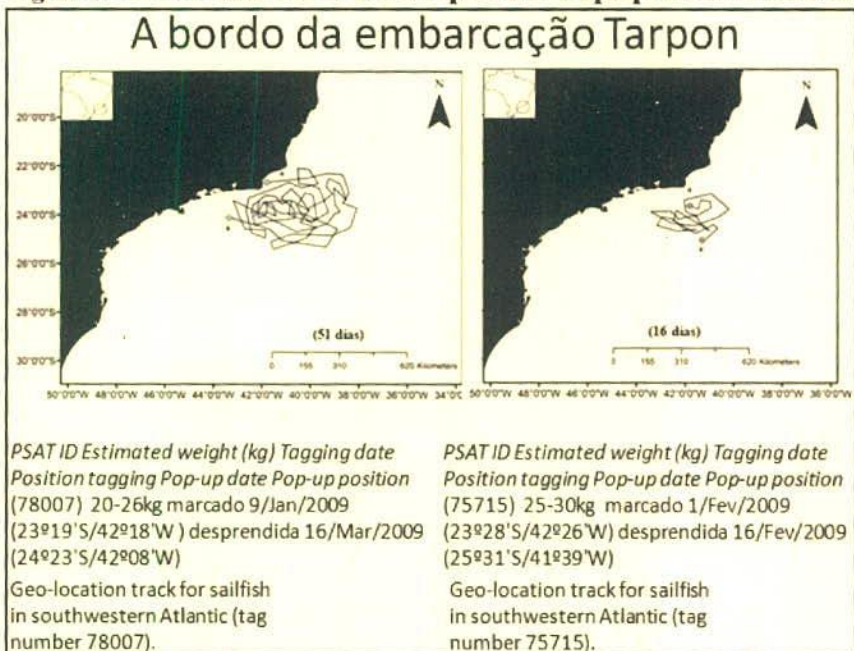
Fonte: *I ErgoMar*

Não menos importante foi a também ação inovadora do ICRJ, através de um esforço conjunto da diretoria de pesca, de colocar as primeiras marcas tipo PSAT- Pop-up Satellite Archival Tag do Brasil em agulhões-vela, marlins-brancos e marlins-azuis a bordo de embarcação de pesca esportiva. As informações valiosas decorrentes deste feito estão subsidiando tomadas de decisão a respeito do melhor entendimento do nicho ecológico destes maravilhosos peixes (Figuras 5). Antes, o ICRJ já motivava os pesquisadores do Projeto Marlim a promover estudos de maturacionais de desova na costa norte do estado do Rio de Janeiro, onde foram identificadas áreas importantes de reprodução em Cabo Frio, responsável pelo recrutamento de juvenis para estoques naturais do Oceano Atlântico (PIMENTA, 2004 & MOURATO, 2008). O clube tem 90 anos de historia e meio século de pesca esportiva e pioneirismo na preservação ambiental marinha, como aprimoramento constante de regras em seus torneios de pesca, implicando em escolha e forma de pensar e de agir inovadoras.

Pode-se dizer que houve um sensível ganho na parceria do clube com o Projeto Marlim, tanto no sentido de liberação dos peixes de bico, como na ob-

tenção de amostras biológicas que resultaram numa série de informações científicas que hoje subsidiam tomadas de decisão para a gestão sustentável dos estoques naturais.

Figura 6 - Resultados com a Marca tipo PSAT Pop-up em Cabo Frio-RJ



Fonte: I ErgoMar

Plano de Ação para a Pesca Comercial Extrativista

O aumento significativo das capturas do agulhão-vela junto à pesca comercial na região sudeste, em especial na costa norte do estado do Rio de Janeiro, em uma de suas mais importantes áreas de desova brasileira (PIMENTA *et al.*, 2001, 2005a, 2005b), representa uma ameaça crescente para a conservação da espécie (Tabela 1). Se essa situação não for revertida, poderá levar à necessidade de se criar uma zona de exclusão de pesca ou a proibição de sua comercialização, a exemplo da medida já em vigor para o marlim-branco e marlim-azul.

Tabela 1 – Capturas Incidentais na costa norte do Estado do Rio de Janeiro

Desembarque da Frota de Pequeno Porte, Cabo Frio, Dezembro/2010					
Peixes	Produção 22 Barcos			Produção 150 Barcos	
	Unidade	Peso	%	Unidade	Peso
Sailfish	424	9.691	20,1	2.890	66.000
Dourado	5.489	37.296	77,2	37.420	254.000
Marlim-Branco	52	1.351	2,8	355	9.000

Fonte: GEPesca – UVA

Para minimizar as capturas incidentais dos peixes de bico junto às capturas comerciais de dourado tunídeos e afins, pesquisadores do Projeto Marlim lançaram a campanha de educação ambiental voltada para os pescadores comerciais no I Simpósio de Ergonomia e Sustentabilidade na Atividade Marítima e Costeira – I ErgoMar que aconteceu na Universidade Veiga de Almeida – Campus Cabo Frio em agosto de 2010 com a participação de todo o seguimento (Figuras 7, 8 e 9). Essa proposição foi estendida através de reuniões com o setor produtivo, presidente da Internacional Commission for Conservation of Atlantic Tunas – ICCAT e pesquisadores do Projeto Marlim, objetivando, como já acontece na pesca esportiva, evitar baixas nos estoques naturais desses peixes junto à pesca comercial.

O objetivo da campanha, portanto, é promover a sustentabilidade da pescaria extrativista a partir da redução da captura incidental dos peixes de bico de modo a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer, porém, o futuro da atividade pesqueira e os estoques naturais. Com esta finalidade, propõe a campanha que, voluntariamente, todo e qualquer peixe de bico que ainda se encontre vivo no ato da retirada do anzol da água seja solto imediatamente, e que quando o mesmo já se encontre morto, que seja trazido ao cais para que seja doado para instituições filantrópicas e de pesquisa.

Para o sucesso da campanha foi considerado absolutamente essencial a participação de todos envolvidos, principalmente dos pescadores embarcados, armadores e consumidores, para que, conjuntamente, se possa construir uma mudança de atitude em prol da sustentabilidade da pesca e dos estoques dos peixes de bico para as gerações presentes e futuras.


Figura 7 - Folder e cartaz da campanha de educação ambiental (1)




CAMPANHA SÓCIO AMBIENTAL DE PRESERVAÇÃO

NÃO DEIXE ESTE BICO FORA DA ÁGUA

O objetivo desta campanha é a do desenvolvimento sustentável da pescaria de modo a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o pescador e os estoques naturais dos Peixes-de-bico e isso implica em escolhas e formas de pensar e agir de todos nós.

Para o sucesso da campanha é necessária a participação de todos, principalmente dos pescadores embarcados, armadores e consumidores.




Peixe de Peixe-de-bico







CONTATOS:
 Universidade Veiga de Almeida
 Campus Campo Freixo
 Rio de Janeiro - Brasil - Estrada de Peryass, s/n
 eplamenta@uva.br

 GENTE / PEP / CÔPPE / UFRJ
 Av. Horácio Macedo, 2030 Bloco G Sala 207
 Centro de Tecnologia - Rio de Fundão - Rio de Janeiro
 revista@gergonomia.ufrj.br



PEIXE-DE-BICO

Subcomitê Científico do Comitê Consultivo
 Permanente de Gestão sobre Atuns e Afins





Figura 8 - Folder e cartaz da campanha de educação ambiental (2)







NÃO DEIXE ESTE BICO FORA DA ÁGUA

Grandes pensadores consideram o homem como centro das atenções, o ponto de partida para as mudanças no modo de ser, agir e pensar. Para renovar o modo de operar é imprescindível enfatizar a valorização do homem. O pescador deve ser valorizado como pessoa e como profissional, pois o indivíduo satisfeito com o tratamento e com o trabalho que executa, irá desempenhá-lo com níveis crescentes de qualidade, eficiência e comprometimento com as causas ambientais e sociais.

CAMPANHA SOCIO AMBIENTAL DE PRESERVAÇÃO



Subcomitê Científico
do Comitê Consultivo
Permanente de Gestão
sobre Atuns e Afins

Para esta nova fase do projeto os desafios são muitos e passam pelo dimensionamento dos meios de produção; a abundância relativamente baixa dos recursos pesqueiros marinhos; a reduzida produtividade de nossas águas; a degradação ambiental dos ambientes costeiros; o esforço de pesca excessivo e concentrado sobre um pequeno grupo de recursos tradicionalmente pescados; a utilização de métodos de pesca inadequados; o potencial produtivo; a características biológicas básicas de vários recursos pesqueiros simplesmente desconhecidos; a deficiência de dados estatísticos de produção; e o esforço de pesca que permita monitorar a condição dos estoques explorados e o setor produtivo com baixo nível de conscientização dos limites naturais da exploração sustentável. Passa ainda pelos principais países importadores de pescado brasileiro, pelos principais mercados consumidores que também são os tradicionais produtores, pela limitação do mercado interno e pela dependência da exportação e de barcos arrendados, o que leva a uma elevada vulnerabilidade.

Figura 9 - Folder e cartaz da campanha de educação ambiental (3)

Campanha sócio ambiental de preservação dos Peixes-de-bico no litoral brasileiro

Com a chegada do verão, o sol aquece as camadas superiores do mar, aumentando a disponibilidade de alimento e atraindo grandes cardumes de peixes-de-bico, representados por agulhões-vela, marlins brancos e negros, que se deslocam em direção ao litoral para desovar. Junto com eles, sempre encontramos os dourados, ambos cumprindo sua rota migratória reprodutiva no sentido norte-sul da costa brasileira. Esses maravilhosos peixes de bico, porém, vem sendo capturados pela frota que tem como objetivo a captura de outras espécies, tais como os atuns e afins, além dos próprios dourados, de forma que sua captura traz transformos para os pescadores, que terminam capturando uma espécie de baixo preço, atrapalhando a captura da espécie alvo do cruzeiro de pesca, com maior preço de venda. Entretanto, como as quantidades de peixes de bico capturados são significativas, os estoques naturais sofrem bastante, principalmente em razão do litoral do Estado do Rio de Janeiro, ser uma importante área de desova para essas espécies, que tem, assim, a sua sobrevivência ameaçada.



Pesca de Peixe-de-bico

Esse cenário preocupante motivou o Ministério da Pesca e Aquicultura a somar esforços com todos os envolvidos nesse tipo de pesca, com o objetivo de resmiliar as capturas dessas espécies, já que a sua pesca excessiva não ameaça apenas a sustentabilidade dos seus estoques, mas a própria atividade profissional de vários pescadores e outros profissionais do setor pesqueiro, engajados nos processos de produção e comercialização de pescado. No caso dos

agulhões branco e negro, é importante lembrar que o seu embarque, se o peixe ainda estiver vivo no momento do recolhimento do espinhel, e a sua comercialização, sob qualquer título, já estão proibidos por lei em todo o território nacional. O aumento significativo das capturas do agulhão-vela na costa do Rio de Janeiro, porém, em uma de suas mais importantes áreas de desova na costa brasileira, representa uma ameaça crescente para a conservação da espécie, situação que se não for revertida poderá levar à necessidade de proibição de sua comercialização, também, a exemplo da medida já em vigor para os agulhões branco e negro.

O objetivo dessa campanha, portanto, é promover a sustentabilidade da pescaria de dourados, atuns e afins, a partir da redução da captura dos peixes de bico, de modo a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer, porém, nem o futuro da atividade pesqueira e nem dos estoques naturais. Com esta finalidade, propõe-se que, voluntariamente, todo a qualquer peixe-de-bico que ainda se encontre vivo no alto da retraiada do aparelho de captura de água, seja solto imediatamente, e que quando o mesmo já se encontre morto, que seja trucidado ao caos para que seja doado para instituições filantrópicas. Para o sucesso da campanha, contudo, é absolutamente essencial a participação de todos, principalmente dos pescadores embarcados, dos armadores e dos consumidores, para que, conjuntamente, possamos construir uma mudança de atitude, em prol da sustentabilidade da pesca e dos estoques dos peixes de bico, para as gerações presentes e futuras.



Os pescadores usam o bico para acomodiar melhor o peixe na urna de gelo do barco

PEIXE-DE-BICO

Discussão

Grandes pensadores consideram o homem como centro das atenções, como ponto de partida para as mudanças no modo de ser, agir e pensar. Para renovar o modo de operar é imprescindível enfatizar a valorização do homem. O pescador deve ser valorizado como pessoa e como profissional, pois o indivíduo satisfeito com o tratamento e com o trabalho que executa irá desempenhá-lo com níveis crescentes de qualidade, eficiência e comprometimento com as causas ambientais e sociais.

A educação ambiental é um saber em construção e, portanto, cabe a cada um contribuir para fomentá-lo, estabelecendo novas abordagens para essa atividade, pois estamos nos dando conta de que esta importante área de ação e de conhecimento tem no ser humano, ao mesmo tempo, seu protagonista e seu antagonista. E este ser tão paradoxal encontra-se diante de saber-se responsável por seu próprio futuro e pelo dos seus e de seu planeta. No entanto, nesta era de crescimento sem precedentes, atingir este objetivo pode parecer mais um ideal do que uma realidade a ser alcançada. À medida que a economia se torna cada vez mais globalizada surgem novos desafios e oportunidades para a criatividade, prosperidade e melhoria.

Todavia, estas oportunidades nem sempre estão disponíveis para uma frota e população que se multiplica constantemente, sendo acompanhadas por novos riscos para a estabilidade do meio ambiente. As estatísticas que comprovam os melhoramentos ocorridos na pesca esportiva oceânica são, porém, contrabalançadas por informações alarmantes acerca dos impactos da pesca comercial sobre o estado dos estoques naturais de pescado e a forma em que se encontra o meio ambiente, além do fardo permanente da pobreza e da fome que exerce o seu peso sobre os pescadores. Este contraste é responsável por um dos mais inquietantes dilemas do projeto.

Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável implica escolhas e formas de pensar que sejam novas e inovadoras. Se o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia contribui, por um lado, para o crescimento econômico, por outro, pode contribuir para solucionar os riscos e as ameaças à sustentabilidade das nossas relações socioeconômicas e ambientais.

Figura 10 - Zona Econômica do Brasil



Fonte: ErgoMar

Os novos conhecimentos e as inovações em tecnologia, gestão e políticas privadas e públicas representam um desafio às organizações, fazendo com que estas alterem o impacto que as suas operações, produtos, serviços e atividades têm no mar e nas pessoas. Devemos relembrar que nossos atos individuais oferecem efeitos coletivos, positivos ou negativos. A urgência e a magnitude destes riscos e ameaças para a nossa sustentabilidade coletiva, assim como as crescentes escolhas e oportunidades farão com que a transparência das organizações na divulgação dos seus impactos na sustentabilidade global seja uma componente fundamental nas relações com as partes interessadas, nas decisões sobre o investimento e nas restantes relações de mercado. Para apoiar esta expectativa é necessária uma estrutura de conceitos partilhada globalmente, uma linguagem consistente e uma métrica largamente compreendida, a fim de comunicar de forma clara e transparente questões relativas à sustentabilidade.

Conclusão

A adoção da educação ambiental como ferramenta de análise e solução de problemas foi eficiente no estabelecimento de um novo modo de agir, nas alianças, na liberdade de expressão e nas questões ambientais. A mudança de mentalidade e de valores alcançados demandou tempo e tenacidade dos envolvidos, com resultados positivos e consistentes, possibilitando a reestruturação sempre que necessária do método participativo proposto pelo Projeto Marlim.

Possibilitou ainda análise das ações e diálogo constante entre os interlocutores, através do exercício de formulação de hipóteses e sua busca teórica e justificativa da assimilação da nova mentalidade de pegar e soltar o peixe saudável com uma marca para estudos científicos. No contexto local, trouxe um significado partilhado entre os pesquisadores e os pescadores esportivos e extrativistas.

Somados à ampliação do direito de cidadania, refletem em prerrogativas de consumidores e usuários, aumentando seus poderes e suas exigências sobre as parcelas organizadas da sociedade que demandam mais e melhores serviços e produtos. A incerteza e os novos desafios deixam o futuro setorial pesqueiro esportivo e extrativista dependente da forma pelas quais operam e se transformam. A busca da eficiência competitiva e da satisfação de novos interesses e prioridades exige novas técnicas, conhecimentos e habilidades na mudança.

O movimento da cidadania, a preocupação com o meio ambiente, o crescimento ético, o aumento do nível de cultura e da autoestima fazem com que a definição antiga seja substituída por outro conceito, mais nobre, situado num patamar acima da definição anterior. Denota a formação de uma estrutura social em substituição ao unilateral imediatista. O bem estar e o sucesso das organizações passam a ser objetivo de todos, não como obsessão, mas sim num esforço conjunto e crescente. Esse novo tempo deve ser construído por todos nós, sob risco de ameaça à nossa própria sobrevivência no único planeta que dispomos para viver.

Referências

- AMORIM A.F. 1994 Histórico do Programa de Marcação (Tagging) a nível Mundial.
- AMORIM A.F. 2009 Cientistas marcam e libertam sailfish em Cabo Frio, Pesca Esportiva, <http://www.revistapesca.com.br/colunas/viewcoluna.php?id=362> (19/02/2009).
- AMORIM, A.F.; Arfelli, C.A. 1979 Marcação de peixes, um auxílio à pesquisa, Anzol & Linha, Rio de Janeiro, (2): 6-7.
- AMORIM, A.F.; Silva, B. 2005 Game fisheries off São Paulo State Coast in Brazil (1996-2004). Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri 58 (5):1574-88.
- AMORIM, A. F., Andrade H. A.; Lins, J. E. 2006 Assessment of billfish abundance based on Brazilian sport fishing catches. Bull. Mar. Sci. 79(3): 659-666.
- AMORIM, A.F.; Arfelli, C. A.; Della Fina, N.; Piva-Silva, N.; Piva-Silva, B.; Mourato, B. 2009a Blue and white marlin cpue and feeding time of sports fishery off Rio de Janeiro State, Brazil (2001/08). Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri, ICCAT, Madri, 64 (6):2128-36.
- AMORIM, A.F.; Arfelli, C. A.; Pimenta, E. G.; Della Fina, N.; Piva-Silva, N.; Piva-Silva, .2009b Sailfish sports fishing off Rio de Janeiro State, Brazil (2002/08). Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri, ICCAT, Madri, 64 (6):1909-14.
- AMORIM, A.F.; Mourato, B. L.; Arfelli, C. A.; Hazin, F. H. V.; Hazin, H. G. 2009c Standardized CPUE of blue marlin (*Makaira nigricans*) caught by the recreational fishery off southeast Brazil (1996-2008). Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri, ICCAT, Madri, 64 (6):2137-42.
- ANONIMUS, 1995 Revista do ICRJ: Edição da Revista denominada Atividades da Temporada de Pesca 2001/2002 – Diretoria de Pesca e Caça Submarina do ICRJ.
- ANONIMUS, 1996 Revista CAIC da Temporada de pesca Oceânica 1996/97.
- ARFELLI, C. A.; Amorim, A. F. 1981 “Estudo biológico-pesqueiro do agulhão-vela, *Istiophorus platypterus* (Shaw & Nodder, 1791), no sudeste e sul do Brasil (1971 a 1980)”. B.Inst.Pesca, São Paulo, 8 (único) : 9-22.
- ARFELLI, C. A.; Amorim, A. F.; Galhardo-Amado, J. C. 1986 Analysis on *Tetrapturus albidus* Poey (1861), caught off South and Southeast of Brazil (1971-1984). Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri, 25: 202-17.
- ARFELLI, C.A.; Amorim, A.F.; Graça-Lopes, R. 1994 Billfish sport fishery off Brazilian coast. Collective Volume of Scientific Papers, Report of Second ICCAT Billfish Workshop, ICCAT, Madri (41):214-17, 1994.
- CARRARI-AMORIM, M. C. 1998 Marcados para Viver. RG Um Editora, São Paulo, Revista Pesca Esportiva, No 22:12-17.
- MOURATO, B.L.; Amorim, A. F.; Arfelli, C. A.; Hazin, H. G.; Hazin, F. H. V.; Wor, C. 2009a Standardized CPUE of Atlantic sailfish (*Istiophorus platypterus*) caught by recreational fishery in southern Brazil (1996-2007). Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri, ICCAT, Madri, 64 (6):1941-50.
- MOURATO, B.L.; Pinheiro, P.; Fabio Hissa V. Hazin; Vanessa Basante; Alberto F. de

Amorim; Eduardo G. Pimenta; Charles Guimarães. 2009b Preliminary analysis of gonad development, spawning period, sex ratio and length at first sexual maturity of sailfish, *Istiophorus platypterus* in Brazilian coast. Collective Volume of Scientific Papes, ICCAT, Madri, ICCAT, Madri, 64 (6):1927-40.

MOURATO, B.L.; Carvalho, F. C. ; Hazin, E. H. V.; Pacheco, J. C.; Hazin, H. G.; Travassos, P; Amorim, A. F. 2010 First observations of migratory movements and habitat preference of Atlantic sailfish, *Istiophorus platypterus*, in the Southwestern Atlantic Ocean. Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri, ICCAT, Madri, 65(5): 1740-1747.

PIMENTA, E. G.; Lima, G.; Cordeiro, C. J.; Amorim, A. F. 2005a Sustainable system for Istiophoridae and alike off northern Rio de Janeiro state, Brazil. Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri 58 (5)1597-1602.

PIMENTA, E. G.; Lima, G.; Cordeiro, C. J.; Tardelli, M.; Amorim, A. F. 2005b Reproduction and stomach content analysis of sailfish *Istiophorus platypterus* off Rio de Janeiro state, RJ, Brazil. Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri 58 (5)1589-96.

PIMENTA, E.G.; Marques ER.; Lima, G.S.; Amorim, A. F. 2001 "Marlin project: tag & release, biometrics and stomach content of billfish in Cabo Frio city, Rio de Janeiro, Brazil"; Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madrid, 53:371-5.

PIMENTA, E.G.; Rezende, M. F; Alberto F. de Amorim 2009 Stomachal content of sailfish, *Istiophorus platypterus* caught off northern Rio de Janeiro State, Brazil. Collective Volume of Scientific Papers, ICCAT, Madri, ICCAT, Madri, 64 (6):1903-08.

RIBAS, 2008 Palavra do Assessor de Pesca e de Caça Submarina. Revista Iate – Outubro de 2008 p. 6 e 7. www.icrj.com.br

THIOLLENT, M., 1997, Pesquisa-Ação nas Organizações. 1º ed Editora Atlas S. A.

Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tblise, atual Geórgia, antiga URSS.1977.

Atividades da Temporada de Pesca 2001/2002. Diretoria de Pesca e Caca Submarina. Iate Clube do Rio de Janeiro – ICRJ. Revista.

Revista Yacht, Yacht Club de Ilhabela, São Paulo, Nov/dez 1994.

I Simpósio de Sustentabilidade na Atividade Marítima e Costeira - I ErgoMar de 09 a 11 de Agosto de 2010 - Universidade Veiga de Almeida\Campus Cabo Frio – RJ – Arquivo disponível em www.ergonomia.nfrj.br/ergonomia ou Laboratório de Avaliação de Recursos Vivos – GEPesca-UVA.

ANEXOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAP N°- 12, DE 14 DE JULHO DE 2005

Art. 2º) Deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao mar todos os agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*) e os agulhões negros (*Makaira nigricans*) que ainda se encontrarem vivos no momento do embarque pós-captura, de forma a possibilitar a maior sobrevivência dos animais.

Art. 4º) Proibir a comercialização no mercado interno, bem como a exportação de agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*) e de agulhões negros (*Makaira nigricans*) capturados em águas jurisdicionais brasileiras e alto mar por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras.

§ 1º) Os indivíduos de agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*) e agulhões negros (*Makaira nigricans*) desembarcados deverão ser obrigatoriamente doados às instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

CONVEMAR- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

Art. 119- 1. Ao fixar a captura permissível e ao estabelecer outras medidas de conservação para os recursos vivos no alto mar, os Estados devem:

a) tomar medidas, com base nos melhores dados científicos disponíveis de que disponham os Estados interessados, para preservar ou restabelecer as populações das espécies capturadas a níveis que possam produzir o máximo rendimento sustentável, a partir de fatores ecológicos e econômicos pertinentes.

2. Periodicamente devem ser comunicadas ou trocadas informações científicas disponíveis, estatísticas de captura e de esforço de pesca e outros dados pertinentes para a conservação das populações de peixes, por intermédio das organizações internacionais competentes.

Consequência: todos os países que pescam atuns e afins no Oceano Atlântico estão obrigados a gerar informações científicas sobre as espécies capturadas e a repassar as mesmas à ICCAT.

A defesa de qualquer direito só prevalece quando amparada pelo devido cumprimento dos deveres correlatos.

Esporte e lazer e políticas públicas: uma visita à Região dos Lagos no norte do Estado do Rio de Janeiro

Rodrigo Terra
Barbara Imênes
Fernanda Pacheco

Considerações iniciais

Analisar e refletir sobre políticas públicas hoje, diante das grandes necessidades de nosso país, é uma tarefa relevante. O papel dessas políticas no sentido de conhecer e buscar alternativas de superação aos enormes problemas que nossa sociedade está envolvida é uma tarefa contínua requerendo atualização permanente.

Dentro deste contexto se inserem as políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas pelos mais de cinco mil municípios de nosso país. Refletir sobre a função destas políticas na possibilidade de influência na vida dos cidadãos que vivem nos municípios deve ser um dos papéis daqueles que procuram entender a importância do esporte e do lazer como direito social.

O presente estudo é o resultado do projeto de pesquisa apresentado pela Universidade Veiga de Almeida à Rede CEDES, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. O estudo procurou elaborar um diagnóstico da gestão pública desenvolvida na Região dos Lagos, norte do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente nos municípios de Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Rio das Ostras (o município de Rio das Ostras, apesar de ter sido convidado a participar do projeto, não apresentou respostas ao instrumento de coleta de dados) na área de esporte e lazer.

A ideia de desenvolvermos o projeto e apresentá-lo à Rede CEDES surgiu após leitura e estudo do texto “Políticas Públicas para o Esporte e Lazer do Estado do Paraná”, organizado pelo professor Fernando Mezzadri (2006), durante as discussões dentro da disciplina Gestão de Políticas Públicas de Esporte do curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Veiga de Almeida.

Os estudos realizados por Mezzadri (2006) nos incentivaram a iniciarmos um debate acerca da temática em âmbito regional. Isso se deu na própria Universidade, onde um grupo de estudantes de vários cursos se dividiu em grupos e que se responsabilizaram em entrevistar os gestores responsáveis pela política pública de esporte e lazer de suas cidades domicílio. Após a conclusão do tra-

balho e a análise dos dados recolhidos, diversas reflexões permearam o grupo, incitando assim a curiosidade sobre a necessidade da formulação de um material acadêmico-científico que abrangesse especificamente a Região dos Lagos.

Com a abertura do edital público para financiamento de pesquisas pela Rede CEDES, uma equipe de professores da Universidade Veiga de Almeida se organizou para a elaboração de um projeto que pudesse levantar e analisar, de maneira mais sistematizada, informações relativas ao desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer da Região do Lagos. A aprovação do projeto no mês de maio de 2010 deu origem ao fomento que subsidiou o desenvolvimento do presente estudo.

Para estruturarmos o desenvolvimento da pesquisa organizamos nosso campo de interesse em três linhas de análise: a estrutura administrativa e financeira dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer, os programas e projetos desenvolvidos por estes órgãos e os processos de gestão pública nesta área.

A pesquisa teve como foco a coleta de dados por meio de um questionário. Este instrumento se baseou em um questionário utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Suplemento de Esporte na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2004. Ancoradas neste material foram feitas as devidas modificações de acordo com as características regionais e assuntos julgados pertinentes pelo grupo de análise. As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pela gestão das políticas públicas de esporte e lazer dos municípios estudados, o que nos possibilitou o levantamento dos dados analisados por esta pesquisa.

Ao realizarmos o presente estudo esperamos que seu resultado possa servir de base para uma reflexão que efetivamente ajude na melhora do desempenho das próprias políticas públicas e, com isso, a melhora também na qualidade de vida de milhares de cidadãos de nossa região a partir da oportunidade igualitária na prática do lazer e do esporte que devem ser oferecidos de forma a garantir o direito social estabelecido pela Constituição de 1988. A partir do diagnóstico do que realmente é efetivado pelas políticas públicas na área de esporte e lazer dentro dos municípios da Região dos Lagos podem ser dados subsídios ao poder público para que a população desta região seja contemplada em seus anseios e necessidades de lazer e esporte, de forma justa e democrática.

Analisando conceitos-chave

Com o intuito de fundamentarmos nossa pesquisa é de total importância abordar os conceitos-chave que balizarão nossas análises. E o primeiro conceito a se destacar e a definirmos com o auxílio do Mini Aurélio da Língua Portuguesa é o termo Política: “é a arte e a ciência de bem governar, de cuidar dos negócios públicos”; Pública: “é relativo ou destinado ao povo, à coletividade, ou a um governo dum país.”

A terminologia política é utilizada há muito tempo com vários significados. Assim, torna-se necessário não esgotar o assunto, mas analisar alguns desses significados. Com o intuito de conhecer a origem da palavra, recorre-se aos filósofos gregos. Aristóteles, filósofo que viveu em Atenas no quarto século antes de Cristo, tem em sua obra um marco importante para um entendimento inicial do termo política. Dallari analisa o pensamento grego, em especial do referido filósofo sobre política:

Os gregos davam o nome de polis à cidade, isto é, ao lugar onde as pessoas viviam juntas. E Aristóteles diz que o homem é um animal político, porque nenhum ser humano vive sozinho e todos precisam da companhia de outros. A própria natureza dos seres humanos é que exige que ninguém viva sozinho. Assim sendo, "política" se refere à vida na polis, ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos (DALLARI, 2004, p. 8).

MAAR (1982) faz referência não somente à Grécia, mas também à Pérsia e ao Egito, mostrando as diferenças e semelhanças do termo política nesses países de civilização antiga.

O termo "política" foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da polis, a "cidade-Estado" grega. Em outros locais, como na Pérsia ou no Egito, a atividade política seria a do governo, que comandava autocraticamente o coletivo em direção a certos objetivos: as guerras, as edificações públicas, a pacificação interna. Na Grécia, ao lado destas atribuições do soberano, a atividade política desenvolver-se-ia como cimento da própria vida social. O que a política grega acrescenta a outros Estados é a referência à cidade, ao coletivo da polis – e o prefixo polis possui este sentido, que corresponde ao multilatino. (MAAR, 1982, p. 31).

Para MAAR (1982), dentre a multiplicidade de facetas que a palavra política encarna, uma delas possui certa unanimidade: a política institucional. Aquelas que dizem respeito de alguma forma ao aspecto institucional da política são: o espaço onde ela se realiza, pessoas e atividades ligadas a ela. Por exemplo, em um comício, o discurso de um deputado ou vereador, um partido político ou mesmo o voto de um eleitor são considerados por Maar assuntos fortemente reconhecidos como políticos.

O mesmo autor também apresenta um significado para o termo política que mostra a possibilidade de ações organizadas por pessoas da sociedade em contrapartida às ações de governos:

Através dela se forma um espaço de presença da política no cotidiano e se abre um terreno à participação política fora do âmbito restrito do exercício do governo. Esta forma de entender a atividade política como uma experiência que se reflete na vida pessoal, harmonizando-a com o coletivo (MAAR, 1982, p. 32).

Dando continuidade à discussão dos conceitos balizadores da presente pesquisa, abordaremos, neste momento, a temática das políticas públicas. Assim como nas reflexões dos outros conceitos, nos apoiaremos em autores que vêm debatendo o assunto em seus campos de estudo e pesquisa.

Mesmo sendo um tema antigo, foram nas últimas duas décadas que aconteceu o ressurgimento do campo de conhecimento denominado de políticas públicas. Desde os anos de 1980, a preocupação com regras e modelos que regem sua elaboração, execução e avaliação passou a fazer parte dos temas de discussão em governos de várias localidades. Segundo Souza (2006), diversos fatores contribuíram para o ressurgimento e maior visibilidade das políticas públicas. Dentre eles, a política de restrição de gastos implantada por alguns países do mundo, em especial aqueles em desenvolvimento, sem dúvida, foi a que mais contribuiu para a revalorização das políticas públicas. Outro aspecto que merece atenção é a necessidade de países, em especial os da América Latina, com democracia ainda em formação, consolidarem políticas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover o desenvolvimento social de grande parte de sua população.

Políticas Públicas são diretrizes que visam a resolução de problemas ligados à sociedade como um todo. Podem ser entendidas como ações voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que vise determinada situação em diversas áreas (SOUZA, 2006).

Ainda segundo Souza (2006), as políticas públicas vistas como área de conhecimento e disciplina acadêmica surgem nos EUA. Diferente da tradição europeia, que olhava essas políticas com foco na análise do Estado e suas instituições, os EUA preferiam centrar suas atenções na produção dos governos. De acordo com Souza (2006, p. 3):

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do

Estado – o governo - produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Não existe uma única definição para o termo política pública. Vários são os autores que vêm ao longo dos últimos anos pesquisando e construindo conceitos e teorias sobre o tema. Lynn (1980), que estuda as políticas públicas, defende a ideia de que estas constituem um conjunto de ações governamentais específicas que poderão produzir efeitos diretamente na população-alvo. Já Mead (1995) as define como um campo de estudo dentro da política que analisa os governos com base em importantes questões públicas. Lowi (1972) trabalha com o conceito que pesquisa as políticas públicas a partir das ações governamentais e suas autoridades. Por meio do uso de sanções, uma ou mais autoridades governamentais formulam regras que visam, de forma intencional, a influenciar, regular ou alterar o comportamento individual ou coletivo de uma sociedade específica.

Com base nos conceitos, até aqui elencados, entendemos a importância em convocar a presença da comunidade, chamar aliados preocupados com um futuro digno e justo, em função de se tratar do planejamento da vida de cada cidadão envolvido pela política pública dos diversos setores.

Além disso, ninguém melhor do que os próprios cidadãos inseridos no cotidiano em questão para saber as necessidades regionais e os problemas que devem ser combatidos. Assim, ao se estabelecer a participação direta dos agentes envolvidos na construção das políticas, está subentendido que o conhecimento populacional servirá de propulsor para o processo de elaboração da mesma.

Ainda dentro da análise da participação popular na construção das políticas públicas, um ponto importante é a criação de conselhos municipais que consolidem a democracia direta e auxiliem a sociedade, pois a participação do cidadão e o controle dos mesmos sobre as ações políticas fortalecem a democracia e qualificam a representatividade da sociedade. O conselho tem por responsabilidade fiscalizar, propor projetos e utilizar a democracia direta, podendo ser ele consultivo ou deliberativo (MEZZADRI, 2006).

Outro conceito a ser discutido pelo presente estudo é o de lazer que adquire importância para o desenvolvimento das análises que serão feitas no item posterior. Assim, para entendermos esse conceito, toma-se como ponto de partida o conceito de cultura, que será analisado aqui, segundo Macedo, “[...] como um conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (1992, p. 35), tratando-se de forma ampla, evitando assim reducionismos conceituais e o considerando como produto e processo da atividade humana.

Outro autor que contribui para a compreensão do conceito de lazer é o sociólogo francês Jofre Dumazedier (2001), que tem no Brasil grande influência

no debate sobre a temática da teoria do lazer. Ele define lazer como um elemento central da cultura vivida, possuindo relações sutis e profundas com todos os grandes problemas do mundo do trabalho, da família e da política, podendo alterar a maneira como tais questões são tratadas.

De acordo com Dumazedier:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (2001, p. 34).

No que diz respeito à ocorrência do lazer na vida social, de acordo com uma perspectiva histórica, são duas as correntes existentes, segundo Marcellino (1998). Uma delas considera que os homens sempre trabalharam, sempre houve também o tempo do não trabalho e a necessidade de atividades de lazer. A outra perspectiva considera que o lazer surgiu na sociedade moderna urbano-industrial. Podemos afirmar, portanto, que o lazer sempre existiu e foi sendo transformado, adquirindo novos significados e ganhando novos conceitos com o passar do tempo, conforme o tipo de sociedade observada.

Assim, para Marcellino o lazer pode ser entendido como:

[...] a cultura — compreendida no seu sentido mais amplo — vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (1998, p.31).

Uma das influências diretas na prática do lazer são os espaços apropriados e de boa qualidade oferecidos para o conjunto da população. Vale ressaltar que não é só a quantidade de locais adequados e sim a qualidade que os equipamentos públicos de lazer precisam oferecer para que a população tenha garantia que o lazer seja visto pelos governantes como essencial para a construção da cidadania plena e um direito social. Porém, é necessário também termos a compreensão que locais de qualidade para a prática do lazer não são garantia de um lazer de qualidade. É necessário que a política pública contemple ações

de animação cultural oferecidas de forma gratuita e com variedade de horários para a população que vive em torno dos espaços públicos destinados a prática do lazer e do esporte.

Por fim, e não menos importante discutiremos, neste momento, o esporte como fenômeno social e seus conceitos. Para tanto, buscaremos em autores que vêm ao longo dos últimos anos discutindo o tema em seus estudos e pesquisas.

Na verdade, o que é esporte? Segundo Tubino (1999), o esporte pode ser compreendido como fenômeno sócio cultural ou manifestação da cultura física, que têm atuação interdisciplinar com áreas como saúde, turismo e educação. Embora seja vinculado à cultura através do jogo, seu teor essencial é a competição.

Outro autor que discute em sua obra os conceitos do esporte é o pesquisador brasileiro Victor Melo. Segundo o autor:

Os povos da Antiguidade tinham um conjunto de práticas corporais, com algum grau de institucionalização (ainda que bem distinto das práticas modernas), por eles não denominadas de esporte [...] em determinado momento se sistematiza uma palavra sport, que passou a expressar um determinado conceito. A palavra se manteve, os conceitos foram se alterando, até que se conformou o que chamamos de esporte moderno. Os conceitos seguiram se modificando, surgiram mesmo neologismos (ou adendos como esportes de quadra, esportes náuticos, esportes de natureza, esportes radicais) (2009, p.62).

Durante anos sua relevância se deu apenas pelo aspecto do rendimento, até que se julgou necessário sua revisão conceitual. Isto ocorreu nos anos 60 através de “Documentos Esportivos Filosóficos Internacionais” e do desenvolvimento do movimento “Esporte para todos”. Dentre estes documentos, vale ressaltar o “Manifesto Mundial do Esporte”, de 1964, que reconheceu a existência do esporte na escola e no tempo livre; além da “Carta Internacional de Educação Física e Desportos”, de 1978, que incrementou a significação social do fenômeno esportivo, incitando a noção de “direito à prática esportiva” (TUBINO, 2001).

Mais uma vez utilizando como base de pesquisa os estudos de Melo (2009), percebemos como o esporte era uma prática altamente elitizada. Com o tempo passou a ser apresentado como uma espécie de momento de diversão.

A mesma população que vira perseguida a sua possibilidade de jogar passa a ter o “direito” de acesso ao novo espetáculo, idealmente concebido enquanto consumo passivo, tanto no sentido da prática em si (a maioria somente podia assistir) quanto

no de interferência no desenvolvimento do campo que se gestava (poucos tinham a possibilidade de participar da direção de iniciativas e entidades representativas). [...] O esporte esteve profundamente imbricado com o desenvolvimento de uma cultura de massas, uma sociedade progressivamente marcada pelas idéias de consumo e espetáculo. Entretanto, ao mesmo tempo em que se tornava cada vez mais popular, continuava a ser concebido como um elemento de status e distinção (MELO, 2009, p.70).

Sendo o fenômeno esportivo um direito de todos, passou a ser classificado de acordo com suas manifestações: esporte-educação, esporte-participação e esporte *performance*. Para o esporte-educação, priorizam-se conteúdos educativos como integração social, desenvolvimento psicomotor, autonomia na organização e intervenção de atividades esportivas escolares e comunitárias, situações de juízo crítico, auto-avaliação etc, não se restringindo apenas ao ambiente escolar (TUBINO, 1999).

Nesta perspectiva, a prática esportiva pode incidir na formação dos jovens, sendo “[...] indispensável no desenvolvimento de suas personalidades e imponderável nos seus processos de emancipação” (TUBINO, 2001, p.36).

O esporte participação se dá no tempo livre da população, fora de seus afazeres diários; seu maior comprometimento é com o bem-estar social, a ludicidade, o desenvolvimento pessoal e coletivo. Torna-se uma manifestação democrática ao não ter o critério seletivo do esporte-*performance*, que destaca apenas os chamados “talentos esportivos” (TUBINO, 2001). Esta manifestação do esporte “[...] proporciona o desenvolvimento de um espírito comunitário, de integração social, fortalecendo parcerias e relações pessoais” (TUBINO, 1999, p.27).

O esporte, como instituição social, deve ser democrático. Para que isso se consolide, deve garantir a igualdade de acesso a todos. No passado, preconceitos e discriminações sociais e étnicas restringiam este ideal. Atualmente, além destes fatores, se somou o alto custo de materiais esportivos que são impostos pela mídia como necessários para a prática bem sucedida de algumas modalidades esportivas.

Reconhecida a relevância do esporte, a UNESCO recomendou, em 1976 – durante a Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários - que se tornasse responsabilidade do Estado a criação de estratégias políticas e fomento para o esporte participação (UNESCO apud TUBINO, 2001).

Os governos passaram a “[...] fomentar programas, disputas e até discussões teóricas” acerca do esporte-educação e participação. Já com relação às competições de alto nível, deixou seu caráter tutor e aderiu o de normatizador das [...] relações intrínsecas aos fatos esportivos e competições” (TUBINO, 1999, p.45).

Os conteúdos dos programas governamentais para o esporte popular devem condizer com a população a que se dirigem. Além disso, para uma política

eficaz, o fomento deve estar atuando internamente com um programa efetivo [permanente] de mesmo sentido social (TUBINO, 2001).

Para esta pesquisa, utilizaram-se as dimensões sociais de esporte já explicitadas para caracterizar os enfoques de ação das políticas públicas relacionadas.

Características dos municípios estudados

O maior dos municípios da região em extensão territorial é o de Araruama, com 638km², seguido por Cabo Frio (410.4 km²), São Pedro da Aldeia (332.8 km²), Rio das Ostras (229 km²), Arraial do Cabo (160.3 km²), Armação dos Búzios (70.3 km²) e Iguaba Grande (51.9 km²) (IBGE, 2011).

Já quanto à população total, Cabo Frio é o mais populoso, com 186.227 habitantes, seguido por Araruama com 112.008, Rio das Ostras com 105.676, São Pedro da Aldeia com 87.875, Arraial do Cabo com 27.715, Armação dos Búzios com 27.560, e com menor população aparece o município de Iguaba Grande, 22.851 habitantes (IBGE, 2011).

A economia regional é baseada no comércio, na extração do sal, na pesca, no turismo de veraneio, além de atividades agrícolas voltadas para o cultivo de cítricos. O fortalecimento econômico propiciado pelo turismo se dá pela presença de belas praias, lagoas hipersalinas e clima favorável durante praticamente todos os dias do ano. Tais fatores também favorecem a prática de inúmeros esportes, em especial os ligados à natureza.

Iguaba Grande possui a maior lagoa hipersalina do mundo. As lagoas de Araruama e de São Pedro da Aldeia, apesar dos ventos propícios para práticas de esporte a vela, possuem águas tranquilas que também se adequam ao remo e ao caiaque. Praticantes de esportes como *windsurf* e *kitesurf* têm despertado cada vez mais interesse na região.

Já aqueles esportes que dependem de águas mais agitadas, como o *surf* escolhem as praias Seca, em Araruama; Brava, em Cabo Frio; Brava e Grande, em Arraial do Cabo; e Costazul, em Rio das Ostras. Já a praia do Forte, em Cabo Frio, além de ser um dos cartões postais mais belos da região, também pode ser frequentada por praticantes de várias modalidades esportivas.

Arraial do Cabo atrai turistas interessados na prática do mergulho, por ser considerado um dos melhores lugares do país para a prática desta modalidade. No município, as praias do Forno e a do Pontal são endereços certos para encontrarmos mergulhadores de várias partes do mundo. As águas transparentes de Búzios e as Praias Itabebussus e Virgem, de Rio das Ostras, também chamam a atenção dos mergulhadores.

Por fim, a região ainda conta com as dunas de Cabo Frio, que dão condições ao desenvolvimento de aulas, ao lazer e a competições de *sandboard*.

Análise e discussão dos dados

Para a análise e discussão dos dados utilizaremos a mesma metodologia adotada por Mezzadri (2006), que dividiu seu estudo em três eixos estruturantes: Gestão Esportiva, Estrutura Administrativa e Programas e Projetos. Sobre o primeiro eixo, gestão esportiva, consideramos a presença ou não de conselhos municipais de Esporte e Lazer como um dos itens a ser analisados. O conselho municipal abre a possibilidade de um canal de comunicação direta entre uma parcela representativa da sociedade esportiva e o poder público¹. Desta forma, o que se pôde observar é que apenas no município de Cabo Frio existe conselho municipal constituído. Apesar deste não possuir caráter deliberativo, entendemos a importância para o bom funcionamento da política local de esporte e lazer por sua função consultiva, fiscalizadora e de assessoramento. Constatou-se em sua formação uma paridade na presença de participantes do governo e da sociedade esportiva do município. O que denota um equilíbrio de forças nas decisões relativas às propostas governamentais esportivas do município cabofriense.

É preocupante a ausência de conselhos constituídos nos demais municípios estudados. Desta forma limita-se a participação da população nas tomadas de decisão colocando o poder público como único direcionador das ações esportivas municipais. As parcerias são formas eficientes para o desenvolvimento de ações na área esportiva. Estas podem ser executadas pela secretaria com o apoio de outros setores ou a mesma pode apenas participar de iniciativas tomadas por terceiros, cedendo espaços, materiais, apoio etc. Por vezes, são estabelecidos convênios para o fomento de projetos e programas com outros órgãos públicos e/ou privados. Neste estudo, se verificou que apenas o órgão gestor do esporte municipal de São Pedro da Aldeia não participou de parcerias, ainda que executados por outro órgão. Os demais municípios participaram ou executaram convênios e parcerias.

No tangente à especificidade dessas parcerias, observa-se que o município de Cabo Frio as direciona para as três esferas do esporte descritas por Tubino (2001): esporte educacional, esporte de rendimento e esporte de participação. Iguaba Grande e Armação dos Búzios direciona somente para a esfera educacional. Já Arraial do Cabo prioriza o esporte de participação em suas parcerias e convênios. As demais secretarias ou órgãos responsáveis pelo esporte nos municípios não cederam informações específicas.

Somente em Armação dos Búzios houve parceria com instituições públicas de ensino superior. Já outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais - que não instituições de ensino - só foram associados a Arraial do Cabo. No mais, os parceiros buscados pelas gestões analisadas foram instituições privadas de ensino superior, empresas privadas, ligas esportivas, federações/confederações e organizações não-governamentais (ONGs).

¹ Entidades participantes e suas respectivas quantidades: Secretarias ou outra estrutura gestora do esporte (01); Outras secretarias (05); ligas esportivas (05); associações e entidades de classe, sindicatos e igrejas (01).

Outro item que julgamos qualificar a gestão do esporte é a existência de um plano norteador das ações. Ou seja, um planejamento estratégico que defina a missão e os valores defendidos, além de determinar as metas e objetivos a serem alcançados pelo departamento no decorrer do ano. Apenas São Pedro da Aldeia não contava com esse tipo de planejamento, mas entende a importância de sua elaboração. Os municípios de Araruama, Iguaba Grande e Armação dos Búzios o possuem, embora este não determine todas as decisões da secretaria ou similar. Em Arraial do Cabo e Cabo Frio todas as ações da gestão são determinadas pelo plano norteador.

O nível de autonomia para tomada de decisões em relação a outras instâncias da prefeitura pode ser crucial no bom aproveitamento de oportunidades, diminuindo o percurso burocrático para as ações esportivas. Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios possuem autonomia total, ou seja, administrativa e financeira. Araruama e Iguaba Grande, apenas administrativa. Já em São Pedro da Aldeia, ambas são restritas.

Já se pôde notar a ausência de conselhos municipais na maioria dos municípios pesquisados. Todavia, questionou-se sobre a participação da sociedade na elaboração e execução das ações, ou seja, se sua opinião era levada em consideração pela gestão e como se dava esse processo. Em Cabo Frio (além do conselho municipal), Araruama, São Pedro da Aldeia e Búzios, a opinião era sim considerada e obtida por meio de reuniões periódicas com representantes da sociedade. Iguaba Grande não a leva em consideração e Arraial do Cabo ainda pretende implantar um canal direto de comunicação com a sociedade.

A segunda parte do questionário utilizado neste estudo se propôs a analisar como se divide administrativamente o órgão responsável pela gestão municipal do esporte e do lazer e a(s) forma(s) de financiamento dos mesmos na região.

Ao analisar a estrutura administrativa, observamos que são organizados como secretarias de esporte e lazer os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Araruama e Armação dos Búzios. Os municípios de São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande possuem departamentos subordinados a outra secretaria municipal e à chefia do executivo respectivamente.

Em São Pedro da Aldeia o setor de esporte e lazer está subordinado à secretaria de turismo. Em outros municípios também há associação destes com outras secretarias, mas não em caráter de subordinação, a exemplo de Arraial do Cabo. Em Araruama, as secretarias associadas são as de cultura, educação e turismo. Já em Búzios, saúde, educação e turismo. O município de Cabo Frio é o único que não possui relação de associação ou subordinação com outras secretarias municipais.

Possivelmente, a presença maciça da secretaria de Turismo ligada às ações de esporte e lazer se dá pelo acervo de lagoas, praias, dunas e locais propícios a práticas de ecoturismo, esporte de aventura entre outras ações de grande apelo turístico na região.

A secretaria que possui o maior número de funcionários é a de Cabo Frio, com 171 no total, seguida de Búzios (56), Arraial (35), Araruama (22) e São

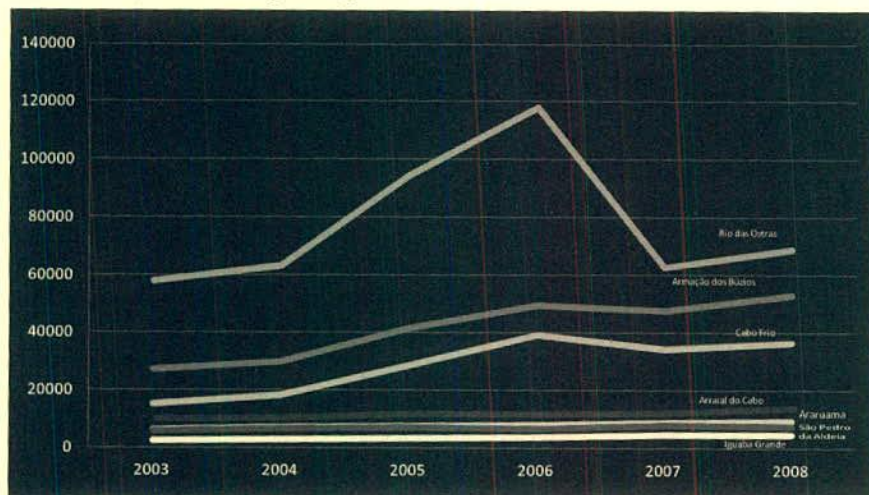
Pedro (08). Observou-se nos quadros de funcionários que, para os municípios de Arraial do Cabo, Araruama e Armação dos Búzios, há uma valorização da contratação de professores e profissionais graduados em Educação Física (licenciados e bacharéis). Iguaba Grande alegou contar com professores desta área em seu quadro, porém não especificou quantidades. Apenas o município de Cabo Frio conta com o apoio de profissionais graduados em outras áreas.

Nenhuma das secretarias ou similares têm apoio de voluntários. Somente em Armação dos Búzios o número de estagiários, ou seja, não-graduados, supera o total de graduados. Araruama, São Pedro e Iguaba não possuem estes funcionários em formação.

Apenas São Pedro da Aldeia não possui política de contratação de ex-atletas para exercício de atividades administrativas, de apoio ou técnicas na área do esporte. Mostrando que esta prática comum em outras regiões do país, também se apresenta de forma acentuada nos municípios analisados por este estudo.

Para iniciar a discussão sobre as origens e fins dos financiamentos para o esporte e lazer regional, trataremos do conceito de Produto Interno Bruto, o PIB. Este é o valor final de tudo que se produz em um território, em nosso caso, no município. Quando se divide este montante pelo número de habitantes da cidade, se obtém o PIB per capita. Este último pode ser utilizado para avaliar a capacidade que um município tem em gerar qualidade de vida para seus cidadãos.

Analisando os dados do PIB per capita da região publicados pelo IBGE (2009; 2010) temos o seguinte gráfico.



Nos municípios com o PIB em crescimento discreto, o ano de 2008 registrou os maiores valores desde 2003. São estes, Araruama, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia.

Iguaba Grande, apesar do PIB em crescimento desde 2003, apresentou queda discreta nos valores *per capita* entre 2007 e 2008, provavelmente pelo aumento populacional. Seu número de habitantes, a partir de 2008, não sofreu gran-

des variações, porém houve um maior incremento populacional exatamente entre os anos de 2007 e 2008, de 19.716 (dezenove mil setecentos e dezesseis) para 22.199 (vinte e dois mil cento e noventa e nove) habitantes (IBGE, 2007; 2008; 2010).

Já nos municípios de maior PIB *per capita* da região, como Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Cabo Frio, respectivamente, houve uma queda nos índices para o ano de 2007. Em Armação dos Búzios a recuperação do PIB em 2008 conseguiu superar todos os valores anteriores. Já nos demais, Rio das Ostras e Cabo Frio, isso não ocorreu.

O valor *per capita* em 2006 chegou a R\$ 118.114,00 em Rio das Ostras, e a R\$ 68.857,00 em 2008. Muito distante dos valores em Iguaba Grande, que possui o menor PIB *per capita* dos municípios selecionados. Em 2008 alcançou R\$ 8.023,00.

O município de Armação dos Búzios, mesmo com PIB bastante superior ao de Cabo Frio, não o supera em investimento quando se trata de esporte e lazer, que alcança quase o dobro de seu valor. Cabo Frio é o município que mais investe neste setor em toda a região, ultrapassando um milhão e meio de reais.

Para o total de investimento em esporte e lazer municipais, listam-se assim os municípios estudados, em ordem decrescente: Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Iguaba Grande. Os demais não responderam a esta questão.

Por ordem decrescente de PIB	PIB <i>per capita</i> 2008 (R\$)	Investimento em esporte e lazer no exercício de 2010 (R\$)
Rio das Ostras	68.857	Não apresentou resposta
Armação dos Búzios	53.115	882.865
Cabo Frio	36.426	1.523.000
Arraial do Cabo	12.345	125.800
Araruama	9.188	Sem resposta
São Pedro da Aldeia	8.042	Sem resposta
Iguaba Grande	8.023	90.000

O quadro acima nos fornece os valores do Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios estudados para o ano de 2008 (últimos valores publicados até a data deste estudo). Observando estes valores em ordem decrescente podemos destacar alguns aspectos sobre os investimentos em esporte e lazer na região. O município que mais investe neste setor não é o que possui a maior receita regional, e sim a terceira maior, Cabo Frio; sua receita é 33,89% maior que

a do município de Arraial do Cabo, no entanto seus investimentos em esporte e lazer são apenas 8,26% superiores ao último. Levando-se em consideração que não há neste quadro nenhum município que o supere em investimentos no setor, podemos considerar que os investimentos de Arraial do Cabo são bastante satisfatórios com relação ao seu PIB.

Os municípios de Araruama, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande têm receitas extremamente inferiores aos demais analisados, e destes, apenas Iguaba Grande respondeu sobre seus investimentos em esporte e lazer. O município de Armação dos Búzios possui uma receita quatro vezes superior ao de Arraial do Cabo, porém, fomenta sete vezes mais o desenvolvimento do esporte e lazer municipais comparativamente. Já quando comparamos os municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio, podemos constatar que a receita do primeiro é 0,77% superior a do segundo, embora o segundo faça investimentos em esporte e lazer 57,96% superiores ao primeiro, considerando os valores do PIB per capita.

Todos os municípios estudados têm orçamento próprio como origem de investimento para o esporte e lazer municipais. Somente Arraial do Cabo conta com, além deste orçamento municipal, formas de financiamento federal e estadual.

O terceiro e último bloco do instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo buscou tratar das ações de esporte e lazer realizadas no município. Iniciamos constatando que exclusivamente os municípios de São Pedro da Aldeia e Araruama não seguiram um plano norteador para os trabalhos desenvolvidos. Os demais se basearam total ou parcialmente em seus planejamentos prévios.

Como já mencionado anteriormente, classificamos as ações esportivas neste estudo como educacional, de lazer (ou de participação) e de rendimento². Embora entendamos que nenhuma destas esferas se dê de maneira isolada, buscamos tal classificação para identificar a linha de trabalho e a orientação das ações municipais analisadas.

Sobre as ações executadas na esfera educacional, apenas o município de São Pedro da Aldeia não assinalou nenhuma das opções expostas no questionário. Para os demais, a maioria desenvolveu ações voltadas à construção, ampliação e manutenção de instalações e equipamentos esportivos escolares. Apenas em Araruama há patrocínio de equipes escolares para competições e somente no município de Armação dos Búzios houve ação voltada para o esporte universitário, embora haja instituições de ensino superior em outros municípios da região, como Araruama e Cabo Frio.

O esporte em sua esfera de lazer e participação é incentivado por todos os municípios analisados neste estudo. Nenhum deles deixou de realizar ações voltadas para esta área, embora haja prevalência de eventos esportivos em detrimento de políticas de ações continuadas.

² A Lei Pelé, n° 9.615, de 24 de março de 1998, reconhece o desporto em três manifestações: educacional, de participação e de rendimento (BRASIL, 1998).

Já quando o assunto é rendimento esportivo, vimos que é bastante trabalhado no município de Arraial do Cabo, que atende diversos grupos de pessoas com diferentes faixas etárias. Notamos que nos demais municípios são priorizados, nesta vertente: o esporte de base, as equipes municipais, competições esportivas e suas devidas instalações e equipamentos.

Merecem destaque os municípios de Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, como maiores incentivadores do desenvolvimento do esporte para pessoas portadoras de deficiência, tanto no rendimento quanto no lazer. Na esfera educacional, apenas Iguaba Grande realizou algum projeto que envolvesse a participação dos mesmos.

Os Jogos estudantis e os Jogos Abertos são eventos que simulam mini-olimpíadas com variadas modalidades de esporte em caráter municipal, regional, estadual ou nacional. O primeiro é uma competição entre equipes escolares e para o segundo não há essa limitação, podendo participar equipes formadas por atletas amadores. Na presente pesquisa, descobrimos que apenas Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia não participam de nenhum destes eventos em caráter estadual, embora esbocem tal interesse. Os demais participam de um ou de ambos. No entanto, quando se trata da organização dos mesmos a nível municipal, apenas Cabo Frio organiza ambos, e em Araruama, são organizados pela secretaria de educação.

Tendo em vista que as características regionais incentivam o turismo de veraneio, torna-se bastante propício o desenvolvimento de ações esportivas voltadas para a natureza e para atividades de praia, lagoa e areia, que deixem ainda mais atraentes e motivantes o turismo local e beneficiem seus moradores. Para tanto, todos os municípios realizam eventos no verão, com exceção de Iguaba Grande. Dentre eles, podemos citar “Fest Verão” e “Desafio de Corrida Circuito das Praias”, em Arraial do Cabo; “Verão mais na Orla”, em Araruama; “Verão Saudável”, em Cabo Frio; “Jogos de Verão”, em São Pedro da Aldeia, entre outros não especificados.

Uma administração pública centralizadora e hierárquica por vezes atrapalha o bom desenvolvimento das ações pelo excesso de burocracia. Uma política pública moderna e eficiente tem características intersetoriais que transformam o caráter de subordinação em agregação, facilitando os processos de elaboração e execução de ações que beneficiam a população de um município ou de uma região: as políticas públicas em rede.

Estas são realizadas em Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios. Este último reconhece que as mesmas devem ser mais bem elaboradas. Em Cabo Frio são realizadas parceiras com outras secretarias e com seguimentos representativos da sociedade civil organizada, associação de moradores, entre outros. Arraial do Cabo não comentou o funcionamento destas políticas. Apenas o município de Araruama não executa ações elaboradas em conjunto com outras secretarias ou setores além do esporte. Dos setores envolvidos neste tipo de ação os mais citados foram os de educação, saúde e promoção social.

Considerações finais

A prioridade no foco das ações realizadas nos municípios pesquisados se direciona à vertente do esporte de participação, ou lazer esportivo. Isso pode ser explicado pela baixa quantidade de ações continuadas, ou seja, projetos de atividades que se desenvolvem de maneira regular e que acabam por vezes a contar com um menor público atendido. Assim, as ações priorizadas se localizam dentro do campo dos projetos assistemáticos de lazer, ou mesmo de lazer esportivo. Poucas foram às ações voltadas ao esporte educacional, ainda que fora dos limites escolares. Quanto ao rendimento esportivo, podemos destacar o município de Arraial do Cabo. Nos demais, não se verificou grande investimento, mesmo nas modalidades de prática privilegiada na região como o surf e os esportes a vela.

Com já abordamos, as ações de uma gestão em esporte e lazer podem ser voltadas a eventos ou a ações continuadas, bem como a ambos harmonicamente. Os eventos esportivos, ou projetos assistemáticos, são ações de curto prazo que podem atender um maior contingente populacional ou contemplar diversas faixas etárias, por vezes contam com premiações e mídia, que atraem ainda mais a atenção dos municípios e de turistas. No entanto, o esporte e o lazer como direitos do cidadão não devem ser exclusivamente oferecidos por meio de eventos esporádicos.

A população precisa contar com locais de fácil acesso propícios à atividade física e ao lazer, variedade de modalidades, uma boa equipe técnica que dê suporte ao desenvolvimento das ações e ao bom aproveitamento dos momentos de prática. Oferecer qualidade de materiais e locais apropriados não é suficiente para afirmar que o município possui políticas de esporte e lazer satisfatórias, pois estas se fazem na prática, a partir de projetos bem estruturados de animação cultural e que possam atender as necessidades e demandas de esporte e lazer do conjunto da população de cada região.

A não existência de conselhos municipais de esporte e lazer na maioria das gestões estudadas pode ter relação íntima com todo o quadro exposto, visto que a população tem restringida sua oportunidade de expressar seus anseios e necessidades. Conhecer melhor a população é o melhor ponto de partida na elaboração das políticas públicas. Isso pode ser feito através de reuniões com representantes da população, audiências públicas, visitas e, principalmente, pela instituição do conselho municipal. Após esta iniciativa, e em conjunto com a população poderá ser traçado um plano norteador das ações que melhor se adéquem às características e necessidades de cada região a se implantar um projeto.

Neste estudo, apesar de reconhecida a importância deste instrumento, a maioria não conta com um planejamento prévio ou tal não orienta as ações realizadas. Embora não deva ter caráter restritivo, o planejamento é relevante para obter melhores resultados, visto que com a antecipação da ação final se antecipam também os meios necessários para que ela aconteça, permitindo que sejam feitos ajustes em tempo hábil para aumentar seu êxito.

Como já visto, a manutenção de projetos de ação continuada cede espaço a uma política que prioriza os eventos esportivos. De acordo com a proposta de ação continuada, o custo se torna demasiadamente alto, e as secretarias analisadas contam apenas com orçamento próprio ou, por vezes, nem isto, pois algumas necessitam da aprovação direta da chefia do poder executivo municipal para liberação de financiamento específico para execução dos projetos realizados no município. Sendo assim, invariavelmente, a qualidade da política pública de esporte e lazer fica comprometida.

Chama a atenção a ausência de convênios para captação de recursos com a esfera estadual ou federal visto sua importância e eficácia. O único município que participa de algum tipo de parceria com instâncias públicas estaduais e federais é Arraial do Cabo. A maioria das parcerias observadas, nos outros municípios, se dá com ligas esportivas, federações e organizações não-governamentais.

Os gestores devem buscar alternativas para captação de recursos que permitam atender melhor a necessidade da população, sejam para crianças, adolescentes, idosos, equipes escolares, portadores de deficiência, esporte da natureza e atividade física, esporte de base, entre outros.

Outro ponto que verificado no presente estudo e que vale ser ressaltado é a produtividade regional. Cabo Frio, embora não seja o município com maior PIB da região, é o que mais investe em esporte e lazer. Os três maiores investidores do esporte regional em ordem decrescente são Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo. Isto interfere também no quadro funcional das secretarias, visto que a mesma ordem é mantida quanto ao número de funcionários: 171, 56 e 35 respectivamente.

Por fim, o apelo turístico regional para as praias e lagoas incentiva a execução de projetos de esporte e lazer no verão. Seria interessante se os municípios organizassem uma política em rede que englobasse estes trabalhos, tornando-os maiores e mais atraentes. A proximidade física entre os municípios e a semelhança de características naturais permite que muitas ações em conjunto sejam efetivas para instauração de uma política consorciada de esporte e lazer em âmbito regional. Talvez esta política pudesse ser iniciada a partir de atividades eventuais e se transformasse em uma política pública permanente de desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer para toda a população da Região dos Lagos.

Espera-se, por fim, que este trabalho, de caráter inicial, possa de alguma forma incentivar o aprofundamento de pesquisas desta natureza e, assim, auxiliar os gestores municipais de esporte e lazer no reconhecimento de suas possibilidades e limitação de intervenção destas políticas, para melhor desenvolvimento de ações em benefício do interesse público.

Referências

- BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Casa Civil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências (Lei Pelé). Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/1998#content>. Acesso em: 26 de setembro de 2011.
- CARVALHO, A. et al. Políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DaCOSTA, L. P. Políticas públicas e lazer: panorama e experiências. In: MELO, V. A.; TAVARES, C. (Org.). O exercício reflexivo: educação física, lazer e inclusão social. Rio de Janeiro: Shape, 2006. p. 14–32.
- DALLARI, D. de A. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 2004. 100 p. (Coleção Primeiros Passos, 104).
- DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da População - 2007. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2008, segundo os municípios. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP2008_DOU.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos municípios: 2003 – 2007. Contas Nacionais nº 30. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/PIB_2003_2007.pdf. Acesso em: 26 de julho de 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos municípios: 2004 – 2008. Contas Nacionais nº 33. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/pibmunic2004_2008.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.
- LOWI, Theodor. Four systems of policy, politics, and choice. *Public Administration Review*, v. 32, p. 298-310, 1972.
- LYNNLYNN, L. E. Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.
- MAAR, W. L. O que é política. São Paulo: Brasiliense, 1982. 117 p. (Coleção Primeiros Passos, 54).
- MACEDO, Carmem C. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In:

- VALLE, Edênio; QUEIROZ, José (Org.) A cultura do povo. 2 ed. São Paulo: EDUC, 1992, 144 p.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 4. Ed. Campinas: Papirus, 1998. 164 p.
- MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits. Policy Currents, p.1-4, fev. 1995.
- MELO, Victor. Esporte e lazer: conceitos – uma introdução histórica. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. 94 p.
- MEZZADRI, F; CAVICHIOLLI, F; SOUZA, D. (Org.). Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. História de Araruama. Disponível em: <http://www.araruama.rj.gov.br/imagens/stories/pdf/historia.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO. Um paraíso chamado Arraial do Cabo. Disponível em: http://www.arraial.rj.gov.br/prefeitura/?local=nossa_cidade&submem=ativo. Acesso em: 28 de setembro de 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO. Praia do Forte. Disponível em: <http://www.cabofrio.rj.gov.br/praiadoforte.aspx>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE. Notícias de Iguaba Grande. Disponível em: <http://www.iguaba.rj.gov.br/municipio.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. Circuito de Praias. Disponível em: <http://www.riodasostras.rj.gov.br/circuitodepraias.html>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.
- RUA, M. Graças; AGUIAR, Alessandra T. A política industrial no Brasil 1985-1992: políticos, burocratas e interesses organizados no processo de policy-making. Planejamento e Políticas Públicas, n. 12, jul./dez. 1995.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: Revista Sociologias, n. 16, jul./dez. 2006. Versão digital.
- TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez, 2001.
- TUBINO, Manoel José Gomes. O que é esporte. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- WIKIPEDIA.. Política de governo. 16 jul. 2008. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%Adtica_de_governo>. Acesso em: 28 ago. 2011. 22h37.

Anexo

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Bloco 01**GESTÃO ESPORTIVA**

01 – O município possui Conselho Municipal de Esporte?

- Sim Não (passe para o quesito 05)

02 – Assinale a frequência das reuniões do Conselho Municipal de Esporte

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mensal (ou inferior) | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Bimestral | <input type="checkbox"/> Outro período |
| <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Frequência irregular |
| <input type="checkbox"/> Quadrimestral | <input type="checkbox"/> Não se reuniu |
| <input type="checkbox"/> Semestral | |

03 – Assinale o caráter do Conselho Municipal de Esporte (admite múltipla resposta)

- | | |
|---------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Consultivo | <input type="checkbox"/> Assessoramento |
| <input type="checkbox"/> Deliberativo | <input type="checkbox"/> Executivo |
| <input type="checkbox"/> Fiscalizador | <input type="checkbox"/> Controlador |
| <input type="checkbox"/> Normativo | <input type="checkbox"/> Outro caráter |

04 – Assinale e registre as quantidades de entidades participantes do Conselho Municipal de Esporte

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Secretaria ou outra estrutura gestora do Esporte | <input type="checkbox"/> Entidades de pessoas portadoras de deficiência |
| <input type="checkbox"/> Outras secretarias municipais | <input type="checkbox"/> Ligas esportivas |
| <input type="checkbox"/> Conselho Municipal da Criança e do Adolescente | <input type="checkbox"/> Clubes e associações esportivas |
| <input type="checkbox"/> Câmara Municipal | <input type="checkbox"/> Associações e entidades de classe, sindicatos e igrejas |

- Entidades do Sistema S
(SESC, SESI, SENAI, etc.)
- Outras entidades públicas
- Entidades empresariais
- Outras entidades privadas
- Organizações não-governamentais

05 – A prefeitura participou de convênios ou outro tipo de parceria executados por outro órgão, visando ao desenvolvimento de ações, projetos e programas na área do esporte?

- Sim Não

06 - A prefeitura executou convênio ou outro tipo de parceria, visando ao desenvolvimento de ações, projetos e programas na área do esporte?

- Sim Não (passe para o quesito 08)

07 – Assinale e registre as quantidades de convênios ou outro tipo de parceria executados pela prefeitura, por manifestação do esporte

	Esporte Educacional	Esporte de Rendimento	Esporte e Lazer	Total
Órgãos públicos federais (exclusive instituições públicas de ensino)				
Órgãos públicos estaduais (exclusive instituições públicas de ensino)				
Órgãos públicos municipais (exclusive instituições públicas de ensino)				
Instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino superior				
Outras instituições públicas de ensino				
Instituições privadas de ensino superior				
Outras instituições privadas de ensino				
Sistema S (SESC, SESI, SENAI, SENAT etc.)				
Empresas públicas				
Empresas privadas				
Ligas esportivas				
Confederações/Federações				
Clubes				

Demais associações esportivas				
Organizações não-governamentais – ONG (brasileiras e estrangeiras)				
Organismos internacionais (exceto ONG)				
Pessoas físicas				
Outra(s)				

08 – Existe um Plano Norteador das ações da Secretaria/departamento ou setor para o Esporte e o Lazer (isto é, um planejamento estratégico definido por variáveis como: missão, valores, metas e objetivos)?

- Sim, mas não determina todas as ações da gestão
- Sim, e determina todas as decisões da secretaria (ou similar)
- Não, nunca foi elaborado
- Não, mas entendemos a importância de sua elaboração

09 – Qual o nível de autonomia que o órgão responsável pelo esporte e lazer tem em relação às outras instâncias da prefeitura?

- Autonomia total – administrativa e financeira
- Autonomia administrativa somente
- Autonomia financeira somente
- Autonomia administrativa e financeira restrita

10 – A sua gestão leva em consideração a opinião da sociedade na elaboração e execução das ações? (admite múltipla resposta)

- Sim, por meio de reuniões Periódicas com representantes da sociedade
- Sim, através do Conselho Municipal
- Não, não leva em consideração
- Não, mas pretendemos implantar um canal direto de comunicação com a sociedade
- Outras formas. Quais:

Bloco 02**ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

11 – Esta prefeitura possui

- Secretaria de esporte (inclusive lazer e recreação) (Passe para o quesito 03)
- Diretoria, departamento, setor, coordenadoria ou similar de esporte, inclusive lazer e recreação, subordinado a outra secretaria municipal
- Outra subordinação (Passe para o quesito 03)
- Secretaria de esporte, inclusive lazer e recreação, associada a outros setores
- Diretoria, departamento, setor, coordenadoria ou similar de esporte, inclusive lazer e recreação, subordinado à chefia do executivo (Passe para o quesito 03)
- Não possui estrutura específica (Passe para o quesito 03)

12- Assinale a que secretaria o esporte está associado/subordinado (admite múltipla resposta)

- | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Cultura | <input type="checkbox"/> Comércio |
| <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Indústria |
| <input type="checkbox"/> Saúde | <input type="checkbox"/> Juventude |
| <input type="checkbox"/> Turismo | <input type="checkbox"/> Outra(s) |
| <input type="checkbox"/> Planejamento | |

13 – A prefeitura mantém política de pessoal para a contratação de ex-atletas para o exercício das funções (administrativas, de apoio ou técnicas) na área do esporte?

- Sim Não

14 – Registre o pessoal da prefeitura na área do esporte, por função e área de atuação

	Esporte Educacional	Esporte de Rendimento	Esporte e Lazer	Total
Administrativa				
De apoio (serventes, seguranças etc.)				
Professores graduados em Educação Física				
Profissionais graduados em Educação Física (técnicos, instrutores etc.) – exclusive professores				
Profissionais graduados em outras áreas				
Voluntários				
Estagiários (não-graduados)				
Total				

15 – Sobre os recursos aplicados na **função esporte e lazer** no exercício de 2010, informe:

Total de investimento recebido pela
Secretaria ou órgão gestor de
Esporte e Lazer

R\$ _____,00

Despesas relacionadas a pagamento
de funcionários, manutenção, trans-
porte, contas fixas etc.

R\$ _____,00

Esporte Educacional

R\$ _____,00

Esporte e Lazer

R\$ _____,00

Investimento em programas, projetos
e eventos para o Esporte e Lazer

Esporte de Rendimento

R\$ _____,00

Execução e participação em
Jogos (escolares e abertos)

R\$ _____,00

16 – Quais as origens de investimento (formas de financiamento) para o Esporte e Lazer no município?
(admite múltipla resposta)

Orçamento próprio (municipal)

Federal

Estadual

Iniciativa Privada

Lei de Incentivo

Terceiro Setor

Bloco 03

AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS

17 – Assinale as ações, projetos e programas executados pela prefeitura **no esporte educacional** (admite múltipla resposta)

- Esporte escolar curricular
- Esporte escolar extracurricular
- Esporte universitário
- Patrocínio ou manutenção de equipes escolares
- Capacitação de recursos humanos
- Construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos esportivos escolares
- Para pessoas portadoras de deficiência – PPD
- Outro(s) (relacione abaixo)

18 - Assinale as ações, projetos e programas executados pela prefeitura **no esporte de rendimento** (admite múltipla resposta)

- Esporte de base
- Patrocínio ou manutenção de equipes esportivas municipais
- Para idosos
- Capacitação de recursos humanos
- Construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos públicos de esporte
- Para pessoas portadoras de deficiência - PPD
- Detecção e desenvolvimento de talentos no esporte

- Competições esportivas (maratonas, campeonatos de futebol etc.)
- Para arrecadação de fundos com fins beneficentes
- Outro(s) (relacione abaixo)

19 - Assinale as ações, projetos e programas executados pela prefeitura **para esporte e lazer** (admite múltipla resposta)

- Para crianças e jovens
- Para idosos
- Para mulheres
- Para comunidades carentes
- Capacitação de recursos humanos
- Construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos recreativos e de lazer
- Para pessoas portadoras de deficiência – PPD
- Para arrecadação de fundos beneficentes
- Outro(s) (relacione abaixo)

20 – Existem ações, projetos ou programas executados pela prefeitura, elaborados em conjunto com outro(s) setor(es) além do esporte?

- Sim Não (passe para o quesito 22)

21 – Assinale o setor (admite múltipla resposta)

- Educação
- Saúde
- Cultura

- Promoção/Ação social
- Trabalho
- Outro(s)

22 – Liste os programas e projetos da secretaria ou órgão responsável pelo Esporte e Lazer, e o número respectivo de pessoas atendidas por estes.

	Eventos	Número de atendimentos	Ações Continuadas	Número de atendimentos
Lazer				
Atividade Física e Saúde				
Prática esportiva na natureza				
Práticas esportivas urbanas				
Para Pessoas Portadoras de deficiência - PPD				
Terceira Idade				
Outras				

23 – As ações acima elencadas estão previstas no Plano Norteador da Secretaria?

- Sim Não

24 – Assinale a abrangência dos eventos esportivos informados no quesito 22 (admite múltipla resposta)

- Municipal
- Intermunicipal
- Estadual
- Interestadual
- Nacional
- Internacional
- Outro(s)

25 – Registre as quantidades de locais e as quantidades dos que possuem instalações e/ou equipamentos esportivos

	Escolas municipais	Parques/ Praças	Praias	Logradouros
Total no município				
Total no município com instalações e/ou equipamentos esportivos				

26 - Assinale e registre as quantidades de instalações e equipamentos esportivos existentes, segundo a condição de funcionamento

	Em funcionamento pleno – Com ações da secretaria de Esporte e Lazer ou Parceiros	Em funcionamento parcial – Com ações da secretaria de Esporte e Lazer ou Parceiros	Obras em andamento	Paralisa-das por obras ou outros motivos	Não utilizadas por ações de Esporte e Lazer da Prefeitura	Total
Equipamentos	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)
Ginásio						
Estádio de Futebol						
Complexo aquático						
Complexo esportivo						
Autódromo						
Kartódromo						
Hipódromo e similar						
Parque de rodeio						
Instalações (exceto em ginásio)						
Quadra coberta						
Quadra não-coberta						
Instalações esportivas na praia/lagoa						

Piscina						
Quadra poliesportiva						
Praça						
Parque						
Campo de futebol						
Pista de Skate						
Outras						

27 – A secretaria participa dos Jogos Estudantis e dos Jogos Abertos do Estado?

- Sim, somente dos Jogos Estudantis
- Sim, somente dos Jogos Abertos
- Sim, participa de ambos
- Não, mas pretende participar

28 – A secretaria organiza os Jogos Estudantis e os Jogos Abertos em seu município?

- Sim, somente os Jogos Estudantis
- Sim, somente os Jogos Abertos
- Sim, organiza ambos
- Não, mas pretende organizar
- Não, o município não realiza tais jogos
- Não, são organizados por outra secretaria. Qual?
- _____

29 – Existem estratégias para a política de veraneio?

- Sim Não (passe para o quesito 25)

30 – Qual a importância dessa ação no quadro geral das políticas de sua gestão?

- Muito importante
- Pouco importante
- Com importância equivalente às demais ações
- Outra _____

31 – Como funciona?

32 – Existem políticas públicas em rede?

- Sim (passe para os quesitos 26 e 27) Não

33 – Qual a importância dessa ação no quadro geral das políticas de sua gestão?

- Muito importante
- Pouco importante
- Com importância equivalente às demais ações
- Outra _____

34 – Como funciona?

Considerações acerca do Índice de Desenvolvimento Esportivo dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Sávio Raeder

No início de 2011 foi lançada pela Suderj a publicação “Índice de Desenvolvimento do Esporte: Mapeamento e Gestão no Estado do Rio de Janeiro” (TAVARES, 2011), fruto de um amplo levantamento de dados primários e secundários acerca do esporte em quase todos os municípios do Estado. Tal publicação teve forte inspiração na pesquisa realizada em 2003 pelo IBGE e publicada como o título “Perfil dos Municípios Brasileiros – Esporte 2003”, especialmente na utilização de seu instrumento de coleta na obtenção de dados primários. O referido trabalho, patrocinado pela Suderj, tem o mérito de discutir a gestão local do Esporte no Estado do Rio de Janeiro, além de oferecer representações gráficas dos levantamentos realizados sobre os equipamentos esportivos disponíveis nas municipalidades pesquisadas.

Neste sentido, a publicação visa divulgar um conjunto de informações que apontem para o desenvolvimento de políticas mais integradas. Tomando-se o território como elemento fundamental para a análise das alocações dos recursos que viabilizam as políticas, tem-se um ferramental apropriado para a estruturação de ações que sejam mais integradas. A dimensão espacial deste modo se apresenta neste trabalho como reveladora da escassez ou do excesso na oferta de serviços públicos de distintos setores. O território é então considerado como o elemento integrador das políticas públicas e que, sendo assim, é alçado como uma dimensão crucial para a superação da fragmentação das ações governamentais na área do esporte em curso no Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho se destaca ainda por ressaltar o caráter local que, historicamente, as políticas públicas de esporte têm no Brasil. Segundo Dacosta (2006:18), as políticas públicas na área do Esporte foram geradas e desenvolvidas no país em bases municipais. O autor destaca o pioneirismo de Frederico Gaelzer (Professor de Educação Física do município de Porto Alegre) que iniciou em 1926 um programa de Esporte ofertado à população em ruas, parques e jardins da cidade de Porto Alegre. Tal programa é identificado como uma das primeiras ações municipais no Esporte. Dacosta relata ainda esforços empreendidos no campo do Diagnóstico e do Planejamento empreendidos pelo próprio autor nos anos 1970, contudo a efetivação das políticas traçadas não se concretizou no território brasileiro.

Dimensões do Indicador de Desenvolvimento Esportivo

Composto por 14 variáveis distribuídas entre 8 dimensões, o Índice de Desenvolvimento Esportivo (IDE) se apresenta como um instrumento de apoio à formulação de políticas públicas no campo do Esporte. Tomando o município como escala geográfica para a confecção do IDE, buscou-se a partir de uma perspectiva institucional a identificação dos elementos que contribuem para a implementação de políticas esportivas mais eficientes. Nesse sentido, o IDE serve como instrumento de apoio à decisão tanto para os municípios do Estado do Rio de Janeiro, como para a definição da alocação dos recursos do Governo do Estado.

Para a construção do índice foram selecionadas primordialmente as informações que poderiam expressar a qualidade da gestão pública municipal no âmbito do Esporte. Tais informações estão dispostas em 8 dimensões a saber: (1) Recursos Humanos, (2) Articulação Institucional, (3) Legislação, (4) Despesas Públicas, (5) Convênios e Parcerias, (6) Programas, (7) Eventos e (8) Instalações e Equipamentos Esportivos. A maior parte das dimensões selecionadas expressa a capacidade exclusiva do ente público municipal em qualificar a gestão do esporte a partir do uso de instrumentos disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro. Há um segundo grupo de dimensões que podem refletir a capacidade administrativa das prefeituras de empreender ações em parceria com a sociedade civil. Resta ainda um terceiro grupo que se refere ao nível de organização e de institucionalização da sociedade civil que atua no campo do Esporte.

A eleição das variáveis considerou a possibilidade de quantificação das informações a fim de se proceder a composição do IDE. Possivelmente questões de cunho mais qualitativo poderiam expressar com maior detalhamento a cultura organizacional e potencialidades administrativas que escaparam ao exame desta publicação. Contudo, tomou-se como preocupação o estabelecimento de parâmetros quantitativos que pudessem ser cotejados entre as diferentes gestões municipais. Prima a publicação em tela por um caráter relacional, que se inicia com a própria construção do IDE e perpassa todas análises que se propõem acerca da gestão do Esporte no Estado do Rio de Janeiro.

Com o fito de apresentar sinteticamente as dimensões trabalhadas na pesquisa, foi elaborado o quadro abaixo que norteia o desenvolvimento da obra:

Quadro de Caracterização das Dimensões do IDE

Dimensão	Escala	Classificação	Variável	Justificativa
Recursos Humanos	3	Muito Importante	Relação proporcional entre a quantidade de funcionários e a população	Possibilita a comparação do pessoal alocado nas políticas de Esporte
	3	Muito Importante	Relação proporcional entre quantidade de funcionários técnicos e quantidade total de funcionários	Permite o reconhecimento do peso da gestão do Esporte no quadro total de funcionários
Articulação Institucional	2	Importante	Existência de Conselho Municipal de Esporte Instituído	Representa a existência de mecanismo de participação da sociedade civil nas políticas
	2	Importante	Presença de ligas esportivas ou similares (Federações, Confederações etc)	Reflete a institucionalização da sociedade civil local no âmbito do Esporte
	2	Importante	Presença de sedes de entidades representativas dos profissionais de educação física (CREFs, APEFs, Sindicato etc.)	Representa a garantia de defesa dos interesses da população mediante o compromisso da categoria com o código de ética que regula a atividade profissional
Legislação	2	Importante	Presença do Esporte na Lei Orgânica do município	Possibilita maior dotação orçamentária regulamentada para o setor
Despesas Públicas	3	Muito Importante	Despesas per capita aplicadas no setor no exercício de 2008	Permite comparação entre os Municípios do montante de recursos aplicados no Esporte
	3	Muito Importante	Total da despesa com a função Esporte em relação às despesas municipais totais	Reflete a importância do Esporte na gestão municipal na perspectiva orçamentária
Convênios e Parcerias	2	Importante	Quantidade de convênios e/ou parcerias empreendidos pela gestão	Representa a capacidade de articulação e captação junto à sociedade civil e a outras esferas de governo
Programas	1	Pouco Importante	Tipos de ações, projetos e programas realizados pelo órgão	Reflete a capacidade de operacionalização da cadeia de planejamento que envolve as políticas públicas do setor
Eventos Esportivos	2	Importante	Quantidade de eventos esportivos realizados no município	Reflete a ação do poder público na promoção do Esporte por meio de eventos
Instalações e Equipamentos Esportivos	3	Muito Importante	Quantidade de equipamentos esportivos instalados em escolas municipais	Representa a disponibilidade de estruturas para a prática esportiva no âmbito da educação formal
	2	Importante	Quantidade de equipamentos esportivos instalados em parques, praias, praças e similares	Representa a disponibilidade de estruturas para a prática esportiva em espaços públicos
	1	Pouco importante	Quantidade de centros de treinamento/ vilas olímpicas ou similares	Representa a disponibilidade de estruturas para o aprimoramento de práticas esportivas

O levantamento dos dados que viabilizou a construção do índice foi realizado por equipes formadas por estudantes de graduação do curso de Educação Física junto às unidades de gestão do Esporte nos municípios. Desta forma os instrumentos de coleta das informações foram preenchidos a partir da consulta a Secretarias Municipais de Esporte, Fundações de Esporte e outras figuras administrativas responsáveis pela gestão setorial em cada uma das municipalidades do Estado. Contudo, nem todos os municípios participaram da pesquisa em decorrência das dificuldades em responder o questionário utilizado.

Ainda que com algumas limitações, especialmente no que se refere ao debate mais amplo sobre as potencialidades e limitações da gestão esportiva fluminense, o Índice de Desenvolvimento Esportivo do Estado do Rio de Janeiro tem a virtude de contribuir na qualificação das ações no setor a partir tanto do reconhecimento de pontos fortes encontrados em determinados municípios, como das fragilidades apontadas em outras administrações.

Considerando o foco que do livro no qual este capítulo está inserido, cabe em seguida, a título de ilustração, apresentar alguns resultados do IDE para os seguintes municípios selecionados na Região dos Lagos: Araruama, Rio das Ostras, Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. A codificação das dimensões da tabela é a seguinte: (1) Recursos Humanos, (2) Articulação Institucional, (3) Legislação, (4) Despesas Públicas, (5) Convênios e Parcerias, (6) Programas, (7) Eventos e (8) Instalações e Equipamentos Esportivos. A tabela também indica o IDE final dos municípios, bem como a posição deles em relação aos demais 88 entes municipais que conformaram a pesquisa.

Município	Dimensão								IDE	Posição no IDE-RJ
	1	2	3	4	5	6	7	8		
Rio das Ostras	3	3	4	4	2	3	1	2	2,87	19°
Cabo Frio	1,5	4	4	2,5	4	3	3	2,17	2,77	26°
São Pedro da Aldeia	3	3	4	1	3	4	2	3,5	2,74	32°
Arraial do Cabo	3	2	4	1	3	4	3	3,33	2,58	48°
Búzios	2,5	2	4	1,5	3	3	4	2,67	2,48	55°
Iguaba Grande	1,5	2	1	3,5	3	2	3	2,67	2,39	64°
Araruama	2	1	4	1	3	3	3	3,83	2,26	74°

Fonte: Índice de Desenvolvimento do Esporte 2010 - Saderj

Rio das Ostras foi o ente que obteve a melhor posição na classificação do IDE, contudo não figurou entre os primeiros do Rio de Janeiro uma vez que se posicionou em 19° lugar em relação aos demais municípios do Estado. A municipalidade se destacou nas dimensões Legislação e Despesas Públicas, tendo esta última como possível explicação a disponibilidade de recursos oriundos dos royalties do petróleo. Por outro lado, Rio das Ostras obteve os piores resultados nas dimensões Eventos e Equipamentos Esportivos. Este desempenho negativo deve ser investigado com mais cuidado considerando a possibilidade de preenchimento inadequado dos questionários da pesquisa. Tal observação deve ser observada considerando-se que a boa disponibilidade de recursos da localidade

propicie maiores aportes tanto em eventos esportivos como na construção de praças, quadras, campos e outras instalações esportivas.

Cabo Frio obteve bom desempenho no que se refere à Articulação Institucional, Legislação e Convênios e Parcerias. Estas dimensões denotam um amadurecimento da gestão do esporte na municipalidade que talvez demande mais aportes de recursos públicos para suprir lacunas como a construção de mais Equipamentos Esportivos, dimensão que foi detectada como a mais frágil em Cabo Frio. Cabe ainda destacar que o pleno amadurecimento da gestão nesta localidade passa pelo investimento em Recursos Humanos, outra dimensão apontada como fragilidade na gestão esportiva do ente.

São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo tiveram na Legislação e nos Programas as suas dimensões mais exitosas. Com boas médias na maior parte das dimensões, a principal preocupação destes municípios na gestão do esporte parece ser a necessidade de maior aporte de recursos públicos, uma vez que a dimensão Despesas Públicas foi a que obteve a pior avaliação em ambos.

Armação de Búzios, ou simplesmente Búzios como é mais conhecida, se serve dos Eventos para apoiar a sua forte vocação turística. Desta forma a dimensão Eventos aparece com destaque juntamente com a de Legislação. Assim como nos dois municípios comentados imediatamente acima, Búzios tem como fragilidade o tema das Despesas Públicas. Desta forma, maiores aportes financeiros no esporte pelo ente municipal poderá qualificar a gestão setorial.

Iguaba Grande, apesar dos relativamente elevados montantes aportados no Esporte, não obteve excelente desempenho em nenhum outro tema. Destaque negativo cabe ao município no que se refere à Legislação, sendo neste quesito o único destaque negativo dentre as localidades selecionadas.

Araruama obteve o pior desempenho no grupo, contudo sua pontuação na dimensão Equipamentos Esportivos foi a mais alta. Este é um ponto bastante positivo considerando que uma boa oferta de espaços para a prática esportiva é essencial para o desenvolvimento do esporte, seja por meio dos incentivos públicos, seja por meio da iniciativa privada.

À guisa de conclusão, cabe apontar que os municípios selecionados apresentaram comportamentos bastante distintos no que se refere às potencialidades e fragilidades indicadas pelo IDE. Esta diversidade de resultados tem como fator positivo a potencialidade de alcance de melhorias na gestão do esporte a partir de trocas realizadas entre os atores da própria região. Desta forma, os avanços alcançados em Cabo Frio no campo da Articulação Institucional pode ser compartilhado com Arraial do Cabo que em troca poderá oferecer soluções relacionadas aos Recursos Humanos, ponto frágil de Cabo Frio. Cenário ideal seria o da criação de um Consórcio Intermunicipal do Esporte no qual as políticas e recursos pudessem ser debatidos pelos vizinhos com vistas à promoção do Esporte como ação prioritária dos gestores municipais.

Referências

DACOSTA, Lamartine. “Políticas públicas e lazer: panorama e experiências”. In: TAVARES, Carla; MELO, Victor (orgs.). **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer e inclusão social**. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

TAVARES, Carla (organizadora). **Índice de desenvolvimento do esporte: mapeamento e gestão no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: LGN, 2011.

Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos

Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri
REDE CEDES/ CEPELS/UFPR

Introdução

A temática política pública para o esporte e lazer no Brasil vem nos últimos anos ganhando espaços nas esferas governamentais, principalmente a partir do momento que o país conquistou o direito de organizar os megaeventos esportivos como os Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos em 2016.

Em paralelo às ações governamentais nos âmbitos federal, estaduais e municipais, estudos científicos também têm pautado esta temática, especialmente por meio dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e por pesquisas financiadas pelo governo federal por meio do programa Rede CEDES³.

A divulgação dos resultados dos estudos realizados nos últimos anos ocorre com destaque por meio de artigos científicos, livros e apresentações em congressos e seminários referentes ao tema. Algumas dessas pesquisas, também, vêm se dedicando na análise da produção científica desta área de conhecimento. Pode-se citar entre eles ROSA, Ricardo Lemes, et al. A produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. In EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, N° 155, Abril de 2011; HUNGARO, E. M. et al. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: Edson Marcelo Hun-

³ A Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer — criada em 2003 e implantada como ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e tem como um dos objetivos “Fomento a estudos e pesquisas voltados à consecução de políticas públicas de esporte e lazer compreendidas como o aperfeiçoamento da gestão do esporte e do lazer e a promoção da equidade regional no desenvolvimento da ciência no Brasil”. Este financiamento realizado pelo governo federal, vem contribuindo de maneira decisiva para o aumento quantitativo e qualitativo das pesquisas sobre políticas públicas para o esporte e o lazer.

garo; Wilson Luiz Lino de Sousa. (Org.). Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas. 1 ed. Santo André: Alpharrabio, 2009, v. 1, p. 93-124; STAREPRAVO, Fernando A. et. al. Produção do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: possibilidades teóricas de análise das políticas públicas de Esporte e Lazer. Anais do 1 Encontro da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte - ALESDE, Curitiba, 2008; STAREPRAVO, F. A. et. al. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. In: XXVII Congreso ALAS, 2009, Buenos Aires. STAREPRAVO, F. A. "Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos políticos/burocráticos e científico/acadêmico" tese de doutorado defendida na UFPR, 2011.

Os avanços gradativos na produção do conhecimento divulgados nestas pesquisas indicam algumas questões relevantes para a reflexão. Evidencia-se neste capítulo questões norteadoras, sendo a primeira delas quanto ao número de publicações. Embora se tenha avançado muito nesta área, ainda há espaços significativos para o desenvolvimento de novos estudos. Segundo, verifica-se um grande número de relatos de experiências sem um suporte teórico mais aprofundado no campo das ciências políticas. A terceira questão trata da temática mais desenvolvida nestas pesquisas, encontrada na gestão pública com ênfase no modelo participativo. Por fim, quando se analisa as dissertações e teses, observa-se um elevado número de pesquisa no âmbito do lazer em detrimento ao esporte (ROSA et. al, 2011).

Tendo como pontos de reflexões estas questões, o presente capítulo tem como objetivo aprofundar alguns conceitos e categorias sobre políticas públicas, demonstrar uma alternativa teórica metodológica para a análise das políticas públicas e apresentar algumas possibilidades de estudos em políticas públicas para o esporte e lazer.

Portanto, este capítulo se desenvolverá em três momentos complementares entre si. O primeiro destaca as categorias de política pública fundamentado na *policy analysis*, *policy arena*, *policy cycle*. Posteriormente, destaca-se uma possibilidade teórico - metodológica baseado na teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Por fim, apontam-se algumas alternativas de estudos para a área das políticas públicas de esporte e lazer.

Políticas Públicas a construção de um referência teórica

As políticas públicas enquanto área de conhecimento vêm sendo estudadas, com a denominação de *policy science*, no âmbito das ciências políticas a partir das décadas de 1950, nos Estados Unidos, com a finalidade de auxiliar o diagnóstico e o desenvolvimento dos problemas públicos daquele país. Já na Europa esta temática entra em pauta com mais intensidade na década de 1970 e no Brasil em meados dos anos de 1980 juntamente com a abertura democrá-

tica. Após a instalação da democracia no país ocorreram gradativamente progressos nos moldes de gestão pública, controle e participação social e também avanços científicos na área.

Entretanto, a reflexão das ações práticas das políticas públicas com a teoria estruturante da área nem sempre são levadas em consideração no instante da construção das políticas públicas demandadas pela sociedade. Por isso, verifica-se a necessidade de se aprofundar na definição da categoria de política pública para uma melhor sustentação das ações governamentais, principalmente no campo do esporte e lazer.

O termo “política” no Brasil consiste em uma terminologia abrangente, constituído pelas instituições (partidos políticos e órgãos governamentais), pelos agentes (políticos e gestores) e pelo desenvolvimento das ações (programa e projetos), ou seja, engloba todas as dimensões possíveis do ato de governar.

Porém, ao delimitar o termo “política” no campo da ciência política encontra-se uma divisão em três partes complementares ente si, “*polity*”, “*politics*” e “*policy*” (FREY, 2000). A expressão “*polity*” é para denominar as instituições políticas, “*politics*” para verificar os processos políticos e, por fim, “*policy*” para estabelecer os conteúdos da política. Mais especificamente pode-se definir como:

- a dimensão institucional ‘*polity*’ se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- no quadro da dimensão processual ‘*politics*’ tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- a dimensão material ‘*policy*’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. (FREY, 2000).

Como se pode observar, o termo “política” deve ser compreendido de forma abrangente e subdividido entre as instituições (*polity*), agentes (*politics*) e os programas (*policy*). Embora eles se constituam separadamente com uma lógica própria, ocorre um articulação entre si.

O conjunto das relações entre o tripé “*polity*”, “*politics*” e “*policy*”, constituem os elementos da “*policy analysis*”. Que em síntese busca-se verificar a definição estabelecida por Laswell, ou seja, decisões e análises sobre o conjunto da política que implicam a responder as seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Também se deve levar em consideração que as relações entre as três dimensões (polity, politics e policy) apresentam suas disputas de poder no campo político. As disputas e interações entre os agentes e as instituições no interior deste campo sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos pelos governantes.

Além de avançar a discussão sobre a policy analysis destaca-se dimensões policy arena e policy cycle, para compreender todo o campo que envolve a política pública. A policy arena insere em seu contexto os conteúdos, os agentes e as instituições. Para o autor policy arena refere-se aos processos de conflito e consenso dentro das diversas áreas da política. As áreas da política podem ser apontadas de acordo com o seu caráter e caracterizada quanto à forma, aos efeitos de implementação aplicados aos conteúdos das políticas e ao modo da resolução de conflitos políticos (FREY, 2000).

Os debates sobre a policy arena surgiram inicialmente por (LOWI, 1972) apud Klaus Frey: “os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político”. Ainda para Lowi, a policy arena deve ser compreendida como “cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que as disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas” (SOUZA, 2006).

Como elementos estruturantes inseridos na policy arena, encontram-se algumas especificidades que integram a elaboração das políticas públicas, como a sua natureza, seus impactos e a sua abrangência.

Em relação à natureza pode-se dividir em “estruturais” e “conjunturais”. As políticas públicas “estruturais” buscam definir as ações básicas que sustentam o desenvolvimento da sociedade. Já as políticas públicas “conjunturais” têm como objetivo resolver alguma situação temporária, ações paliativas com períodos e práticas previamente delimitados.

Outro ponto na elaboração das políticas públicas figura-se quanto aos seus impactos. Pode-se dividir os impactos das políticas públicas em quatro possibilidades, sendo elas:

1. Políticas distributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos - pelo menos diretamente percebíveis - para outros grupos. Essas ‘policy arenas’ são caracterizadas por “consenso e indiferença amigável”. Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios.

2. Políticas redistributivas, ao contrário, são orientadas para o conflito. O objetivo é “o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade” [Windhoff-Héritier, 1987, p. 49]. O processo político que visa a uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos.

3. Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas.

4. *Políticas constitutivas* (*‘constituent policy’*) [Lowi, 1972] ou *políticas Estruturadoras* – Beck fala de “políticas modificadoras de regras” [Beck, 1993, p. 17] – *determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias.* (FREY, 2000).

No que se refere a sua abrangência observam-se as políticas universais e focalizadas. As políticas públicas universais configuram suas estruturas para toda a sociedade, devendo ser realizadas para todos os segmentos sociais. Os exemplos mais visíveis são a educação pública brasileira com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e a saúde pública com o Sistema Único de Saúde – SUS. Já as políticas públicas focalizadas são construídas para atender as demandas de um determinado grupo social ou situações de desequilíbrio momentâneo.

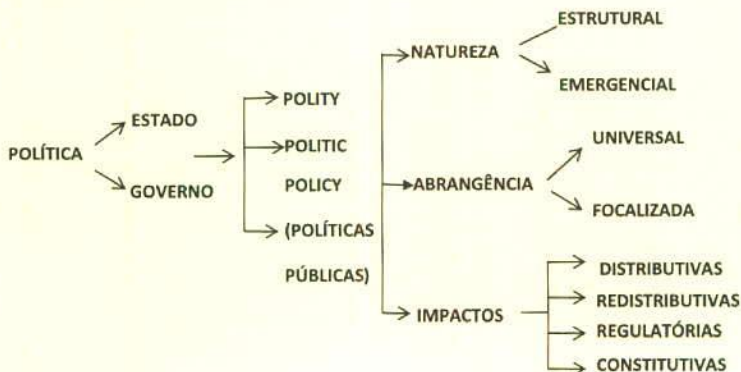
Finalizando a compreensão sobre a política pública, a *policy cycle* determina suas fases, desde o processo de definição das demandas sociais até a avaliação das mesmas. O ciclo completo da política pública é constituído dos seguintes estágios: percepção e definição do problema, elaboração de programas e decisão (planejamento), implementação de políticas, a avaliação de políticas e correções das ações (SOUZA, 2006).

Figura 11 - Policy cycle

A compreensão de cada uma das fases da *policy cycle* é de fundamental importância para que as políticas públicas (*policy*) possam ser construídas e implementadas com o objetivo de responder às demandas sociais e melhorar as condições da sociedade.

Entretanto, essa interação dos agentes e instituições na *policy cycle* depende da estratégia utilizada no processo da construção das políticas públicas. O sentido de uma implementação vai depender da dinâmica das interações e disputas no interior da gestão pública, da participação da sociedade e das outras instituições envolvidas na área. Considera-se também relevante a interpretação e a reinterpretação dos fatos ocorridos na *policy cycle* para melhorar as ações realizadas (Deubel, 2006).

Após a apresentação das categorias inseridas nas políticas públicas elaborou-se um quadro demonstrativo com os termos utilizados para se ter uma melhor visualização deste referencial teórico.

Figura 12 - Estrutura das políticas públicas

Ao visualizar todas as dimensões das políticas públicas apresentadas no quadro, observa-se então a amplitude desta área de conhecimento e como a discussão teórica do termo “política” pode auxiliar na elaboração de novas ações governamentais. Resta agora fazer a aproximação da teoria com a prática nesta área.

No caso específico do esporte e lazer essa questão torna-se mais evidente ao se considerar as análises realizadas nos artigos apresentados anteriormente. Pois uma das reflexões pertinentes nestes artigos foram os grandes números de relatos de experiências, sem uma fundamentação teórica balizadora neste processo. Desta forma, entende-se que é essencial para o avanço das políticas públicas uma fundamentação teórica e um suporte no campo científico.

Partindo das categorias que norteiam a construção das políticas públicas em geral e o esporte e lazer em particular, destaca-se na sequência uma possibilidade teórico - metodológica de análise, bem como suas possíveis relações com a discussão conceitual do termo.

Referencial teórico metodológico

Para a realização de uma análise teórica metodológica mais aprofundada na área das políticas públicas, propõe-se neste momento a utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, seguida pelas categorias do campo político, do campo esportivo e da interseção destes dois campos, que se constitui no subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer. Não se propõe neste momento, e nem se tem a pretensão de esgotar a discussão sobre a teoria dos campos, mas indicar algumas possibilidades de análise.

Bourdieu ressalta que a teoria dos campos é estruturada por um processo de disputas e interações entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores.

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em partes determinadas por elas). (...)

A estrutura do campo é um estado de relações de força entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la,

também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objetivo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerável, isto é em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (BOURDIEU, 1983 p. 123)

As interações e disputas entre os agentes no interior do campo dependem dos seus habitus e dos seus respectivos capitais, sejam eles econômicos, sociais, políticos, físicos, culturais e esportivos. Ao aproximar a discussão com a categoria de políticas pública, pode-se observar que a *policy arena* encontra-se próxima à teoria dos campos, pois as disputas existentes no interior da política (instituições) e *polity* (agentes) são determinantes na composição e definições das políticas públicas (*policy*). Se considerar-se que as disputas e interações ocorrem no interior do campo, indaga-se: Quem são os agentes e quais instituições estão envolvidas no desenvolvimento do esporte e lazer? Quem constrói as políticas públicas (*policy*) para o esporte e lazer? Como são estruturados os projetos e os programas de esporte e lazer? Portanto, todos estes questionamentos podem estar intrinsecamente inseridos na teoria dos campos e na composição da *policy arena*.

Um dos recortes estabelecidos por Bourdieu denomina-se por campo político, que é entendido como o lugar de concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos e com espaços definidos por sua preferência. A maioria dos agentes acaba ficando à margem do processo de decisão política, tendo que se contentar com o que lhe são disponibilizados pelas instituições produtoras. Isso faz com que o campo político se apresente enquanto um dos espaços sociais mais restritivos e inacessíveis à entrada de novos agentes. As posições são conservadas e a produção concentrada, fazendo com que o interesse da sociedade seja reduzido e interpretado a partir dos interesses dos agentes políticos.

"O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de força que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente for-

mulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre o agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção". (BOURDIEU, 1998 pag. 164).

A entrada neste campo como agente politicamente ativo, bem como as posições ocupadas pelos agentes no interior do campo político, estão diretamente relacionadas à sua concentração de capital. Entende-se aqui capital como o conjunto de recursos atuais ou potenciais pertencentes aos agentes, que pode assumir várias formas, como capital cultural, econômico, social e esportivo. Dentre as formas de capital, destaca-se o capital social como o principal responsável pela manutenção das posições dentro do campo político.

O Político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objectivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço de tomadas de posição actuais e, sobretudo, potenciais ou, melhor, do princípio dessas tomadas de posição a saber, o espaço das posições objectivas no campo e das atitudes dos seus ocupantes: este "sentido prático" das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite "escolher" as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as tomadas de posição comprometedoras que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. (BOURDIEU, 1998 pg. 172)

Como pode-se observar, para Bourdieu o campo político é um dos campos mais fechados que existe. As disputas e interações neste campo ocorrem com os agentes possuidores de um capital específico. Por isso, a entrada de outros agentes neste campo torna-se cada vez mais complexa pela estrutura deste campo.

Em outra de suas obras, Bourdieu (1983) destaca a estrutura do campo esportivo. Para o autor a categoria campo esportivo representa um objeto definido e com peculiaridades próprias da área, por isso pode-se estruturá-lo em disputas que se dão nos aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos dos agentes e das instituições esportivas. As disputas e interações dentro do campo são evidenciadas pelo poder dos agentes e das instituições que são determinantes na construção das políticas públicas para o esporte e lazer.

O autor compreende o campo esportivo como um lugar de lutas e interações, dominados e dominantes, que disputam o monopólio do poder, mas que tem sua lógica própria. Estas relações são encontradas nas esferas do amorismo contra o profissionalismo, do esporte participação contra o esporte espetáculo; do conhecimento científico do esporte contra o senso comum; dos projetos sociais de esporte contra o esporte de alto rendimento; ofertas do poder público para o esporte contra a demanda social e dos praticantes, entre outras possibilidades.

Desta maneira, a oferta da política pública e a demanda social estão cada vez mais presentes no interior do campo esportivo atual, ainda mais ao se considerar os megaeventos esportivos que estão na agenda do país. Bourdieu também pondera que o consumo da produção esportiva e o capital social e político dos agentes são determinantes na estruturação deste campo.

Temos aqui um encontro entre a oferta, isto é a forma particular que reveste a prática, e o consumo esportivo propostos a um dado momento de tempo, e a demanda, isto é as expectativas, os interesses e os valores dos praticantes potenciais. Sendo a evolução das práticas e dos consumos reais o resultado da confrontação e do ajustamento permanente entre um e outro. É óbvio que cada momento, cada recém-chegado deve contar com um estado determinado das práticas e consumos esportivos e de sua distribuição entre as classes sociais, estado que não lhe compete modificar e que é o resultado de toda a história anterior da concorrência entre os agentes e as instituições engajadas no campo esportivo. (BOURDIEU, 1983 p. 148)

Partindo das esferas do campo político e do campo esportivo, delimita-se uma interseção que é representada pelas políticas públicas do esporte e do lazer. Essa interseção é identificada pela composição do subcampo das políticas públicas para o Esporte e o Lazer e construídas nas disposições das instituições, agentes, ofertas e demandas sociais.

Figura 13 - Subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer



As aproximações entre a definição de políticas públicas com o modelo de análise inserida na teoria dos campos deveriam constituir-se como elementos importantes nas ações governamentais e na base do desenvolvimento das pesquisas científicas. Na direção de aprofundar a discussão sobre o subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer, destacam-se ainda as obras de (MARTINS, 2009) e (ROSA, 2011) que avançaram no debate desta articulação.

Temas de pesquisa em políticas públicas para o esporte e lazer

Como argumentou COAKLEY (2010) os estudos científicos nas áreas das políticas públicas para o esporte e lazer devem pautar as ações governamentais, ou seja, a introdução da base conceitual sobre “política” e das pesquisas constitui-se o alicerce na construção da *policy* e da estrutura da *policy cycle*. Caso contrário, as disputas contidas no campo político acabam dominando o subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer.

Ao considerar a definição conceitual e o desenvolvimento científico como a base da construção das políticas públicas para o esporte e lazer e a estruturação do subcampo desta área, destaca-se a relevância de ampliar o número de estudos a fim de melhorar o desenvolvimento das ações governamentais.

Por isso indica-se algumas possibilidades de estudos nesta área, sendo elas: sistema nacional de esporte e lazer; sistemas estaduais e municipais de esporte e lazer; financiamento; a interação do global com o local; avaliação de programas de esporte e lazer; os impactos dos megaeventos esportivos; legislação esportiva; infraestrutura para o esporte e lazer; o desenvolvimento científico das políticas públicas para o esporte e lazer; gestão pública; estrutura burocrática das secretarias municipais e estaduais; relações do público com o privado; intersetorialidade

(esporte, lazer, educação, cultura, saúde); projetos governamentais para o esporte educacional; a juventude, saúde e atividade física; combate à violência no esporte (torcidas organizadas); esporte e inclusão social; esporte e cultura; as propostas das Olimpíadas de 2012, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas e Para-Olimpíadas de 2016; conceito de esporte embutido nos programas e projetos; a relação entre o esporte de alto rendimento; o poder público e o terceiro setor; os clubes e as estruturas esportivas; o esporte educacional e outras alternativas de estudo.

Junto com a escolha da temática, observa-se a necessidade de definir e envolver os termos da *policy analysis* (*polity, politics, policy*), *policy arena*, *policy cycle*, bem como compreender as disposições dos agentes e das instituições que compõem o subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer. Estas definições vão determinar os caminhos da pesquisa.

Por isso, entende-se que a fundamentação teórica e as possibilidades de análise podem reverter uma tendência histórica desta área, na qual as disputas do campo político tornam-se mais evidentes do que as interações do campo esportivo.

Considerações Finais

Atualmente as políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil passam por várias transformações, como se relatou anteriormente, ainda mais ao se considerar a agenda dos megaeventos esportivos que o país está se propondo a organizar.

Porém, cabe fazer as ponderações sobre as quatro reflexões levantadas no início deste texto. Primeiro, quanto ao número de trabalhos da área. Embora se verifique o avanço na produção do conhecimento, considera-se que ainda existe um amplo espaço para o aumento do número de pesquisa. Por isso elencou-se um grande número de temas para estudos.

A segunda questão levantada tratou da falta de um referencial teórico fundamentado nas ciências políticas. Embora não se tenha a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, este texto buscou apresentar uma referência conceitual e uma possibilidade teórico-metodológica que pode balizar as futuras pesquisas e as ações governamentais.

Outra questão apontada no início do capítulo destacou o grande número de estudos sobre a gestão pública, direcionando assim mais para a disputa entre *polity* e *politics* e menos sobre o referencial da *policy*. Por isso considera-se de extrema relevância neste momento uma inversão desta lógica dominante e focar mais as atenções nos programas governamentais.

Por fim, destaca-se a importância de continuar o debate científico no subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer com o objetivo de subsidiar as ações governamentais das esferas federal, estaduais e municipais e melhorar as condições sociais do Brasil.

Referências

- BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra 10ª ed. 2003.
- BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília: 10ª ed. Editora UNB, 1997.
- BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. A filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 12 reimpressão. 2000.
- _____. O Futuro da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 150.
- BOURDIEU, Pierre. Contra Fogos I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Contra Fogos II, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Miséria do Mundo. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997
- BOURDIEU, Pierre. Las Estructuras Sociales de la Economía. 1 ed. – Bueno Aires: Manantial, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRACHT, Valter. Aprendizagem social e Educação Física. Porto Alegre: Magister, 1992
- COAKLEY, Jay. Using Social Research and Theory to Inform Public Policies that Integrate Leisure, Sport and Education. Texto apresentado no I Sem. Latino Americano de Pol.s Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede de Produção do Conhecimento. Formação e Informação. Foz do Iguaçu, 2010.
- DEUBEL, André Noel Roth. Políticas Públicas: formulación, implementación e evolución. Bogotá, 2006
- ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. A Busca da Excitação: Lisboa: DIFEL, 1992.
- FREY, Klaus. Análise de políticas públicas: Algumas reflexões e suas implicações para a situação brasileiras. Cadernos de Pesquisa, nº18, setembro. PPGSP/UFSC. 2000.
- GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard. Norbert Elias: A política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- HUNGARO, E. M.; OLIVEIRA, Bruno Assis de; CUSTÓDIO, Mariana Lopes; DAMASCENO, L. G. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: Edson Marcelo Hungaro; Wilson Luiz Lino de Sousa. (Org.). Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas. 1 ed. Santo André: Alpharrabio, 2009, v. 1, p. 93-124.
- MARTINES, Isabel Cristina. As relações entre as organizações não governamentais e o governo do estado do Paraná no campo esportivo. Dissertação de mestrado defendida na UFPR, 2009.
- MEZZADRI, Fernando Marinho. A estrutura do esporte paranaense: da formação dos

clubes a situação atual. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000.

ROSA, Ricardo Lemes da. A Política Nacional do Esporte e sua relação entre o global e o local. Dissertação de mestrado defendida na UFPR, 2011.

ROSA, RICARDO L. DA; CASSAPIAN, MARINA R.; CRUZ, LUCIANO DA; VIALICH, ANDREA L.; MEZZADRI, FERNANDO M. A produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. In: EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, N° 155, Abril de 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45

STAREPRAVO, Fernando A.; AFONSO, Gilmar; FERREIRA, Ana Leticia Padeski. Produção do GT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: possibilidades teóricas de análise das políticas públicas de Esporte e Lazer. In: Curitiba. Anais do 1°. Encontro da ALESDE, 2008

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. In: XXVII Congreso ALAS, 2009.

STAREPRAVO, F. A. "Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos políticos/burocráticos e científico/acadêmico". Tese de doutorado defendida na UFPR, 2011.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TUBINO, Manoel Jose Gomes Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.163 p.

WACQUANT, Loic. O Mistério do Ministério. Pierre Bourdieu e a Política Democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005.



Esta obra foi Impressa pelo
Armazém das Letras Gráfica e Editora Ltda.
Rua Prefeito Olímpio de Melo, 1599 – CEP 20930-001
Rio de Janeiro – RJ – Tel. / Fax .: (21) 3860-1903
e.mail:aletras@veloxmail.com.br

Com a abertura do edital público para financiamento de pesquisas pela Rede CEDES, uma equipe de professores da Universidade Veiga de Almeida se organizou para a elaboração de um projeto que pudesse levantar e analisar, de maneira mais sistematizada, informações relativas ao desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer da Região do Lagos. A aprovação do projeto no mês de maio de 2010 deu origem ao fomento que subsidiou o desenvolvimento do presente estudo.

A Universidade Veiga de Almeida espera que a presente obra proporcione o início de um debate necessário sobre a importância da prática do lazer e do esporte como direito social e dever do Estado brasileiro. Com isso, pretende-se também incentivar a discussão em relação às políticas públicas que possam atender cada vez mais e melhor as enormes demandas da sociedade brasileira por ações no setor do esporte e lazer.

Use o leitor
de QR code e
acesse o site



Apresentação
Alexandre Motta
Rodrigo Terra

Conhecendo a Região dos Lagos: uma história de aventuras, sucessos e transformações
Eduardo Mendes Maluf

O esporte a vela e suas políticas públicas na Costa do Sol: a visão de um velejador
Ricardo de Mattos Fernandes

Esporte, Ciência e Lazer. A sustentabilidade da Pesca Esportiva Oceânica Brasileira (1993-2011)
Eduardo Gomes Pimenta

Esporte e lazer e políticas públicas: uma visita à Região dos Lagos no norte do Estado do Rio de Janeiro
Rodrigo Terra
Bárbara Imênes
Fernanda Pacheco

Considerações acerca do Índice de Desenvolvimento Esportivo dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro
Sávio Raeder

Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos
Fernando Marinho Mezzadri

ISBN 978-85-89335-27-0



9 788589 893352 7011



Ministério do
Esporte

